

Universidade Federal de Goiás

II SEMINÁRIO DA LINHA DE PESQUISA “DIREITOS HUMANOS, DIFERENÇA E VIOLÊNCIA”

Por uma problematização sociológica dos Direitos Humanos na sociedade contemporânea

Linhas de Extensão:

- + Grupos Sociais Vulneráveis**
- + Organizações da Sociedade e Movimentos Sociais e Populares**
- + Direitos Individuais e Coletivos**

Fotografia Jean Pierre Pierote

Realização:

11, 12 e 13 de Dezembro de 2013, na Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás.

● PÓS-GRADUAÇÃO
■ SOCIOLOGIA

Mais informações: <http://pos-sociologia.cienciassociais.ufg.br>

PROEC
PRO REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

FCS UFG

SUMÁRIO

Coordenação e Comissão Organizadora **04**

Apresentação **05**

Grupos de trabalho

GT.1- Reflexões sobre emigração, comércio de drogas e exploração sexual **06**

GT.2- Práticas educacionais frente a situações de violência **07**

GT.3- Pensando produções discursivas em torno da violência e da diferença **09**

GT.4- Das identidades, das representações de si e do outro **11**

GT.5- Questões sobre educação, cidadania e produção de conhecimentos **12**

GT.6- Aspectos sociais e subjetivos nas negociações de gênero **13**

GT.7-A violência em sua relação com o Estado **14**

Conferencia de Abertura

Sobre Violência, prisões e Manicômios - Haroldo Caetano da Silva **15**

Resumos

Juventude e violência: o papel da educação em direitos humanos - Ana Paula Brito Vila Nova **28**

Estado punitivo e violência: perspectiva social-criminológica da universalidade (?) dos direitos humanos - Eduardo Martins de Camargo **31**

A escola moçambicana e a educação e a Educação para a cidadania: dilemas, impasses e possibilidades - Eduardo Moisés J. Humbane **35**

Violência policial contra grupos socialmente segregados: um estudo sobre a relação entre polícia, jovens e negros no Estado de Goiás - Géssica Barreto da Silva **41**

Envelhecimento, gênero e subjetividade: a experiênciade idosos (as) soropositivos (as) no município de Goiânia - Márcia Andréa Rodrigues Andrade **45**

A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica - Maxmillian Lopes da Silva e Ricardo Barbosa **49**

Análise das práticas de enfrentamentos ao uso de drogas: das escolas públicas da grande Goiânia - Suélia Nunes da Gama **52**

Alguns apontamentos sobre estética de gênero na transexualidade - Bento Manoel de Jesús **56**

Exploração sexual infanto-juvenil: diferentes olhares sobre o fenômeno – Rogério Araújo Silva	62	violência sexual contra crianças e adolescentes – Karen Michel Esber	
Apenas um trabalho ou comportamentos desviantes? Uma discussão sobre a moralidade das mulheres que atuam no mercado das drogas. - Marcilaine Martins da Silva Oliveira	67	O professor e seu papel nas manifestações de bullying – Alexandre Malmann e Ricardo Barbosa	107
Construindo o fenômeno do desaparecimento de pessoas: práticas interpretativas da polícia e das famílias dos desaparecidos. - Paula Marcela Ferreira França	72	Performatividades e performances: negociações de gênero e sexualidade em aulas de educação física – Adriano Martins Rodrigues dos Passos	113
Alternativas feministas de ativismo criativo - Márcia Sardinha da Costa	78	Marcadores discursivos: um estudo da diferença em comunidades etnolinguísticas – Thaís Elizabeth Pereira Batista	119
Políticas de formação em saúde: trajetória que construiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde – Linamar Teixeira de Amorin	80	A influência da mídia no processo de mistificação do crime: uma análise dos discursos presentes nos telejornais do meio-dia goianos. – Ricardo LopesEsteves	125
Representações sociais de jovens de Goiânia: A negociação de sentidos em relação aos dis-cursos midiáticos a respeito de si – GardeneLeão de Castro Mendes	86	Execução penal da sociedade contemporânea – Edson Tadashi Sumida	129
A incerteza dos números: uma investigação quantitativa de homicídios nas cidades do entorno – Welliton Carlos da Silva	92	Menores infratores e chefia feminina: contextos e circunstâncias – Joice Duarte Batista Lôbo	136
Fora da norma: reflexões sobre sujeitos surdos- homossexuais – Joubert Silvestre da Silva Cândido	98	Educação e barbárie – práticas de socialização para a coexistência – Larissa Messias Moraes	141
As representações sociais das vítimas para os autores de	103	A emigração indocumentada para os Estados Unidos: brasileiros e centro-americanos – Júlio da Silveira Moreira	147

Coordenação e Comissão Organizadora

Coordenador Interno

- Ricardo Barbosa de Lima
Docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e professor da Faculdade de Ciências Sociais (UFG)

Equipe Executora

Docentes

- Dijaci David de Oliveira
Docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e professor da Faculdade de Ciências Sociais (UFG)
- Dalva Maria Borges de Lima D de Souza
Docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais (UFG)
- Telma Camargo da Silva
Docente no programa de Pós-Graduação em Sociologia e professor da Faculdade de Ciências Sociais (UFG)
- Eliane Gonçalves
Docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e professor da Faculdade de Ciências Sociais (UFG)

- Luiz Mello de Almeida Neto
Docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e professor da Faculdade de Ciências Sociais (UFG)
- Ricardo Barbosa de Lima
Docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e professor da Faculdade de Ciências Sociais (UFG)

Técnico-Administrativo

Domingos Ferreira de Medeiros

Unidade/Órgão: Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia

Alunos da UFG (Comissão Organizadora)

- Bento Manoel de Jesus
- Thais Elizabeth Pereira Batista
- Eduardo Moisés Jamisse Humbane
- Edson Tadashi Sumida
Aluno especial do Programa de pós-graduação
- Géssica Barreto da Silva
Aluna especial do Programa de pós-graduação

Apresentação

O espaço acadêmico permite a criação e aprimoramento de diversos conhecimentos, das mais distintas áreas, que podem contribuir em vários quesitos sociais através dos trabalhos realizados em conjunto entre professores e alunos da instituição. Afim de compartilhar tais conhecimentos o programa de pós-graduação de sociologia da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás, criou o seminário da linha de pesquisa “Direitos Humanos, Diferença e Violência”, que ocorre anualmente, proporcionando a socialização dos conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos em suas pesquisas com outros estudantes, tanto da graduação quanto da pós-graduação, abrindo assim um espaço para o diálogo entre os diversos temas trabalhados na linha de pesquisa.

Nos dias 11,12 e 13 de dezembro de 2013 ocorreu o II seminário desta linha, com o subtítulo *Por uma problematização sociológica dos direitos humanos na sociedade contemporânea*, proporcionando um olhar sociológico aos mais variados estudos relacionados aos direitos humanos, diferença e violência.

Os temas foram separados em GT's na qual os professores, além de orientadores dos trabalhos, atuaram como debatedores. Diferentemente do ano anterior, este seminário abriu espaço para graduandos do curso de Ciências Sociais para apresentarem trabalhos que dialogassem com as temáticas específicas da linha.

Vale ressaltar a extrema importância do trabalho coletivo na organização do seminário, tanto d@s alun@s quanto d@s professor@s e o empenho e responsabilidade para com o evento que permitiu um bom desempenho durante sua realização.

A participação no seminário beneficiou não somente os acadêmicos que explanaram suas pesquisas, aprimorando suas

discussões, mas todos os envolvidos, desde os engajados em sua organização à comunidade em geral, por proporcionar a troca de saberes da produção intelectual realizada.

Neste contexto percebe-se que a implementação deste seminário, além de proporcionar a socialização no compartilhamento de conhecimentos acadêmicos, também contribuiu no estreitamento de relações entre estudantes de graduação e de pós-graduação, de acadêmicos e professores, demonstrando que o ‘saber científico’ não é menos importante que os ‘saberes’ adquiridos pela soma de ideias em um mesmo espaço, transparecendo a importância igualitária dos saberes em geral na construção do conhecimento.

Géssica Barreto da Silva

GRUPOS DE TRABALHOS

GT - 1

REFLEXÕES SOBRE EMIGRAÇÃO, COMÉRCIO DE DROGAS E EXPLORAÇÃO SEXUAL

Professor debatedor: Ricardo Barbosa de Lima

12 de dezembro de 2013 às 8:00 h

Miniauditório Luis Palacin

Rogério Araújo da Silva

Doutorando em Sociologia

Exploração sexual comercial infanto-juvenil: diferentes olhares sobre o fenômeno

Resumo: A exploração sexual comercial infanto-juvenil é hoje considerada uma das piores formas de violação de direitos por que passam milhares de crianças e adolescentes no mundo. Com base em pesquisa realizada na cidade de Goiânia e região metropolitana, pretendo trazer dados que caracterizem a exploração sexual comercial infanto-juvenil em maior profundidade e em suas novas dinâmicas e configurações. Para isso tenho como forma de apreensão do fenômeno, dentre outras fontes, as diversas narrativas dos sujeitos pesquisados.

Palavras-chave: exploração sexual comercial; infanto-juvenil; violação de direitos.

Júlio da Silveira Moreira

Doutorando em Sociologia

A emigração indocumentada para os Estados Unidos: brasileiros e centro-americanos

Resumo: O trabalho visa expor e comparar dois fluxos de emigração indocumentada para os Estados Unidos, a de brasileiros e a de centro-americanos, analisando as rotas utilizadas e os motivos da emigração em cada caso. Em relação aos centro-americanos, analisar o trânsito pelo México, especialmente de pessoas originárias da Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua. Em relação aos brasileiros, analisar a particularidade das suas rotas no trânsito pelo México, e também as rotas alternativas recentemente utilizadas. Os objetivos são: expor as violações aos direitos humanos em ambos casos e construir um cenário para compreender que continua existindo um fluxo de migração laboral de brasileiros para os Estados Unidos, apesar das imagens construídas sobre o desenvolvimento econômico do país.

Palavras-chave: Migração internacional, México, Estados Unidos, violência

Marcilaine Martins da Silva Oliveira

Mestranda em Sociologia

Apenas um trabalho ou comportamentos desviantes? Uma discussão sobre a questão moral das mulheres que atuam no mercado das drogas

Resumo: O comércio de drogas ilícitas tem evidenciado que o tráfico deixou de ser uma atividade exclusivamente masculina, pois a inserção progressiva das mulheres nessas atividades é cada vez maior, se tomarmos como indicador o número de aprisionamento de mulheres por envolvimento nessas práticas consideradas criminalizadas. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho tem o intuito de discutir se mulheres envolvidas no tráfico de drogas consideram suas ações como desviantes, e se reagem ao efeito negativo da “rotulação”. Para alimentar o debate, busca-se numa perspectiva interacionista compreender as formas de transgressão como “desvio social”.

Palavras-chave: mulheres, tráfico de drogas e desvio.

GT - 2

PRÁTICAS EDUCACIONAIS FRENTE A SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA

Professora debatedora: Eliane Gonçalves

12 de dezembro de 2013 às 14:00 h

Miniauditório Luis Palacin

Ana Paula Brito Vila Nova

Graduanda em Ciências Sociais

Juventude e violência: o papel da educação em direitos humanos

Resumo: As reflexões presente nesse resumo expandido fazem parte da pesquisa em execução do Programa de Bolsas em Licenciatura-PROLICEN¹. Pesquisa essa, que busca refletir sobre a desconstrução de representações sociais naturalizantes, hierarquizantes e estereotipadas; as interfaces entre violência e as formas de dominação, em particular contra crianças e adolescentes. Além da inserção das ciências sociais na Educação Básica e sua aproximação com o tema dos direitos humanos. Para isso, posteriormente será realizada entrevistas semiestruturadas, em escolas da rede pública de Goiânia, de orientação qualitativa e comparada a dados quantitativos já existentes.

Palavras-chave: Violência, desconstrução, direitos humanos, escola.

Alexandre Vinícius Malmann Medeiros

Doutorando em Sociologia

O professor e seu papel nas manifestações de bullying

Resumo: Diversos estudos abordam a violência como um fenômeno de origem social, histórica e cultural, reafirmando a necessidade de seu estudo a partir da sociedade que a produziu. O bullying se configura como um dos problemas educacionais da sociedade contemporânea pelo modo como

¹ Projeto de pesquisa do Prolicen sob orientação do Profº. Dr. Dijaci David de Oliveira.

interfere em todas as dimensões fundamentais da vida dos que nele se envolvem. Esta realidade exige dos profissionais da educação uma abordagem metodológica que contemple instrumentos do saber elaborado (SAVIANI, 1995), que mostre uma postura crítica e converta as responsabilidades do presente, num modo de olhar e programar o futuro, a partir de uma compreensão do mundo globalizado (IANNI, 1995; SOUSA, 2001), com todos os seus encantos e desencantos, crises e violências, na compreensão das contradições existentes na sociedade. Este trabalho visa observar o que dizem os autores que pesquisam o bullying sobre o papel esperado do professor diante das manifestações deste fenômeno no ambiente escolar. Na busca pelo entendimento do que se espera do professor no que diz respeito ao fenômeno bullying, optamos por uma pesquisa bibliográfica, utilizando livros publicados no Brasil de 2000 a 2012. Este recorte temporal ocorre por que as pesquisas sobre o fenômeno em território nacional são recentes, e as primeiras publicações específicas sobre o tema surgem nos anos 2000. Nesta violenta dinâmica escolar, o professor surge como uma ponte sólida para levar a escola de um ambiente de violência para um ambiente de paz. Diante do que foi apresentado pelos autores consultados, observamos que um dos pontos fundamentais na tentativa de iniciar um enfrentamento das violências nas escolas é a preparação dos professores, na sua formação inicial e continuada, mas que não se espera que este mesmo professor seja o grande mártir na luta contra a violência nas escolas. Entretanto considera-se importante seu papel na construção de uma nova cultura de paz escolar, pois estamos diante de um profissional que ocupa, ou ao menos deveria ocupar um papel de referência no ambiente escolar.

Palavras-chave: professor, bullying, violência, escola.

Joice Duarte Batista Lôbo

Doutoranda em Sociologia

Menores Infratores e Chefia Feminina: Contextos e Circunstâncias

Resumo: O presente artigo analisa a relação do menor infrator e sua mãe no decorrer de um contexto específico, o processo de ressocialização, incluso no ceio familiar. Exora o papel das mães chefes de família, no processo de aplicação da medida sócio-educativa de liberdade assistida. O que significa uma chefia feminina em lares com menores infratores? A responsabilidade das mães em socioeducar é assumida como culpa? Quais os efeitos dessa medida para as mães e menores infratores?

Palavras -chave: infratores, mães, responsabilização e culpabilidade.

Larissa Messias Moraes

Mestranda em Sociologia

Educação e Barbárie: prática de socialização para a coexistência

Resumo: Este trabalho é parte da minha pesquisa que está em processo no mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. As reflexões aqui apresentadas fundam-se no pressuposto de que a escola, enquanto espaço de socialização e de transmissão de conhecimento, é um importante meio para se desenvolver práticas voltadas para o enfrentamento da intolerância, do desrespeito e de práticas de violência que dão vazão aos atos que denominamos aqui como “barbárie”. No decorrer das discussões aqui levantadas, buscaremos definir o termo de barbárie mais apropriado para a análise proposta, perpassando os entraves conceituais deste termo, e trazendo a teoria de Theodor Adorno para elucidar a relação que estabelecemos entre educação e barbárie, onde a primeira se configura

como instrumento de oposição à segunda. A educação a que nos focaremos é a educação escolar institucionalizada, e mais especificamente, a Educação em Direitos Humanos que, enquanto espaço de reflexão e suporte teórico, possibilita trazer para o ambiente escolar questões relativas à discriminação, ao preconceito e à violência decorrentes da intolerância para com o “ser diferente”. Buscaremos, portanto, relatar aqui algumas das nossas primeiras aferições a respeito da relação entre educação e barbárie.

Palavras-chave: Educação, Barbárie, Educação em Direitos Humanos, Práticas de Socialização.

Suélia Nunes da Gama
Graduanda em Ciências Sociais

Análise das práticas de enfrentamento ao uso de drogas nas escolas públicas de Goiânia

Resumo: A pesquisa está sendo feita por meio de uma análise das práticas de enfrentamento ao consumo de drogas entre estudantes das escolas públicas de Goiânia, o objetivo será analisar, investigar e compreender as diferentes abordagens que o estado e gestores escolares veem utilizando para enfrentar o uso de drogas (lícitas e ilícitas), dentro e fora do contexto escolar. Para tanto utilizaremos análise qualitativa e quantitativa com entrevistas semi estruturadas e questionários a serem aplicadas a professores e alunos das redes estaduais da grande de Goiânia.

Palavras-chave: Educação, violência, escola, drogas, prevenção.

GT - 3

PENSANDO PRODUÇÕES DISCURSIVAS EM TORNO DA VIOLÊNCIA E DA DIFERENÇA

Professora debatedora: Telma Ferreira do Nascimento Durães

12 de dezembro de 2013 às 14:00h

Sala 29

Ricardo Lopes Esteves

Graduando em Comunicação Social

A influência da mídia no processo de mistificação do crime: uma análise dos discursos presentes nos telejornais do meio-dia goianos

Resumo: O presente trabalho traz à discussão a questão da representação social que a mídia faz do crime como sendo uma forma de mistificação. Tem-se como objetivo evidenciar o processo pelo qual se dá essa mistificação, bem como sua fundamentação ideológica. Fazendo uma ligação entre as áreas de Comunicação Social e Direito, o estudo traz conceitos para uma melhor compreensão do papel exercido pela mídia na atualidade e sua relevância na formação da opinião a respeito do crime e do criminoso. A “construção” e a “realidade” do delito aparecem como pontos importantes para se evidenciar o modo como se dá tal mistificação. Percebe-se que há uma distancia enorme entre o crime enquanto construção social e o crime enquanto realidade, encontrado nas ruas. Tenta-se dessa forma compreender até que ponto a mídia marginaliza o “criminoso” colocando-o como inimigo social número um, referendando uma reação estatal violenta e segregacionista, e até que ponto os veículos de comunicação reproduzem apenas medos sintomáticos, de uma sociedade que parece ter pedido a fé no poder estatal.

Palavras-chave: Mídia, Crime, Discurso do medo.

Paula Marcela Ferreira França

Doutoranda em Sociologia

Construindo o fenômeno do desaparecimento de pessoas: práticas interpretativas da polícia e das famílias dos desaparecidos

Resumo: Apresentam-se estratégias teórico-metodológicas que serão utilizadas para a abordagem da construção do fenômeno do desaparecimento de pessoas na interação de dois grupos no decorrer de uma investigação policial: os próprios agentes da polícia e famílias de desaparecidos. A intenção é observar práticas, raciocínios sociais e os supostos conflitos e divergências que aí surgem por meio do instrumental de sociologias pragmáticas e fenomenológicas, predominantemente a etnometodologia e a sociologia pragmática de Boltanski e Thévenot.

Palavras-chave: desaparecimentos, justiça/injustiça, direitos sociais

Gardene Leão de Castro Mendes

Doutoranda em Sociologia

Representações sociais de jovens de Goiânia: a negociação de sentidos dos discursos midiáticos a respeito de si

Resumo Após estudos realizados em pós-graduação e no mestrado, constatei que a mídia constrói representações sociais que estigmatizam o jovem pobre através do mito da periculosidade, ancorando sentidos que o criminalizam. A cristalização destes sentidos permite que tais interpretações sejam tomadas como “verdades”, fazendo com que a violência seja considerada como algo comum e necessário para controlar jovens. . Há a população uma crescente “crença” nesta representação social, que acaba

sendo complacente com a situação de extermínio físico e simbólico de jovens pobres. Por isto, no doutorado, meu objetivo é compreender como os jovens de Goiânia, recebem, compreendem e (re) significam as representações midiáticas hegemônicas, envolvendo a temática da criminalidade e violência, a respeito de si.

Palavras-chave: juventude, violência, representações sociais e mídia.

Thaís Elizabeth Pereira Batista

Mestranda em Linguística

Marcadores Discursivos: um estudo da diferença em comunidades etnolinguísticas

Resumo A presente pesquisa procura investigar aspectos linguísticos e de variação em diferentes comunidades marcadas etnicamente. Trata-se de uma análise comparada em uma comunidade urbana e uma quilombola. Pretende-se com essa análise linguística avaliar se há diferença no uso de marcadores discursivos em diferentes contextos ou quando o falante opta por diferentes performances, dependendo do seu interlocutor ou do tema a que se refere no contexto interacional. Buscar-se-á compreender de que forma as pistas indexicais ou contextuais podem interferir no uso da linguagem por estes(as) jovens e de que forma essa variação pode interferir nas relações de poder presentes nas várias esferas da sociedade, fazendo com que esses sujeitos *performem* identidades por meio da fala e do comportamento paralinguístico. Para estas análises, buscar-se-á subsídio em autores(as) como Ben Rampton, Inês Signorini, entre outros(as).

Palavras-chave: variação, diferença, comunidades, etnolinguística.

GT - 4

DAS IDENTIDADES, DAS REPRESENTAÇÕES DE SI E DO OUTROS

Professora debatedora: Dalva Maria B. L. D. de Souza

13 de dezembro de 2013 às 8:00 h

Miniauditório Luis Palacin

Karen Michel Esber

Doutoranda em Sociologia

As representações sociais das vítimas para os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes

Resumo: O objetivo do presente estudo é analisar as representações sociais de autores de violência sexual contra crianças e adolescentes sobre suas vítimas. Todos os sujeitos participantes se encontram cumprindo pena em regime fechado na Penitenciária Coronel Odenir Guimarães, unidade localizada no Complexo Penitenciário de Aparecida de Goiânia. Vinte e seis sujeitos aceitaram participar da pesquisa, o que culminou na realização de sessenta entrevistas. O material será analisado à luz da Teoria das Representações Sociais.

Palavras-chave: violência, sexual, autores, vítimas.

Jouber Silvestre da Silva Cândido

Mestrando em Sociologia

Fora da norma: reflexões sobre sujeitos surdos-homossexuais

Resumo Dada a escassez de estudos que articulem reflexões sobre deficiência e sexualidade, principalmente no que tange à surdez e homossexualidade, acredito que este trabalho possa ser uma contribuição para estudos que busquem compreender experiências e processos de construção identitária e subjetiva de sujeitos surdos-homossexuais, bem como para estudos voltados à compreensão das implicações sociais da deficiência e da homossexualidade.

Palavras-chave: Surdez, homossexualidade, interseccionalidade, identidade, deficiência.

Márcia Andréa Rodrigues Andrade

Doutoranda em Sociologia

Envelhecimento, Gênero e Subjetividade: A experiência de idosos (as) soropositivos (as) no município de Goiânia

Resumo: O ensaio tem como objetivo abordar reflexões iniciais de pesquisa referente as questões da experiência de idosos soropositivos usuários do HDT, no sentido de averiguar como se estabelece a resignificação da vida pós HIV. O aporte teórico será voltado as relações de poder e gênero, da corrente etnometodológica, este, como método para embasar a pesquisa empírica a ser feita.

Palavras-chave: HIV, Etnometodologia, Idosos

GT - 5

QUESTÕES SOBRE EDUCAÇÃO, CIDADANIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Professor debatedor: Cleito Pereira dos Santos

13 de dezembro de 2013 às 8:00 h

Sala 29

Eduardo Moisés Humbane

Doutorando em Sociologia

A escola moçambicana e a educação para a cidadania: dilemas, impasses e possibilidades

Resumo: Em Moçambique pouco mais de 20 anos depois do início da democracia liberal, há a percepção generalizada de que a democracia não descola, sendo uma das razões da falta de mobilização dos cidadãos para participarem na vida pública em suas múltiplas formas. Este quadro, em grande medida, pode ser devido ao fato de que por conta da cultura política predominante dos poderes constituídos, o conflito não seja aceite como um elemento estruturador da sociedade. Nesta pesquisa, se vai procurar compreender se a educação escolar em Moçambique, quer no passado histórico mais recente, quer na atualidade, desenvolve (u) um conjunto de saberes considerados pré-requisitos para os moçambicanos adotarem a cidadania enquanto uma estratégia de luta pelos seus direitos e dignidade.

Palavras-chave: Cidadania, conflito, educação escolar

Maxmillian Lopes da Silva

Mestrando em Sociologia

A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Resumo: O trabalho aborda a expansão recente da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica iniciada no ano de 2005, que promoveu a implantação de mais de 200 instituições de ensino públicas ofertantes de educação profissional. O foco da análise é o Instituto Federal de Goiás (IFG), cujo número de Câmpus saiu de dois e chegará a 15 até o ano de 2014. Até o momento, tendo em vista a problematização do trabalho, surgiram as seguintes questões a serem desenvolvidas: Que tipo de instituição está sendo expandida? Para quem essa instituição está se direcionando? Qual a concepção de educação e de sociedade que ela defende e leva à efetivação?

Palavras-chave: Expansão, Rede Federal, Educação Profissional.

Linamar Teixeira de Amorin

Doutoranda em Sociologia

Políticas de formação em saúde: trajetória que construiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

Resumo: Este trabalho propõe investigar as construções históricas das políticas de formação em saúde, com base nas quatorze Conferências de Saúde, elementos que identifiquem o significado político-pedagógico da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Trata-se de um estudo exploratório de natureza histórica. Acredita-se em uma cultura de formação permanente em contraposição a uma cultura de treinamentos emergenciais.

Palavras-chave: formação, saúde, educação permanente.

GT - 6

ASPECTOS SOCIAIS E SUBJETIVOS NAS NEGOCIAÇÕES DE GÊNERO

Professor debatedor: Camilo Albuquerque de Braz

13 de dezembro de 2013 às 14:00 h

Miniauditório Luis Palacin

Márcia Sardinha da Costa

Graduanda em Ciências Sociais – Políticas Públicas

Alternativas Feministas de Ativismo Criativo

Resumo: Este trabalho pretende analisar as formas de linguagem utilizadas pelos movimentos feministas na contemporaneidade, focando a utilização da escrita no corpo como forma de protesto em suas manifestações nas praças e ruas das cidades.

Palavras-chave: feminismo, ativismo criativo, corpo.

Adriano Martins Rodrigues dos Passos

Mestrando em Sociologia

Performatividades e performances: negociações de gênero e sexualidade em aulas de Educação Física

Resumo: Analisar as negociações de gênero e sexualidade em aulas de

Educação Física bem como compreender como essas negociações eram amparadas foi o objetivo desse trabalho. Preliminarmente, observou-se que os documentos diretivos da escola, metodologias e didáticas da disciplina de Educação Física reverberavam estratégias capazes de legitimar posicionamentos e reforçar representações de masculinidade e feminilidade naquele contexto. Além disso, considerou-se que ao encontrarem na escola um ambiente fértil para a legitimação de suas *performances*, os alunos e alunas tinham suas representações de masculinidade e feminilidade substancializadas pela constante repetição e reiteração dos discursos baseados nas diferenças entre homens e mulheres.

Palavras-chave: educação física, gênero, sexualidade, *performance*, *performatividade*.

Bento Manoel de Jesús

Doutorando em Sociologia

Alguns apontamentos sobre estética de gênero na transexualidade

Resumo: Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, nível doutorado, apresentei um projeto de pesquisa que visa analisar a vida cotidiana de pessoas transexuais transgenitalizadas, especialmente no que diz respeito a aspectos de suas relações e interações. Assim, o presente trabalho tem o objetivo de levantar algumas questões em relação à transexualidade a partir de um conceito vinculado à noção de gênero: a estética. Não se trata de desenvolver aqui uma discussão teórica densa da noção de estética e nem uma análise profunda de dados empíricos, ainda em construção. O que proponho é trazer algumas observações e impressões de minha parte, no sentido de reunir elementos que podem ser úteis na reelaboração de um problema de pesquisa.

Palavras-chave: transexualidade, estética de gênero, cirurgia de transgenitalização

GT - 7

A VIOLÊNCIA EM SUA RELAÇÃO COM O ESTADO

Professor debatedor: Dijaci David de Oliveira

13 de dezembro de 2013 às 14:00 h

Miniauditório Luis Palacin

Welliton Carlos da Silva

Doutorando em Sociologia

A incerteza dos números: uma investigação quantitativa de homicídios nas cidades do Entorno

Resumo Este estudo trata da pesquisa quantitativa na análise de homicídios em determinados territórios (cidades, estados, países), com enfoque nas variantes utilizadas e na capacidade desta espécie de abordagem representar ou não cenários realistas. Como em outros países, a contagem dos homicídios no Brasil sofre variações conforme órgãos e interesses administrativos. Os homicídios ocultos são a prova de que é preciso maior atenção aos estudos quantitativos, não os abandonando, mas relativizando suas configurações.

Palavras-chave: Violência, pesquisa quantitativa, homicídios.

Géssica Barreto da Silva

Aluna Especial do Programa de Pós Graduação em Sociologia

Resumo: Pretende-se realizar uma análise sobre a violência exercida por oficiais de segurança pública no Estado de Goiás, desde suas causas à seus desdobramentos, permitindo compreender como se deu/dá a construção de tais práticas. Juntamente a esta questão, busca-se discutir o fato pelo qual as maiores vítimas desta violência possuem estereótipos específicos, conforme demonstrado em algumas pesquisas, sendo o homem jovem e negro morador da periferia. O exercício de tal trabalho permite instigar discussões e análises quanto a tais ações, que estão em desacordo com os códigos de condutas dos agentes de segurança pública, aos direitos humanos e o estado de direito do cidadão desenvolvendo, conseqüentemente, um possível sentimento de insegurança através das práticas criminais exercidas por estes oficiais.

Palavras-chave: violência policial, códigos de conduta, impunidade, direitos humanos.

Edson Tadashi Sumida

Aluno Especial do Programa de Pós Graduação em Sociologia

Execução Penal na Sociedade Contemporânea

Resumo O sistema de execução penal, constituído de pena privativa de liberdade, o sistema de progressão de regimes e de penas alternativas (restritivas de direito), demonstra a ineficiência/inefetividade da lei no tocante a prevenção do crime. Assim como, as reformas legislativas adotadas pelo legislador na busca da solução para minimizar o aumento significativo da prática criminosa violenta e da reincidência criminal tem

demonstrado ineficientes. A produção legislativa para a eficiência e a efetividade do sistema não deve ser analisado de forma estanque, deve-se analisar dentro do seu contexto social. A execução penal será eficiente e efetiva na sociedade contemporânea se os seus fundamentos não se restringirem a uma solução meramente legislativa, mas que se coadunem com os anseios da sociedade.

Palavras-chave: sociedade contemporânea, execução penal, sistema prisional.

Eduardo Martins de Camargo

Aluno Especial do Programa de Pós Graduação em Sociologia

Estado punitivo e violência: perspectiva social-criminológica da universalidade (?) dos direitos humanos

Resumo: Constata-se de modo geral nas sociedades contemporâneas apego e sentimento pela igualdade e universalização dos direitos humanos entre os cidadãos. Por outro lado, essas mesmas sociedades passaram a adotar um modelo de Estado Punitivo no qual o medo, o risco e o controle social estão sempre em voga, vulnerando os direitos humanos. A figura do crime ganhou especial destaque no cenário e discussões na vida dos indivíduos. Com isso, analisar-se-á na realidade brasileira como o discurso da universalização dos direitos humanos ‘convive’ com as diferenças sociais e a violência desmedida empregada por tal modelo punitivista estatal, procurando circunscrever se há alguma camada social especialmente alvejada pelo Estado Punitivo.

Palavras-chave: Direitos humanos, Estado Punitivo, violência, diferença, universalidade.

CERIMÔNIA DE ABERTURA

SOBRE VIOLÊNCIA, PRISÕES E MANICÔMIOS²

Haroldo Caetano da Silva³

UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Tenho quarenta e quatro anos de idade. Vinte de trabalho no Ministério Público. Há dezoito anos titular da promotoria de justiça da execução penal em Goiânia.

Conheci presídios. Muitos.

Experiência que rendeu inúmeras histórias. A mais marcante e ao mesmo tempo a mais difícil foi a de ter sido refém na maior rebelião já ocorrida em Goiás. Comandados pelo então célebre presidiário Leonardo Pareja, presos do CEPAIGO fizeram dezenas de reféns em uma rebelião que perdurou do final de março até o início de abril de 1996. E eu lá. Com meu 26 anos e recém-chegado à comarca da capital.

² Conferência de abertura do II Seminário da Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Diferença e Violência *Por uma problematização sociológica dos Direitos Humanos na sociedade contemporânea*, proferida dia 11 de dezembro de 2013, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

³ Promotor de Justiça. Mestre em Ciências Penais pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Poderia ter mudado de ramo no MP? Sim; e nem teria sido considerado covardia, eu sei. Mas preferi ficar. Acho que não pensei direito. Talvez tenha ficado com a capacidade mental momentaneamente prejudicada em razão dos sete dias de cárcere.

O lado bom – se é que existe um – é que descobri o valor de um representante do MP à época. Nas negociações pelo fim da rebelião, este promotor de justiça foi dado em troca por um VW Santana usado, um revólver 38 e uma caixa de munição. Daquela madrugada de lua cheia de 3 de abril de 1996, dificilmente irei me esquecer. O dia em que reconquistei a liberdade. Ou o dia em que nasci pela segunda vez.

Nesses anos de atuação e de resistência (posso assim dizer, pois há muito venho denunciando a triste realidade carcerária brasileira e, tal qual o *intelectual orgânico* de Gramsci, militando pela revisão de conceitos e de práticas no campo da segurança pública, do sistema prisional e da justiça criminal)... Nesses 18 anos de atuação e de resistência, vi a população carcerária saltar de 140.000 para 550.000 homens e mulheres privados da liberdade no Brasil, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) atualizados em dezembro do ano passado.

Para se ter uma ideia, o CEPAIGO contava, ao tempo da rebelião de 1996, com pouco mais de 500 homens. Hoje a mesma estrutura, bem mais desgastada e carcomida pelo tempo e com pequenas ampliações, abriga 1.500 presidiários.

Nesta conferência, cujos riscos foram assumidos pelos professores responsáveis pelo convite a alguém que não integra a Academia,

pretendo abordar não o todo, o que seria impensável e impossível, mas algumas peculiaridades com as quais tenho tido algum contato, seja em razão do trabalho no Ministério Público, seja na militância em movimentos de Direitos Humanos, o que agora ganha reforço com o fenômeno das redes sociais na Internet, que facilitam, democratizam e enriquecem as discussões sobre temas outrora travadas em círculos fechados.

Não tenho o costume de ler apresentações escritas. Aliás, esta é a primeira vez que assim procedo. Para tanto, dividi a exposição em três capítulos principais e alguns subtítulos, sendo a eles transversal a questão da violência.

Espero que tenhamos uma boa conversa hoje.

1. VIOLÊNCIA? QUAL VIOLÊNCIA?

Este, que já é o segundo Seminário da Linha de Pesquisa em Direitos Humanos, Diferença e Violência, propõe “uma problematização sociológica dos Direitos Humanos na sociedade contemporânea”. A programação é rica e intensa.

A Faculdade de Ciências Sociais e a Universidade Federal de Goiás, por seus professores e estudantes, assumem, enfim, a função que se espera da Academia, que deve sim preocupar-se com a realidade das coisas e engajar-se na busca de caminhos que possam produzir uma sociedade melhor. Nosso Estado é carente de espaços qualificados de estudos e pesquisas da violência e dos Direitos Humanos; e a Universidade Federal de Goiás agora protagoniza o que pode ser uma nova maneira de se discutir temas tão importantes quanto

ásperos para, a partir do conhecimento científico abalizado, trazer uma visão crítica quanto ao fenômeno da violência e dos Direitos Humanos, contribuir para a construção de novas e melhores políticas públicas e, como consequência, de uma sociedade melhor.

De que violência nós vamos falar neste Seminário? Daquela de sucesso midiático, em que ladrões são flagrados pelas câmeras de vigilância no ato do crime, espancando vítimas e levando seus pertences e dinheiro? Das centenas de homicídios em Goiânia, muitas vezes praticados por assassinos enfurecidos após uma discussão banal no trânsito ou por adolescentes transtornados pela dependência química?

Ou seria daquela que sequer nos é apresentada como violência? Da corrupção? Da impunidade dos que detêm algum poder? Da descarada e voraz apropriação dos recursos públicos por quem deveria oferecer serviços à população?

Não seriam também vítimas da violência o homem que morre em busca de atendimento médico e é jogado de uma unidade de saúde a outra, a grávida que dá à luz no banheiro após um sofrimento alucinante na recepção da maternidade pública, ou a criança que morre à espera de vaga na UTI?

Vamos falar das crianças sem acesso à creche na cidade mais rica de Goiás? Ou do menino que mendiga no semáforo da esquina? Ou, quem sabe, das crianças e adolescentes que frequentam escolas públicas em situação deplorável e sem equipamentos essenciais a um ensino de qualidade, em plena capital do Estado?

Nesta conferência, vamos discutir um pouco da violência contra os delinquentes e presidiários, adolescentes ou adultos. Alguém já parou para pensar por que motivo esses seres humanos são transportados em porta-malas de viaturas policiais? Ou na privação de direitos mínimos à sobrevivência no ambiente das prisões a que são levados?

E a violência policial, que ainda hoje segue rotinas dos tempos da ditadura militar, também merece e certamente terá espaço neste evento. Assim como a violência contra vítimas de crimes, sem amparo psicológico, expostas a constrangimentos em delegacias de polícia sucateadas e muitas vezes sem receber ao menos um atendimento cordial.

Importa também discutir - e vi na programação que acontecerá - a alienação produzida pelos veículos de comunicação social e a exploração sensacionalista de crimes nos seus noticiários, bem assim repensar os programas que expõem exclusivamente conteúdo violento, por horas e horas, em busca da audiência que garanta algum lucro.

É fundamental debater a violência em seus variados aspectos. Deste Seminário, que em boa hora vocês promovem na Universidade Federal de Goiás, sairão enunciados, moções e decisões importantes, e que certamente levarão a um novo olhar que, a partir aqui da Academia, poderá induzir posturas éticas por parte da sociedade e do Estado em relação ao fenômeno da violência.

2. PRISÕES

Devo falar sobre violência, prisões e manicômios.

Sobre a realidade do cárcere em nosso país não preciso tecer muitos comentários para um auditório tão seletivo quanto este.

Masmorras, campos de concentração ou guetos. Há raras exceções, mas esta é a regra. Vocês podem escolher a melhor classificação. Não há limite de ocupação e, tal qual coração de mãe (ou madrasta!), sempre cabe mais um.

A rotina é marcada pela violência interna e pela divisão do poder segundo critérios próprios de um ambiente caótico. Prédios em ruínas são muito comuns a servir como unidades prisionais, onde superlotação, doença e morte integram a atmosfera desses lugares. Assistência jurídica é normalmente insuficiente, quando não inexistente, como no caso do Estado de Goiás, que não conta sequer com uma Defensoria Pública.

A invisível violência institucional resulta principalmente da ausência de qualquer figura representativa do Estado, que deixa os presos entregues à própria sorte dos portões de entrada para dentro das galerias; mas também acontece sob a forma de tortura, seja física ou psicológica, e mediante a corrupção pé-de-chinelo, que regula grande parte das relações entre presos e funcionários, o que vai desde a obtenção de uma vaga de trabalho, até uma visita ao departamento jurídico ou médico. A “vida nua” de que nos fala a Filosofia, presenciada ao vivo e a cores, é o que sobra para a grande

massa de presidiários, sem direito a ter direitos, como nas palavras de Hannah Arendt.

Mas não vou me deter sobre esse conjunto de fatores que expõe a prisão como o lugar do não-direito, para o que há farta publicação científica, artística e literária a respeito produzida.

2.1. A pena para além da pessoa do condenado

Violência contra a família dos presidiários, que recai com maior peso sobre suas mães, esposas ou companheiras e filhas, de todas as idades, ao serem submetidas àquela que é com certeza uma das mais repugnantes e humilhantes práticas presentes nos presídios brasileiros: a revista íntima e vexatória. Aquele preceito constitucional segundo o qual “nenhuma pena passará da pessoa do condenado” não passa de letra morta. As visitas, para exercer um direito seu, despem-se de corpo e têm também a alma vilipendiada, submetidas ao deboche e à depravação, obrigadas que são a pular, a fazer agachamentos, flexões, exposições em frente ao espelho, submissão ao toque vaginal e anal, para que até as suas entranhas sejam visualizadas pelo agente do Estado.

Do criminoso Estado brasileiro, em que os Direitos Humanos não passam de figura de retórica para um discurso vazio, desacompanhado de ações que façam valer e respeitar a dignidade humana de toda uma população. Marginalizados e expostos a situação de extrema vulnerabilidade, mais de meio milhão de homens e mulheres presos, têm o seu suplício aumentado com a violência perpetrada, com ares de legalidade, contra seus filhos, cônjuges, demais parentes e amigos.

Vocês podem fazer um cálculo rápido e perceberão que mais de um milhão de pessoas passam semanalmente pelo máximo constrangimento da revista íntima e vexatória em presídios de todo o país.

E o resultado dessa “rotina de segurança” sempre se mostra um fracasso total, uma vez que objetos ilícitos são encontrados diariamente nos presídios, fato que demonstra que o caminho para o ingresso de drogas e celulares para dentro do cárcere não passa necessariamente pela vagina ou pelo ânus das visitantes. O procedimento de revista íntima acaba por denunciar-se, então, como mero exercício de um poder vazio, sem qualquer sentido racional, que se volta especialmente contra o gênero feminino. Contra as centenas de milhares de mulheres que enfrentam as filas, a vergonha e a humilhação, a cada final de semana, para tentar passar ao menos o pedaço de um dia junto a seu parente, companheiro ou amigo, levando alento e aconchego àquele que sofre as agruras do encarceramento.

Não bastasse o duro sofrimento de ter um filho, um companheiro ou um pai preso (vamos tentar um esforço imaginativo de alteridade e nos colocar no lugar de uma dessas mães), essas mulheres, centenas de milhares de mulheres, dos 12 aos 80 anos de idade, mesmo com toda a tradição cultural que remete à vergonha da mulher pela nudez e pela exposição de suas partes mais íntimas, são constrangidas pelo Estado brasileiro a algo que não demorará muito tempo - assim espero - será visto como algo impossível de acreditar que tenha ocorrido em pleno Século XXI.

A esse respeito, devo aqui fazer um necessário e importante recorte.

Nenhuma pessoa precisa despir-se para ingressar em qualquer dos estabelecimentos prisionais goianos desde 19/julho/2012, data de publicação da Portaria n° 435/2012, da antiga AGSEP, hoje Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e Justiça (SAPEJUS).

Embora não exista um diagnóstico estatístico sobre a experiência, não há qualquer indicativo de que tenha aumentado, neste período, a incidência dos problemas que para muitos são relacionados às visitas, como ingresso de celulares e drogas nos presídios.

Também não houve a necessidade da aquisição de scanners corporais ou outros recursos caros e de alta tecnologia. Os recursos de antes são os mesmos de agora. Houve, sim, uma mudança de atitude quanto ao respeito aos Direitos Humanos dos visitantes, o que tem produzido inclusive um ambiente mais tranquilo no cárcere. Também os agentes prisionais, resistentes à humanização dos procedimentos num primeiro momento, hoje são em sua maioria favoráveis à nova rotina, uma vez que a revista vexatória era altamente constrangedora também para os profissionais da segurança prisional.

O que foi decisivo para a mudança ocorrida em Goiás depois de instalada a discussão, foi a divulgação de um vídeo que produzimos durante uma inspeção ao CEPALGO em 2010, num dia de visita, e que encontra-se disponível no Youtube sob o título “Revista vexatória - visitando uma prisão brasileira”.

Fruto da coragem de uma mulher que concordou em ser filmada durante o antigo procedimento e que se dispôs a denunciar, com a exposição pública do seu próprio corpo, a absurda violência institucional que era, até pouco tempo atrás, cometida pelo Estado de Goiás contra as pessoas, principalmente mulheres e de todas as idades, que passam pela dura experiência de ter um parente, amigo ou companheiro preso. Denúncia que ainda é atual e necessária. Afinal, a rotina da revista vexatória se faz presente em quase todos os demais Estados brasileiros.

2.2. O mito da ressocialização pelo cárcere

Equívoco conceitual sério, porém fortemente impregnado na cultura de nossa sociedade e, particularmente, na dogmática jurídica, é o de acreditar que a privação da liberdade seja instrumento capaz de transformar o homem para melhor. A prisão que recupera. A prisão vista como a escola que reeduca. A prisão que ressocializa. A prisão-hospital que cura o homem adoecido pelo crime. A prisão que, enfim, transforma o homem criminoso em homem não-criminoso.

Dessa bela mentira de que falo com um pouco mais de profundidade no livro “Ensaio sobre a pena de prisão” (Curitiba: Juruá, 2009), resulta uma política criminal equivocada, que transfere para o sistema punitivo questões que deveriam ser resolvidas e/ou equacionadas em outros ambientes, distantes do aparato repressivo do Estado. Mas, com a ideia de uma prisão que cura e ressocializa, ela assume definitivamente a função de panaceia. É o remédio para todos os males da sociedade.

A partir das mesmas premissas, de que a prisão pode produzir um homem melhor, é que se estabelece também o sistema progressivo na execução penal, que estabelece formas de cumprimento de pena anacrônicas, como os regimes aberto e semiaberto, modalidades extremamente severas de cumprimento da pena e, ao mesmo tempo, fatores que provocam na sociedade em geral uma compreensível sensação de impunidade.

Legitima-se também a política de encarceramento em massa como efeito de uma inconfessável criminalização da miséria. Afinal os problemas sociais, que estão na raiz da violência e para os quais o Estado brasileiro, por seus governos omissos – e em todos os níveis: federal, estadual e municipal – prefere dar as costas, exigiriam maiores investimentos em setores que normalmente não trazem visibilidade nem dividendos eleitorais para os nossos políticos profissionais e de carreira.

A saída pelo encarceramento em massa contempla, então, uma pretensa opinião pública (ou seria publicada?) ávida por mais vingança, não importando a maneira pela qual esta se realiza, como resposta para a violência que se faz presente em todos os espaços, públicos e privados, da sociedade brasileira.

Daí passa a ser natural a pressão, verbalizada muitas vezes por setores da mídia irresponsáveis e descompromissados em relação aos princípios constitucionais reguladores da comunicação social, pela construção de mais presídios, mais unidades para recolhimento de adolescentes, mais manicômios, ou mesmo para a redução da maioria penal e aplicação de penas mais severas, além da recorrente discussão sobre a pena de morte.

Entretanto, como o remédio é falho, o aumento do poder punitivo do Estado não consegue sequer o efeito placebo. Os resultados não são aqueles prometidos; muito pelo contrário, a violência torna-se ainda mais perversa como reflexo do incremento da repressão. E o ambiente fica então propício a que sejam tomados rumos típicos de estados de exceção, já bem conhecidos, como a vingança privada ou mesmo a prática do extermínio, seja por grupos de milícias ou policiais justiceiros.

A política de encarceramento em massa e de criminalização da miséria exaure-se, mas não se reconhece o equívoco e o problema aprofunda-se e agrava-se a cada dia um pouco mais.

2.3. Os indesejáveis da hora

E por falar em criminalização da miséria e encarceramento em massa, eis que surge uma nova população que forma o grupo dos indesejáveis da hora, os novos inimigos de que fala Zaffaroni (*O inimigo no Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007): a população em situação de rua, alcançada quase por inteiro pela rotulação de viciados em drogas. E para eles a segregação como resposta, agora na forma de um requintado e novo manicômio, sob o pretexto de que a internação, compulsória (ilegalmente compulsória, registre-se), destina-se ao tratamento da dependência química, notadamente para usuários de crack, droga demonizada e eleita a vilã da hora, com direito inclusive a campanhas midiáticas que se fundamentam no medo e que alimentam ainda mais o preconceito e a desinformação quanto ao assunto.

Um parêntese: Só não se confessa o propósito higienista, para que as ruas do país da Copa do Mundo e da Olimpíada estejam momentaneamente bonitas “para inglês ver”.

Numa política assim fundada, o foco de atenção deixa de ser o homem e passa a ser a substância, o crack. Como se o problema estivesse nas próprias drogas e não nas condições que levam o homem ao seu consumo abusivo.

A propósito, acompanho com bastante preocupação - e aproveito aqui também para alertar a cada um de vocês, responsáveis que são pela produção de conhecimento no campo dos Direitos Humanos - para certas políticas públicas que vêm sendo propostas no campo da saúde mental, notadamente em relação à dependência química.

O enfoque moral, que tem o consumo de drogas como uma anomalia a ser combatida, assim como a abordagem pelo viés religioso, que propõe a cura divina para essa que seria uma “doença moral” que acomete o usuário, são característicos de políticas equivocadas que, além de violar a laicidade do Estado, não têm qualquer fundamento técnico-científico. Entretanto, vêm se servindo de base para iniciativas promovidas em diversos lugares, como aqui em Goiás, tendo como principal instrumento de ação o trabalho das denominadas “comunidades terapêuticas”, além daquele que terá tudo para se transformar em um novo manicômio, exclusivamente para dependentes químicos, e que vem sendo construído ao arrepiro da Política Nacional de Saúde Mental sob a sigla CREDEQ (Centro de Referência e Excelência em Dependência Química).

Quanto às comunidades terapêuticas, auto-apresentadas como instrumentos de Deus para a recuperação das pobres almas dos viciados em drogas, não são unidades de saúde. São instituições privadas, de cunho eminentemente religioso e que por certo têm sua importância para aqueles que procuram amparo espiritual, desesperados na busca por algum tratamento que lhes é negado em face da ausência de investimentos na rede de atenção em saúde mental. Mas, diante da precariedade em que funcionam, sempre ressalvadas as exceções, as comunidades terapêuticas vêm sendo palco de frequentes denúncias de maus-tratos, cárcere privado e tortura.

Em relação a esse tema impõe-se também uma análise crítica na política de criminalização do consumo e do comércio de drogas, como começa a acontecer pela coragem do presidente Mujica, do vizinho Uruguai, o que sem dúvida é motivo de alento e esperança. É patente que a guerra contra as drogas está perdida e que os efeitos da política de repressão têm sido piores do que a eventual legalização e regulação responsável do mercado e do consumo. Imagino que este Seminário, pelo que se propôs, ou quem sabe o próximo, abra espaços também para tal discussão.

2.4. A questão da reincidência

Outro problema é o fenômeno do eterno retorno do presidiário dentro de um previsível círculo vicioso de prisão-liberdade-prisão, decorrente também, dentre outros fatores, da absoluta falta de qualquer política de apoio pós-encarceramento.

A reincidência é o resultado esperado da experiência no cárcere, o que é comum mesmo em países onde há um mínimo respeito aos Direitos Humanos do preso (vide a propósito: Thompson, Augusto. *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro: Forense, 2002), mas que se agrava bastante quando as condições de encarceramento violam direitos fundamentais da pessoa humana. Dignidade é palavra estranha no universo dos presídios brasileiros.

Afinal, qual é o comportamento que poderíamos esperar de alguém que passa anos e anos por esse regime de horrores? Alguém que normalmente ingressa muito jovem na prisão, com toda a energia de sua juventude submetida a regime de severa opressão e de violação de direitos.

Ou, partindo de outra perspectiva, o que espera o ex-presidiário aqui do lado de fora dos muros? Algum de vocês abriria uma vaga de trabalho para o homem que passou, apenas para exemplificar, pela colônia do nosso semiaberto aqui de Aparecida de Goiânia após anos no regime fechado do Cebaigo? Ou, quem sabe, empregaria uma mulher liberada após muito tempo de encarceramento, oferecendo-lhe vaga de cozinheira em sua residência?

É quase certo que em ambos os casos a resposta será compreensivelmente negativa e esta é a realidade historicamente enfrentada pelos chamados egressos do sistema prisional, para os quais, além das portas que normalmente se fecham, inexistente política pública de acolhimento, suporte psicossocial e de recolocação no mercado de trabalho.

Entretanto, o Código Penal resolve a questão da reincidência, fazendo-o com a *maestria* de sempre ou, para aqui não deixar dúvida pelo uso da ironia, fazendo-o mediante a aplicação da receita que conhecemos bem. Maior criminalização. O condenado reincidente terá a pena agravada (art. 61, inciso I, do Código Penal).

Em outras palavras, o Código Penal pressupõe que o cumprimento anterior de pena teria alcançado o resultado da *harmônica integração social* do condenado, para usar a expressão referida no art. 1º da Lei de Execução Penal. Logo, a reincidência apenas denuncia um criminoso que não aproveitou a oportunidade de ajustar-se, que não se recuperou mesmo com as práticas “re” (ressocialização, reeducação, reintegração) a ele oferecidas ao tempo do encarceramento.

Não aproveitou as políticas “re”, porém (re)incidiu. A reincidência, segundo a inteligência do sistema punitivo brasileiro, seria um tipo de “re” que não resulta da prisão. Pelo contrário, seria até prevenida pela privação da liberdade, que transforma o homem para melhor. Vocês se lembram do que falamos há pouco? A partir dessas premissas, então, o Código Penal determina que o reincidente deva ser condenado a uma pena agravada, ou seja, mais severa do que aquela que seria aplicada ao criminoso primário nas mesmas circunstâncias.

3. MANICÔMIOS

Manicômios judiciários não temos e nunca tivemos em Goiás.

Conheci loucos, presos indevidamente em nossas penitenciárias. Pessoas absolvidas – sim, absolvidas! – pela justiça criminal que, a pretexto de uma certa periculosidade (conceito que depois percebi absolutamente equivocado enquanto justificativa para a segregação de pessoas), eram simplesmente jogadas no Cebaigo, para serem tratadas!

O absurdo era tamanho e a alienação do sistema de justiça era tal que os próprios juízes determinavam, em suas sentenças, que a medida de segurança deveria ser cumprida “em regime de internação, no Cebaigo”, o que denuncia a pressuposição dos senhores juízes de que o Cebaigo era, sim, o lugar adequado para a pessoa absolvida e submetida à medida de segurança. E assim a coisa acontecia, sem que houvesse qualquer questionamento da prática. Afinal, se a justiça mandou está feita a justiça! Não havia do que reclamar.

Muitos desses loucos conheci muito de perto na semana em que fiquei refém em 1996. Outros conheci em visitas anteriores e posteriores à rebelião.

Se não tínhamos manicômios em Goiás, visitei manicômios em outros estados e pude conhecer de perto o massacre silencioso praticado pelo Estado brasileiro contra milhares de pessoas, pelo simples fato de padecer algum tipo de transtorno mental. Percebi, então, que também o manicômio não representava algo muito diferente do que a prisão – ilegal – que se praticava em Goiás.

Um presídio perfeito. Eis o manicômio judiciário. Não importando a quantidade de internos ou as condições de tratamento a eles

dispensado, a paz sempre reina no manicômio. A custa de medicação, evidentemente.

O silêncio é raramente quebrado com gritos e delírios, pois estes, caracterizadores da indisciplina do louco, levam ao castigo certo. Dias de isolamento, nu, na sala de contenção.

Era esta uma prática tradicional do Hospital Psiquiátrico André Teixeira Lima, em Franco da Rocha-SP, que tive o privilégio de conhecer, se é que se pode assim dizer, no ano de 2010. Entretanto, tal tipo de punição disciplinar, segundo relato dos diretores, já havia cessado àquela época. Eu até acreditei, pois não parecia existir algo mais eficaz do que a medicação forçada para a contenção. A sala de contenção era mesmo desnecessária, exceto talvez para o exercício gratuito da violência ou por conta de alguma tendência ao sadismo.

Um presídio perfeito. Mas para réus tecnicamente inocentes, absolvidos pela justiça. Isso mesmo, insisto! Não se trata de condenados, mas homens e mulheres com os mais variados tipos de transtorno mental que, sob o rótulo de perigosos, perdem o direito de serem reconhecidos como seres humanos. A condenação, não pelo fato ou por algo que se tenha feito, é pelo ser diferente. E é perpétua. Pior ainda: pelo fato de serem loucos, são indiretamente condenados à morte. Não qualquer morte. Mas à morte mediante tortura. A tortura do manicômio cessa com a morte. Não do homem, que assim já não é visto, mas daquele organismo que insiste em respirar ou, para o constrangimento de muitos, insiste em existir.

Tal qual na experiência da Alemanha nazista, que levou seus loucos para a câmara de gás antes mesmo que estas fossem destinadas ao

inimigo judeu, assim fazemos no Brasil. Não usamos a câmara de gás, todavia. Somos um pouco mais perversos. Não temos pressa e, então, preferimos matar devagar. A ponto de o louco ver-se morto ainda vivo; de não reconhecer-se como parte da espécie humana. Até que chega a morte redentora!

Não dá para esquecer o relato de Cidinha, uma interna do HCTP de Franco da Rocha. Enquanto caminhávamos para sair do manicômio, essa simpática senhora que há anos estava ali internada insistia em falar para sua psicóloga, que também nos acompanhava:

- Margarida, eu morri. Eu morri, Margarida!

Ao que a psicóloga, minha grande amiga Margarida Mamede, contradizia:

- Não, Cidinha, você não morreu! Você está viva! Você está aqui do meu lado. Você está viva!

O diálogo foi esse por algum tempo, até que saímos, enfim, daquele lugar. Cidinha ficou do lado de dentro dos muros, evidentemente.

Já fora do manicômio falei, então, para a psicóloga:

- Margarida, a Cidinha está mais consciente da própria realidade do que você, minha amiga.

Não vi seres humanos nos manicômios. Essa condição lhes é retirada no ato de entrada. Vi mortos-vivos, organismos em vida

semivegetativa, esperando e às vezes torcendo pela hora da própria morte, pelo fim do sofrimento.

E a liberdade? Essa é extremamente rara. A periculosidade vista como atributo da doença mental, tal qual a própria doença, acompanha o sujeito normalmente até o fim de seus dias.

Como a periculosidade não cessa, pois a doença não cessa, o louco vai ficando ali mesmo no manicômio. E quem decide não é o médico ou a equipe de saúde que normalmente deve acompanhar o tratamento. É o juiz, depois de avaliação do Ministério Público e da Defensoria, quem decide.

Como o medo estará sempre acompanhando a periculosidade que nunca acaba, as decisões são previsivelmente negativas ao direito de liberdade do louco.

Assim, a doença acaba por acometer também aqueles que trabalham no manicômio. Profissionais da saúde mental, mesmo sabedores da condição de alta hospitalar do paciente, se vêem impotentes diante da decisão soberana e incontestável do juiz.

Profissionais da saúde mental transformados em burocratas e torturadores. Sim. Sem autonomia para dispensar o melhor atendimento ao paciente, se vêem a todo tempo legitimando a perversa prática da prisão perpétua, pois muitas vezes não conseguem expor a verdade para seus pacientes, de que permanecerão ali, fechados, até o final de seus dias. Essa percepção, aliás, foi uma das razões que levaram minha amiga, a psicóloga

Margarida, a pedir demissão do manicômio de Franco da Rocha não faz muito tempo.

A vida no manicômio vai sendo mantida, quando muito, à custa de condições razoáveis de higiene, de medicação forçada, de laborterapia, de psicoterapia, mas que não têm como objetivo a liberdade futura. Pois esta não chega. Ou, mais difícil ainda, não está nas mãos dos funcionários do manicômio ou dos profissionais da saúde mental e, sim, dos juízes e promotores de justiça, autoridades que em grande parte preferem ignorar como funcionam os manicômios, sem muita disposição também para conversar com as pessoas ali recolhidas e, até, com os profissionais que as acompanham.

3.1. Paili

Dentro desse contexto brutal em que as assim chamadas “medidas de segurança” são executadas em praticamente todo o Brasil, salvo raras experiências antimanicomiais, é que surgiu o PAILI (Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator).

Se a medida de segurança não tem caráter punitivo – e de direito não tem – a sua feição terapêutica deve preponderar. O homem a ela submetido é absolvido do crime pelo qual fôra processado. Muda-se, então, o paradigma. Eis o discurso que construímos, com fundamento em uma interpretação atualizada do tema, à luz da Constituição e da Lei nº 10.216/2001, a Lei Antimanicomial.

Com a nova ordem jurídica, a questão deixa de ser focada unicamente sob o prisma da segurança pública e é acolhida

definitivamente pelos serviços de saúde pública. Não será a cadeia, tampouco o manicômio, o destino desses homens e dessas mulheres submetidos à internação psiquiátrica compulsória. A imagem do sofrimento e da exclusão dos imundos depósitos de loucos – ainda recente na memória dos goianos e presente em outros cantos do país – não tem espaço nesta época em que há dispositivos legais de proteção aos direitos fundamentais dos que padecem de transtornos mentais.

Perigoso é o abandono! Perigoso é o preconceito! Perigosa é a segregação! Ao invés de manicômio, usa-se a rede de atenção psicossocial. A pessoa em medida de segurança ingressa no ambiente democrático do Sistema Único de Saúde.

Esta foi a base da proposta que apresentamos, ao final de dez anos de muito diálogo, avanços e retrocessos, idas e vindas, que culminou com a afirmação do Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator como política de saúde pública. Era 26 de outubro de 2006.

A assinatura, naquele dia, do convênio de implementação do PAILI, em solenidade realizada no auditório do Fórum de Goiânia e que contou com a presença de todas as instituições relacionadas ao assunto, registrou o marco inicial do resgate de uma grande dívida para com as pessoas submetidas à medida de segurança, mediante a construção não de um novo manicômio, agora dispensável em face da Lei Antimanicomial, mas sim pela construção coletiva de um processo, envolvendo poder público e sociedade, visando à implementação da reforma psiquiátrica nesse campo historicamente caracterizado pela violação de direitos fundamentais da pessoa humana.

Celebrado nacionalmente pela inovação e ousadia, o que se deve muito mais à dedicação dos profissionais de saúde que o compõem e à rede de atenção em saúde mental chamada a atender essa nova clientela, o PAILI foi agraciado com o Prêmio Innovare no ano de 2009, na categoria Ministério Público, consolidando-se como modelo na atenção ao paciente em medida de segurança para todo o país ao abolir definitivamente a ultrapassada figura do manicômio judiciário.

Resultado da conciliação, num verdadeiro concerto de vontades em ambiente que contou com a participação ativa da sociedade, o PAILI constitui-se hoje em política pública consolidada, reconhecida nacionalmente e por órgãos de relevo, como os Ministérios da Saúde e da Justiça, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dentre outros, sendo referência para muitos Estados brasileiros, que se espelham no modelo corajosamente implementado em Goiás para construir políticas públicas voltadas ao resgate da dignidade e dos direitos humanos fundamentais de mulheres e homens submetidos à medida de segurança.

4. BUSCANDO ALGUMA CONCLUSÃO

Recebi o convite da Professora Dalva Borges como uma homenagem, daquele tipo raro pelo qual a gente fica mesmo contente. Fazer a palestra de abertura foi uma grande honra e uma excelente oportunidade para trazer para este espaço de discussão e de crítica muitas inquietações acerca da pouca evolução dos Direitos

Humanos em nosso Estado, mas também de algumas conquistas e vitórias.

Sem a pretensão de produzir alguma conclusão, que deixo para que os senhores elaborem ao final deste Encontro, encerro minha fala com algumas provocações.

Importa compreender que o encarceramento em massa, essa política oportunista e irresponsável que agrada aos ouvidos de uma sociedade amedrontada, é um dos principais fatores que levam à retroalimentação da violência, seja reforçando comportamentos desviantes ou mediante a devolução ao meio social, após algum tempo de prisão, de pessoas brutalizadas e desumanizadas pelo ambiente carcerário.

A partir da necessária reflexão sobre os processos de criminalização das camadas sociais mais vulneráveis e sobre a maneira pela qual a sociedade brasileira enfrenta o fenômeno da violência, talvez consigamos estabelecer alguns princípios - aliás, é necessário - que possam servir de orientação para uma cultura de paz e de não-violência, tanto no ambiente privado quanto no público.

A sedução do senso comum deve dar lugar a uma postura ética, ao bom senso, no trato dos Direitos Humanos.

Violência se combate mediante a implementação de Direitos Humanos, não com a sua restrição.

A sociedade será melhor quanto melhor compreender a dimensão e a importância do princípio da dignidade humana.

Manicômios são instituições superadas. De nada servem para uma sociedade que se pretenda justa, democrática e solidária.

Prisões são ruins hoje e serão sempre ruins. Mesmo quando executadas em ambientes decentes (o que temos no Brasil é de fato indecente), ela só é capaz de devolver à sociedade um homem pior. E em quase nada auxiliam na prevenção da violência. A prisão deve ser substituída, sempre que existir alguma possibilidade, mesmo que pequena e remota, por outros instrumentos na resolução de conflitos.

A violência não deve ser vista somente no fenômeno isolado do crime. Este, na maioria das vezes, é consequência daquela.

Aquele menino que pede esmola no semáforo da avenida deve ser percebido, por todos, como vítima de violência e resgatado da situação de extrema vulnerabilidade em que se encontra. Ele, silenciosamente, pede socorro.

Muito obrigado!

Haroldo Caetano da Silva
Promotor de Justiça
Mestre em Ciências Penais pela UFG

RESUMOS

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA: O PAPEL DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Ana Paula Brito Vila Nova⁴

INTRODUÇÃO

Atualmente a insegurança e os altos índices de violência e criminalidade são noticiados em todos os meios de comunicação, está presente tanto no meio urbano como no rural e atinge pessoas de diferentes classes sociais e econômicas. E, além disso, ambientes, como a escola, que anteriormente não eram afetados agora presenciam a entrada e instalação de várias formas de violência assim como algumas formas de criminalidade.

Para refletirmos sobre a inserção da violência escolar, precisamos antes conceituar (que não é tão fácil) o que vem a ser violência. Segundo Sanches (2003), citado por Abreu e Castello (2005) a violência pode ser entendida como “antes de tudo uma

violação dos direitos humanos, que se manifesta sob diversas formas em espaços públicos e privados”; além disso, ela pode ser entendida tanto como agressão verbal quanto agressão psicológica e moral. Nascimento (2005) ressalta que a violência também pode se manifestar em ações como o descaso, o desrespeito, a falta de reconhecimento do valor social do outro. Sposito (1998) complementa que todo ato que implica na ruptura de um nexos social pelo uso da força (sem desconsiderar que a violência também pode ser simbólica) e assim negando a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito.

Nascimento (2005) lembra que a definição do caráter violento de um ato depende dos valores culturais de cada grupo social, das circunstâncias em que foi praticado e até de disposições subjetivas.

Essa definição traz reflexos na sociedade que estereotipa atos praticados por determinados grupos em situação de vulnerabilidade (pobres e negros) e assim atribuídos a regiões mais pobres a causa pelos altos índices de violência e criminalidade,

⁴Graduanda em Ciências Sociais – Licenciatura pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: anapvilanova3@gmail.com

mesmo pesquisas (Zaluar, 1994) mostrando que o binômio -pobreza e violência- não está diretamente associado. Em outra vertente, temos Sposito (1998) que aponta a desigualdade de renda ao lado da convivência no mesmo espaço de dois mundos – excluídos e incluídos- é sim, uma das molduras mais propícias às relações de violência.

A escola não está livre desse estereótipo e nem dessa convivência entre excluídos e incluídos⁵ e em alguns casos a violência urbana invade a escola, como acontece na cidade do Rio de Janeiro onde escolas fecham em decorrência dos conflitos entre o narcotráfico, mas isso não é rigorosamente a violência escolar.

A violência escolar acontece dentro dos muros da escola em decorrência de ação consciente ou voluntária de um indivíduo, grupo ou classe, com o propósito de impedir a outro indivíduo, grupo ou classe, o pleno exercício de um direito.

A presente pesquisa procura fazer uma reflexão das práticas naturalizadas/banalizadas e formas de dominação que contribuem para a violência no ambiente escolar, principalmente

contra crianças e adolescentes e assim propiciar a discussão sobre situações de violências e também como a disciplina de sociologia aproxima para uma educação em direitos humanos.

OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo refletir sobre a inserção das Ciências Sociais na Educação Básica (CSEB) e sua aproximação com o tema da Educação em Direitos Humanos (EDH); sobre a desconstrução de representações sociais naturalizantes, estereotipadas e hierarquizantes acerca das práticas e das identidades sociais relativas à criança e adolescente; sobre as interfaces entre a violência, em particular contra crianças e adolescentes, e formas de dominação referentes à classe, cor, raça, etnia, origem geográfica, idade, condições socioculturais e físico-mentais e etc.; além de discutir sobre a influência de situações de violência – bullying, discriminação, exclusão, subalternização e (in) visibilidade – na subjetividade de estudantes e profissionais da educação.

⁵ Isso ocorre quando ricos e pobres convivem em um mesmo bairro ou região.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos dessa pesquisa será realizada uma revisão bibliográfica em livros, artigos científicos disponíveis no sítio eletrônico *Scielo* de autores acerca da temática em questão além dados sobre a educação brasileira de fontes secundárias disponíveis em portais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Posteriormente, será elaborada a segunda parte da pesquisa, de orientação qualitativa, que compreende de entrevistas semiestruturadas em escolas da rede pública da cidade de Goiânia e assim confrontando com dados quantitativos já existente disponível na literatura sobre o tema.

RESULTADOS ESPERADOS

Se espera como resultados encontrar a naturalização de formas de violência, principalmente as verbais, entre as relações alunos-professores, alunos-alunos e com isso os mesmos personagens que praticam e convivem acham que deveriam

acontecer mudanças significativas nas relações de agressividade e tensões dentro da escola.

Também se parte do pressuposto de que a disciplina de sociologia tem contribuído, mesmo que de forma lentamente, para a reflexão e desconstrução de estereótipos internalizados e reproduzidos socialmente pelas crianças e adolescentes das escolas pesquisadas, e assim despertado uma aproximação com o tema dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COIMBRA, Cecília M. B. NASCIMENTO, Maria Lívia do. *A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa?* Disponível em: <<http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2013.

NASCIMENTO, F.S.N. *Violência no espaço escolar público e os conflitos no desafio à prática docente*. Bragança-PA, 2005. Não publicado.

SPOSITO, Marília Pontes. *A instituição escolar e a violência*. Cad. Pesquisa. São Paulo, n.104, jul. 1998. Disponível em<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-15741998000200005&script=sci_abstract>. Acesso em 31 ago. 2013.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado de pobreza*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ESTADO PUNITIVO E VIOLÊNCIA: PERSPECTIVA SOCIAL-CRIMINOLÓGICA DA UNIVERSALIDADE (?) DOS DIREITOS HUMANOS

Eduardo Martins de Camargo⁶

Introdução

O Estado punitivo é uma ‘figura’ política que se ajusta às transformações econômicas, sociais e culturais já em curso nos últimos trinta anos e que, segundo alguns teóricos contemporâneos, inaugura um período de hegemonia neoliberal (PASTANA, 2012). Ele é, pois, um modelo estatal que exterioriza uma sociedade em que o medo, o risco e o controle social estão sempre em voga.

Os contornos deste Estado punitivo passam, indubitavelmente pelos instigantes e cautelosos temas da violência, dos direitos humanos e, numa análise sociológica mais acurada, pela diferença na realidade social.

Dentro dessa temática, abordar-se-á a universalidade dos direitos humanos, *em tese*, preconizada desde os documentos

⁶ Aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, nível Mestrado (PPGS/UFG). Pós-Graduado em Ciências Criminais (ESMEG). Pós-Graduado em Direito Civil e Direito Processual Civil (UNIVERSO). Pós-Graduando em Direito Constitucional (FD/UFG). Advogado. Contato: eduardom.camargo@hotmail.com

formais de Declarações de Direitos (p. e. Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão) até densas teorias.

O esboço da criminalidade, hodiernamente, não mais se apega de maneira única à figura do delinquente ou ao modo como ele age. Esta ideia (Criminologia clássica ou Positivista, reconhecidamente elitista) foi ultrapassada desde o início do século XX, quando surge a Criminologia Crítica que, em essência, é um membro vertebrado da Sociologia.

Assim, através da Criminologia Crítica e Sociologia, pode-se analisar com critérios o Estado punitivo que vivemos, com amplo campo de investigação para a consecução ou falácia da universalidade dos direitos humanos.

Discussão

Delimita-se, então, para a análise de fatos sociais decorrentes do Estado punitivo – que vai desde legislações puramente rigorosas e políticas públicas penitenciárias a sentimentos sociais genéricos de legitimação do Estado opressor –, a dizer: como a discurso da universalidade dos direitos humanos convive com as diferenças sociais e a violência empregada por tal modelo estatal?

Ademais, fecha-se ainda mais o campo investigativo para o estudo das pessoas que são alvejadas pelo Estado punitivo dentro da sociedade.

Os Direitos Humanos, sob a égide dos sistemas jurídicos contemporâneos, cuidam do mínimo inalienável de garantias cuja finalidade básica é o respeito à dignidade humana, tutelando-o contra os excessos do Estado, estabelecendo um nível mínimo de condições de vida. O Estado de Direito somente configura a sua plenitude pela proteção indelével dos direitos humanos, cujo consectário lógico é o exercício da Justiça em defesa de toda a cidadania.

A desqualificação de indivíduos como integrantes verdadeiros da espécie, impede a consecução da finalidade primordial do Estado: o bem viver humano. A desumanização é ininteligível pela ótica afetiva, inaceitável na esfera do Direito e crítica pela Justiça. Contudo, alguns dispositivos legais sustentam aspectos diferenciadores que permitem a judicialização da discriminação (ALVES, 2005, p.4). Tal negação do outro como ser humano, é objeto de análise de vastos campos epistemológicos da Sociologia, em especial a sociologia da violência e da diferença.

O direito à diferença não é nenhuma novidade no campo dos direitos humanos, sendo um problema grave o uso abusivo que dele tem sido feito. Há que se perguntar se o direito à diferença é superior ao universal.

A natureza contraintuitiva do universalismo pode levar seu proponente ao extremo do individualismo: somente eu mesmo, na qualidade de verdadeiro agente moral ou aliança ética ou representante do universal posso compreender o que a moralidade requer.

Assim, a comunidade não é um “ser comum”, mas antes um “ser em comum”, pautado nos liames mínimos que unirão as pessoas em comunidade (COSTAS DOUZINAS, 2009, p.150).

Desta forma, a priori, o Estado reflete a sociedade e vice-versa, num mundo globalizado e tido como pós-moderno (Giddens utiliza modernidade tardia; Beck, modernidade reflexiva; Bauman, modernidade líquida) com desejos explicitamente retributivos (PASTANA, 2012).

Há um abandono do discurso criminológico ressocializador. Tem-se como característica clara dos sistemas penais neoliberais: ultrapassagem da ideologia (*reinserção social, recuperação laborativa*) para uma assumida técnica de neutralização

do condenado (BATISTA, 2000, p. 107).

Assim, o Estado neoliberal pretende remediar com um ‘mais Estado’ policial e penitenciário o ‘menos Estado’ econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países. Com a economia liberal, há o agravamento das desigualdades sociais (WACQUANT 2001, p. 7).

A forte preocupação com a gestão da segurança e a ampliação do combate ao crime no mundo contemporâneo faz com que sociedades denominadas democráticas exerçam um autoritarismo incomum ou às avessas, atuando antidemocraticamente com uma hegemonia reconhecida pela própria sociedade como reconhecida e, portanto, legítima.

Chega-se então a uma discussão vital. O discurso de universalização (?) dos direitos humanos contextualizado por este Estado punitivo neoliberal que opera a violência contra qualquer diferença e ‘desvio’ social é arquitetado para procurar punir quem? Qual tipo de camada da sociedade ou ‘casta social’ é englobado pelo punitivismo exacerbado e sem fundamento?

Hipóteses de conclusão

Prefere-se adotar aqui o subtítulo de hipóteses de conclusão ao invés de conclusões, já que se trata de objeto ainda por

se investigar (resultado de anteprojeto de pesquisa), perfazendo-se perfunctórias as delineações que seguem.

- O Estado Punitivo só pode ser compreendido se forem levadas em consideração as diferenças na sociedade (minorias sociais), e, com isso, pode-se comprovar a onipresença penal e principalmente o controle penal seletivo.
- É a partir das diferenças que se pode falar em violência operacionada pelo modelo punitivista, vulnerando a ideia de universalidade de direitos humanos.
- O discurso de universalização dos direitos humanos se contrapõe à ideia do Estado Punitivo. O que se pode falar então é que há a universalização de classes ou grupos que se sobrepõem aos outros (SANTOS, 2006, p. 136).
- A punição para as ações mais prováveis de serem cometidas por pessoas excluídas da ordem atual, pelos pobres ‘diabos tiranizados’, tem a melhor chance de aparecer no código criminal (BAUMAN, 1999).
- Tal realidade denota claramente que a pobreza não está associada diretamente à criminalidade, mas sim

“reproduz a vitimização e a criminalização dos pobres, o desrespeito aos seus direitos e a sua falta de acesso à justiça” (CALDEIRA, 2000, p. 134).

- Há uma clara e evidente marginalização de minorias sociais que sofrem as consequências ferrenhas do punitivismo. Ocorre então a segregação e punição aos menos aliçados ocasionadas pela universalização das classes ou grupos detentoras do poder.
- A universalização dos direitos humanos no Brasil ainda se opera no campo da prospecção.

Referências bibliográficas

ALVES, J.A.L. A desumanização do humano. In: *Os direitos humanos na pós-modernidade*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BATISTA, Nilo. Prezada senhora Viégas: o anteprojeto de reforma no sistema de penas. *Discursos sediciosos*. Crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro, ano 5, nº 9 e 10, 2000

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp e Ed. 34, 2000.

A escola moçambicana e a educação para a cidadania: dilemas, impasses e possibilidades

Eduardo Moisés J. Humbane⁷
(humb.academia@gmail.com)

INTRODUÇÃO

Em Moçambique, no debate ora em curso sobre o processo de democratização do país, há um ceticismo generalizado quanto aos avanços que se registram. Para CASTEL-BRANCO (2009 p.11), o grande desafio que se coloca ao país é o da (falta de) “mobilização, organização e participação política dos cidadãos”. Explica ele, a cidadania requer “um ambiente de pluralismo, mas é temperada e forjada na luta pela conquista e construção desse espaço plural” (idem). Então, percebemos no país não só não existe esse ambiente plural e muito menos há uma luta por parte dos moçambicanos no sentido de o forçar. Por isso, o autor desenvolve que a democratização em Moçambique não avança porque não há

⁷ Doutorando em Sociologia pelo Programa de pós-graduação em Sociologia (PPGS) da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

cidadania, cuja essência, realça, é a “participação responsável” por parte dos cidadãos na reflexão, debate e luta política sobre as opções, caminhos e direções para a vida política, econômica e social e cultural, no exercício de influência direta sobre as decisões públicas e sociais, bem como na sua implantação, monitoria e avaliação.

A partir de uma pesquisa sociológica, pretendemos contribuir no debate já referido. Concretamente, ambicionamos participar nesse debate analisando, considerando fatores de natureza cultural, política, econômica, etc., que tipo de cidadão a educação escolar se propôs produzir no período colonial e no período pós-independência (1975-1990) e se propõe atualmente produzir, ou seja, analisaremos se ela esteve/está engajada em contribuir para a formação de um cidadão “dócil” para ser incluído no sistema ou, se pelo contrário, de um cidadão cuja preocupação não é a de ser incluído no sistema mas sim de ele construir e reconstruir esse sistema, em função dos seus interesses e demandas. Daqui decorre que a questão norteadora da nossa pesquisa será: *que possibilidades têm a escola moçambicana, considerando a sua história e o seu presente, de realizar com sucesso uma educação para a cidadania?*

2. REVISÃO DE LITERATURA

Marshall (1967) viu a cidadania como a igualdade humana

básica associada com a participação integral na comunidade e esta “igualdade humana básica” se operacionaliza através de três tipos de direitos, os civis, os políticos e os sociais. Segundo narra Marshall (1967) e tendo como pano de fundo a Inglaterra, estes direitos progrediram de forma concomitante com a sociedade capitalista. Com efeito, os direitos civis surgem como uma conquista da burguesia na sua briga contra os poderes então instituídos, as aristocracias políticas e religiosas e só num segundo momento são alargados à toda a população.

A burguesia, já como poder hegemônico, nos séculos subsequentes, gradualmente, vai concedendo às populações quer direitos políticos quer sociais, como via tanto para a promoção de uma relativa paz social como para a criação de mão-de-obra qualificada e poder aquisitivo, condições imprescindíveis para viabilizar e dar vigor ao capitalismo.

A ideia de cidadania enquanto uma concessão dos poderes instituídos aos “não cidadãos”, como via única a partir da qual se adquire cidadania, é questionada. Por exemplo, Dagnino (1994, p.103) percebe na cidadania uma “estratégia política”, segundo refere, a cidadania “expressa e responde hoje a um conjunto de

interesses, desejos e aspirações de uma parte sem dúvida significativa da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda a sociedade”. Assim, a conceituação de “cidadania” se encontra imersa num espaço de conflito e não necessariamente no de consenso, há, por conseguinte uma disputa histórica pela fixação do seu significado e, portanto, de seus limites. Enquanto alguns vêm nela uma via para a emancipação social, outros vêm uma via para a regulação ou conservação social.

Dagnino (1994), propõe assim uma “nova cidadania”, radicalmente diferente daquela essencializada⁸, que possui forte enfoque jurídico, não sendo mais do que a atribuição de direitos pelo Estado aos cidadãos, para os incluir no sistema político/jurídico. Mas quais são as características da “nova cidadania” proposta por (DAGNINO, 1994)?

Ela é mais de cunho cultural, no sentido de que enfatiza a

⁸Que quadro social produz essa cidadania essencializada? Responde Dagnino (1994), uma forte presença do “autoritarismo social”, expresso num sistema de classificações que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade, a partir dos critérios de classe, raça e gênero. “Esse autoritarismo engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis” Dagnino, (1994, p. 105).

subjetividade, as práticas dos indivíduos. O seu ponto de partida passa a ser a concessão de um direito a ter direitos, concessão que “não se limita a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, (...), e inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos” Dagnino (1994, p. 1078). Ela também não se prende à uma estratégia das classes dominantes e do Estado para manter o *status quo*, mas é uma estratégia dos “não cidadãos”, ou seja, dos excluídos; na verdade ela é uma cidadania construída “de baixo para cima”.

Um outro aspeto ainda é que a nova cidadania é uma proposta de uma nova sociabilidade, conquanto supõe a transformação das práticas sociais enraizadas na sociedade como um todo. Efetivamente pretende ser um “um processo de aprendizado social, (...) de convivência com esses cidadãos emergentes que recusam permanecer nos lugares que foram definidos socialmente e culturalmente para eles” (Dagnino, 1994, p. 109) e, finalmente, a nova cidadania vai para além da ideia da cidadania enquanto reivindicação de acesso, inclusão, ou “pertencimento” ao sistema político, pois o que está em causa “é o direito de participar efetivamente da própria definição desse sistema, o direito de definir

aquilo no qual queremos ser incluídos, a invenção de uma nova sociedade” (idem).

A ideia de Dagnino (1994), da cidadania como uma “estratégia de luta”, encontra muita aproximação com a *Teoria do reconhecimento* do sociólogo alemão Axel Honneth, hodiernamente tido como a figura mais destacada e inovadora da chamada “terceira geração” da “Escola de Frankfurt, para quem “a luta por reconhecimento que, como força moral, promove desenvolvimentos e progressos na realidade da vida social do ser humano (...) a experiência de desrespeito é a fonte emotiva e cognitiva de resistência social e de levantes coletivos” Honneth, (2009, p. 227).

Segundo esta teoria, os indivíduos constroem a sua identidade na relação intersubjetiva com os demais, levando-os a serem autoconfiantes, a possuir o autorrespeito e a autoestima. No entanto, nesta relação intersubjetiva, podem surgir “formas de desrespeito”, nas esferas do direito e da solidariedade⁹ que podem levar a uma reação emocional negativa e, porque estas têm o

⁹ São exemplos de formas de desrespeito, na esfera do direito, a negação de direitos, a exclusão social, etc. e na esfera da solidariedade a depreciação do outro, a “diminuição” do outro a partir de insultos de diferentes caracteres, como racial, de gênero, *status* social, etc.

potencial de

“tensão moral” capaz de pôr em marcha conflitos ou querelas sociais, surge a luta pelo reconhecimento movidas pelos que foram vítimas do desrespeito intersubjetivo.

Vemos, tanto na teoria do reconhecimento de Honneth (2003) como na proposta da nova cidadania de Dagnino (1994), a recusa da sociedade enquanto espaço em que impera necessariamente o consenso social. Pelo contrário, ela é uma construção sócio-histórica e, por isso, passível de ser transformada, por via do conflito social. Portanto, em ambos, as experiências que os indivíduos ou grupos vivenciam nas relações sociais desenvolvidas no cotidiano, é que são o ponto de partida para o conflito ou lutas sociais.

Nota-se, em suma, que ambos consideram o conflito social como o elemento constitutivo das sociedades e desse modo recusam o formalismo jurídico ou, se quisermos, uma ordem social ditada de “cima para baixo” como exclusivo fator de estruturação social. Na verdade, Honneth (2003) e Dagnino (1994) acreditam na ideia de que os indivíduos, tomando de empréstimo a célebre fórmula de Hannah Arendt, têm “direito a ter direitos”. Nessa perspectiva, enquanto Honneth (2003) postula que é pela luta pelo

reconhecimento que os sujeitos se autorrealizam, Dagnino (1994) resume a “nova cidadania” à uma estratégia de luta contra o autoritarismo social, por forma a atingir-se uma sociedade mais justa. A sociedade se constrói, evolui normativamente, ou diríamos nós, a condição do ser humano é dignificada, a partir do conflito social no qual os “não reconhecidos intersubjetivamente” de Honneth (2003) e os “não cidadãos” de Dagnino (1994) vão procurar a transformar, a partir de lutas, as práticas lesivas aos seus direitos e dignidade.

2.1. Educação e cidadania: que vínculos?

Arroyo (1987) explica que a relação entre a educação e a construção de uma nova ordem política é percebida como parte dos processos constitutivos de sociedades modernas. Neste sentido, a educação é pensada como mecanismo central na construção de nova ordem social, tendo-se tornado num mecanismo de controle social. Por isso, desenvolve ainda autor, no pensamento liberal somente pode ser aceite como sujeito político e social aquele que passou pela educação. Assim é porque a educação produz uma visão do mundo, a partir da qual os indivíduos percebem e se posicionam na sociedade, daí ela ser vista pelos teóricos do liberalismo como uma pré-condição para a cidadania.

Para Arroyo (1987) a educação (liberal) impõe uma racionalidade às classes operária, popular ou gente comum, com vista a fazê-los negar a sua própria racionalidade ou capacidade de agir em defesa dos seus próprios interesses. Esta educação, ainda segundo Arroyo (1987), propõe-se na verdade a fazer das massas mão-de-obra que a economia necessita e também a levá-las a naturalizar a sociedade onde vivem, criando assim terreno fértil para o avanço do liberalismo.

Entretanto, do mesmo modo que a educação se pode prestar aos desígnios liberais, ela, também, pode ser a base para a emancipação social. Assim é porque ela tem o grande potencial de fornecer os instrumentos teóricos e práticos que municie os indivíduos a irem à luta por uma sociedade mais justa e inclusiva, o que ocorre quando, sugere Dubet (2008), a educação socializa o saber científico na sua forma mais avançada e, também, como aponta Arroyo (1987), ela equaciona a questão das relações de poder (desmistificando a educação liberal), discutindo a sociedade não como uma substância imutável, mas como uma construção sócio-histórica, sendo que a configuração que ela tem resulta da correlação de forças em presença ou então de um consenso imposto.

3. RESULTADOS ESPERADOS

No período colonial houve em Moçambique uma educação escolar que na verdade foi um processo de tentativa conversão de moçambicanos em pretensos cidadãos portugueses, tendo em vista a viabilização do colonialismo, com todo o tipo de violência simbólica atrelada ao processo. Na I República (1975-1990) tivemos uma educação que em vários aspetos reproduziu a educação colonial. Esta educação escolar foi bastante normativa e, ao insistir bastante nos deveres sociais dos indivíduos construídos a partir do ideário ideológico socialista/comunista, se aproximou muito do doutrinação político. Por fim, de 1990 aos dias atuais, temos em Moçambique uma educação escolar que se assume como aparentemente despolitizada, mas que na verdade, está a serviço de um projeto neoliberal de sociedade, por isso colocando muita tónica no ensino profissionalizante, isto é no saber/fazer instrumental e não no desenvolvimento de competências propiciadoras da emancipação social, a partir do desenvolvimento do saber estar crítico, reflexivo.

Num quadro histórico e presente como este, em que a educação escolar *de per si* não funcionou e nem funciona de forma democrática e foi/é bastante funcional no sentido de dar respaldo ao

quadro ideológico dominante, dificilmente se pode assumir que ela contribuiu e contribui para a construção de um capital de saberes, a partir dos quais, como vimos em Dagnino (1994) e Honneth (2003) os indivíduos se tornem sujeitos conscientes, ativos, plurais e que através do conflito social, forcem a emergência de novas dinâmicas sociais, por si percebidas como mais justas e dignas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. **Educação e Exclusão da Cidadania**, in BUFFA, E. et. al. Educação e Cidadania: quem educa o cidadão, São Paulo: Cortez Editora, 1987, 31-79
- CASTEL-BRANCO N. **Introdução**, in BRITO, L. Desafios para Moçambique 2010, Maputo, IESE, p.11-14
- DAGNINO, E. **Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania**, in _____ (org), Os anos 90: política e Sociedade no Brasil, São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, 101-115
- DUBET, F. **O que é uma Escola Justa? A Escola das Oportunidades**, São Paulo: Editora Cortez, 2008
- HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento: A gramática Moral dos Conflitos Sociais**, São Paulo: Editora 34, 2003
- MARSHALL, T. **Cidadania e Classe Social**, Rio de Janeiro, Zahar, s/d

**VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA GRUPOS
SOCIALMENTE SEGREGADOS: Um estudo sobre a relação
entre polícia, jovens e negros no Estado de Goiás**

Géssica Barreto da Silva¹⁰

Ao analisarmos autores como Bicudo (1976), Pinheiro (1997), Ferreira (2011), dentre outros, pode-se verificar que a violência exercida por oficiais da segurança pública, mais caracterizada por Violência Policial (VP), possui uma longa historicidade de práticas e que tal fato, quando analisado juntamente a publicações jornalísticas locais, verificamos que tais ações ainda são praticadas em igual ou maior proporção como as destacadas pelos autores citados acima.

Tais violências podem ser caracterizadas desde a violência física, mental a abusos de autoridade vitimando, em sua maioria, homens jovens, negros, moradores da periferia.

No quadro nacional, o homem negro é a maior vítima de mortes e ações violentas, fato este sinalizado por Waiselfisz (2012,

2013), nas publicações do Mapa da Violência, no “Relatório de Desenvolvimento Humano racismo, pobreza e violência” (2005) e no “Boletim de Análise Político-Institucional Participação, Democracia e Racismo?” (2013).

Neste último, Boletim de Análise Político-Institucional, concluiu-se que o negro, além de ser duplamente discriminado no Brasil, (por sua condição social e pela cor de sua pele), está inserido em um grupo de risco. Sinalizando estatisticamente este quadro, demonstra que a probabilidade de um negro ser vítima de homicídio é 8% maior quando comparado a indivíduos com escolaridade e características socioeconômicas semelhantes, afirmando que a cada três vítimas de assassinato, dois destes são negros.

Tal fato é sinalizado no presente trabalho para suscitar a questão de que em termos de combate à violência, os oficiais de segurança pública possuem papel determinante na prevenção e no controle sobre os índices e práticas de violência. Costa (2004), também destaca que estes agentes possuem o dever de servir à comunidade realizando trabalhos de conscientização e atendimento às “populações carentes [além de proporcionar] apoio a atividades comunitárias” (COSTA, 2004, p. 36).

¹⁰ Graduada em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais na Universidade Federal de Goiás e aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Sociologia nesta mesma instituição.

A Assembléia das Nações Unidas, quando adotou os Códigos de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, também realizou destaques quanto às funções de tais agentes, sinalizando seus deveres para com a garantia do respeito

“pelos direitos do homem e das liberdades fundamentais *a todos*¹¹, sem distinção de raça, cor, sexo, língua ou religião (...), [cumprindo] o dever que a lei lhes impõe, servindo a comunidade e protegendo todas as pessoas contra atos ilegais (...).”, (1979).

Porém, quando observado a relação entre dever e prática exercida por estes oficiais, nos deparamos com uma disparidade quanto a estas questões.

Segundo o Boletim de Análise Político-Institucional citado acima, os negros são as maiores vítimas de agressão por parte dos policiais quando comparado aos brancos. Tal quadro de vitimização também é destacado por Oliveira (1998), demonstrando que os homicídios por cor provocados por “ação policial”, “ação marginal”

e “grupos de extermínio” em 14 estados¹², os “não-brancos” possuem os maiores índices de vitimização, com 142 mortos por ações policiais em contrapartida a 33 indivíduos brancos, concluindo que “o aparato policial de Estado (policiais militar e civil) mata três vezes mais ‘negros’ do que ‘brancos’” (OLIVEIRA, 1998, p, 50).

Tais práticas contrapõem aos direitos humanos, ao estado de direito do cidadão e aos códigos de conduta dos oficiais, ou seja, ocorre violação de leis estabelecidas e, neste caso, quando se passa a atuar em desacordo com as leis, tais práticas tornam-se ilegais.

Partindo do pressuposto de que todo e qualquer cidadão que atue de forma contrária às leis irá sofrer como consequência penalidades correspondentes aos seus delitos, os agentes de segurança pública são responsáveis por encaminhar tais indivíduos às instituições responsáveis, além de zelar para que tais imprudências não sejam praticadas e perpetuadas, a fim de estabelecer um controle da ordem pública. Porém, quando tais ações criminais são exercidas pelos próprios oficiais, os órgãos responsáveis por fiscalizar e tomar as medidas necessárias para

¹¹ Grifo meu.

¹² São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Goiás, Rio Grande do Sul, Amazonas, Sergipe, Distrito Federal, Acre, Rio Grande do Norte e Roraima.

punir/inibir imprudências cometidas pelos agentes, investigações e punições podem ser realizadas por agentes internos, “realizados pela própria linha de comando” Cano (2006), e/ou externas como as Ouvidorias de Polícia e o Ministério Público por exemplo.

Quando estes órgãos, mesmo após denúncias e provas, não exercem ações punitivas e consistentes a fim de evitar a continuidade de tais práticas, nos deparamos com dois problemas aparentes: a perpetuação destas práticas, que além de desrespeitarem os direitos dos cidadãos, ainda podem afetar diretamente a integridade física e psicológica das vítimas; e a possível conivência das autoridades para com os crimes cometidos, devido à morosidade das investigações e ao aparente descaso com crimes cujos suspeitos são policiais.

Infelizmente tais fatos estão ocorrendo no Estado de Goiás. Um relatório elaborado em 2012 pela Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Goiás (CDH-GO) e Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), reforça denúncias realizadas na Operação Sexto Mandamento¹³ (OSM),

¹³ Deflagrada em Goiás pela Polícia Federal (PF) dia 15 de fevereiro de 2011, cujo objetivo era investigar policiais suspeitos com o envolvimento em ações criminosas como abuso de autoridade, execuções sumárias, agressões, tortura,

salientando a necessidade de maiores providências por parte das autoridades locais para inibição de tais práticas. Tal assunto também foi pautado nas discussões do I e II Seminário de Direitos Humanos, Justiça e Federalização das Investigações Criminais ocorridos em 2013 na Universidade Federal de Goiás, quando salientada a necessidade de uma maior rigorosidade nas investigações dos crimes em que há suspeitas de envolvimento dos agentes de segurança pública. O relatório da CDH-GO e do MNDH, ilustrando quanto a gravidade de tal questão, destaca que há mais indivíduos desaparecidos após abordagem policial no Estado de Goiás atualmente, do que desaparecidos durante o regime militar no Estado nas mesmas circunstâncias.

A análise de tais problemas torna-se primordial para compreensão e discussão sobre o porquê de os agentes, cujo dever é assegurar que as leis sejam cumpridas em meio à sociedade, são justamente os que as estão violando, além de verificar o que permite a prática desta VP que vitimiza, em termos de maioria, indivíduos de determinado segmento social.

ocultação de cadáver, roubo, extorsão, desaparecimentos forçados, crimes contra a administração em geral, da justiça, contra a paz pública, dentre outros.

Compreender a razão pela qual agentes de segurança pública estão atuando de forma contrária a seus códigos de conduta e exercendo práticas de caráter intimidatório, mesmo após sucessivas discussões de comissões, instituições e da sociedade civil, faz-se necessário, pois enquanto ocorrem tais fatos, cidadãos e a comunidade em geral encontra-se em situação de insegurança e vulnerabilidade.

Acredita-se que ao realizar, através da implementação de tal projeto, a análise sobre tal pressuposto, poder-se-á constatar as falhas destas instituições de segurança pública, falhas estas que podem ser de ordem administrativa ou de controle na fiscalização da conduta dos oficiais, por terem e/ou estarem permitindo intencionalmente ou não, práticas negligentes destes agentes. Juntamente a esta questão, poderá verificar o que estas instituições têm feito no sentido de evitar/inibir os desvios de condutas de seus agentes e/ou punir oficiais que atuaram/atuam em desacordo com a lei.

Referencial bibliográfico

BRASIL. ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei.*

Disponível em:

<http://www.mp.ma.gov.br/arquivos/COCOM/arquivos/centros_de_apoio/cao_direitos_humanos/direitos_humanos/trabalho_e_emprego/codConduto.htm>. Acesso em: 23/11/2013.

_____. COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE GOIÁS. MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. *Insegurança Pública em Goiás: Anacronismo e Caos.* Agosto 2012. Disponível em: <<http://www.cressgoias.org.br/Relatoriofinal200812.pdf>>. Acesso em 23/11/2013.

BICUDO, Hélio P. *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte.* Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, São Paulo. 1976. 2ª edição.

CANO, Ignácio. *Controle de polícia no Brasil (UFRJ).* Disponível em: <<http://www.soudapaz.org/Portals/0/Downloads/textocanoppc.pdf>>. Acesso em: 23/11/2013.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. *Entre a Lei e a Ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

FERREIRA, ALLAN HAHNEMANN. *Os ditos e os interditos da tolerância zero: atualidades legislativas das fantasias de controle social penal total – Estado de Goiás 2003-2010.* UFF/Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Niterói, 2011.

OLIVEIRA, Dijaci David. A Cor do medo: medo da cor. In ____ *A cor do medo* (Orgs.) OLIVEIRA, Dijaci David; GERALDES, Elen Cristina; SANTOS, Sales Augusto. Brasília: Editora da UnB; Goiânia: Editora UFG, 1998. p. 37 – 60.

_____. Violência Contra Jovens no Estado de Goiás: a ação dos grupos de extermínio. In: _____. *Juventude no Século XXI: dilemas e perspectivas*. (Orgs) BEZERRA, Heloisa Dias. OLIVEIRA, Sandra Maria de. Goiânia: Canône Editorial, 2013. p. 177-197.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, *Crime e Sistemas Policiais em Países de Novas Democracias*. Tempo Social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 9 (1): 43-52, maio de 1997.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2013.

_____. *Mapa da Violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012.

Envelhecimento, Gênero e Subjetividade: A experiência de idosos (as) soropositivos (as) no município de Goiânia

Márcia Andréa Rodrigues Andrade¹⁴

Este trabalho tem o objeto de debater questões que envolvem a noção de experiência de vida para idosos portadores do vírus HIV¹⁵. Esta abordagem responde a algumas inquietações básicas, no que diz respeito às relações sociais e vivência de sujeitos na diferença, atualmente, tais indivíduos adquirem dois marcadores sociais. O primeiro é o envelhecimento, que sob os moldes das dinâmicas do curso da vida vem se modificando através de estágios fixos e determinados. Esse estágio reflete histórias variáveis e a possibilidade de construir uma vida por nós mesmos (BASSIL, 2000). E o outro marcador é a AIDS, uma doença que ao longo dos anos foi adquirindo o “status” de cronicidade, mas ainda hoje tem

¹⁴Graduada em Pedagogia e Enfermagem. Mestra em Sociologia. Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação da UFG. Está desenvolvendo pesquisa sobre AIDS, envelhecimento e gênero. E-mail: marcia_dearodrigues@hotmail.com

¹⁵Idosos são considerados pelo serviço de saúde como maiores de 50 anos e para a pesquisa eles devem estar em tratamento. Esses indivíduos são tratados no hospital de doenças tropicais de Goiânia (HDT).

uma carga elevada de estigmatização, e como informa Herzlich e Pierret (1992, p. 7), projeta “uma ameaça extrema, de um risco global que pesa sobre toda coletividade, questionando nossos modos de vida e nossos valores”. Não é de se espantar que tanto o envelhecimento, quanto a AIDS tem sido temas crescentes nos estudos e pesquisas socioantropológicas, no qual se procura esclarecer os múltiplos aspectos decorrentes desse processo, cujas relações envolvem variados temas que animam os debates nas Ciências Sociais, como, por exemplo, as questões de sociabilidade, gerações, sexualidade e vida íntima, os significados da AIDS, a noção de risco e vulnerabilidade, estigma, família, além de toda uma discussão que envolvem as mudanças ocorridas em virtude da convivência com o vírus, as políticas públicas (idoso e combate a AIDS), e as representações que são imputadas a atual noção de “Melhor Idade”. Essa transformação sem dúvida refletiu na luta das pessoas soropositivas, por melhor qualidade de vida e assistência de saúde. Esses sujeitos, como informa Goffman (2011), são atores que desempenham papéis diariamente perante a sociedade e para si. Isso tem relação com o aumento significativo na expectativa e qualidade de vida das pessoas HIV positivas, que alterou a vivência subjetiva e

social da AIDS, passando da morte iminente para estado mórbido. A pesquisa se coloca a partir da experiência de vida do idoso, objeto do estudo, na convivência com HIV¹⁶, temos o interesse de averiguar, dentre outras questões, o que foi que mudou, como se dá essa reflexividade em sua vida cotidiana e, por conseguinte, como ocorre essa ressignificação¹⁷ enquanto ator social. Quais os dilemas, os conflitos, os estigmas, os mitos, os processos interacionais e o novo processo identitário que acarretou em sua trajetória em virtude de um novo modelo de vida?. O primeiro modelo, por se encontrar na velhice e o segundo devido a sua soropositividade. Desde logo, entender a experiência se torna algo imprescindível. Por experiência entendemos como sendo o processo pelo qual a subjetividade é construída para todos os sujeitos. Através desse processo uma pessoa se coloca ou é colocada na realidade social e, assim, percebe e compreende como subjetivas essas relações¹⁸ que são de fato sociais e, numa perspectiva mais ampla, históricas (LAURENTIS *apud* SCOTT, 1998). Neste processo, há os silenciamentos, pois alguns

¹⁶Atualmente o termo empregado são pessoas que convivem com o HIV, e não portadores de HIV como há algum tempo se falava.

¹⁷Essa ressignificação pode apontar para estudos posteriores sobre identidade.

¹⁸Relações das mais diversas - materiais, econômicas e interpessoais.

sujeitos, não exprimem em palavras, mas em gestos ou símbolos suas preocupações, dilemas, argumentações, dúvidas e vários processos que servem para dar sentido a suas vidas e lhes dar a ideia que eles tem de mundo e que fazem e constituem a experiência coletivamente. A experiência nas categorias de gênero são essenciais ao processo de análise, é necessário entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos (LOURO, 1997, p. 24). Percebemos o gênero a partir de uma desconstrução fundamentada na argumentação de Joan Scott (1995), que afirma a necessidade de desconstruir o caráter permanente da oposição binária, masculino e feminino. Logo, cada um contém o outro, e assim, as relações não se dão de forma única, mas sim plural. Refletir sobre as questões de gênero na velhice torna-se então um grande desafio à pesquisa socioantropológica brasileira. Os espaços da subjetividade, das identidades, das relações de poder e das interações tornam-se fonte de pesquisas sobre as produções de experiência de quem convive com o HIV, bem como as produções de significados e práticas imbricadas nas relações de gênero e como outros estudos veem essas reações, como por exemplo, os estudos feministas. Para averiguar empiricamente todos esses elementos, será utilizada os pressupostos

da corrente etnometodológica, que aqui será enfatizada de forma mais teórica. A Etnometodologia funciona como um importante instrumento de pesquisa empírica nessa área a que me proponho por utilizar-se dos conceitos do Interacionismo Simbólico e da Etnografia. A interação já é um meio propício para averiguações das dinâmicas nas quais se encontram os idosos e no caso da etnografia utilizaremos a do tipo constitutiva, que segundo Coulon (1995) funciona em cima da hipótese interacionista, ou seja, parte da ideia de que as estruturas sociais são construções sociais. Consideramos, ao utilizar a etnometodologia, que a organização dos acontecimentos é socialmente construída, e isto, para o pesquisador que vai analisar o sentido da experiência do sujeito é algo valioso. Na pesquisa com idosos soropositivos será dada ênfase nas conversas, entre os próprios atores ou com os profissionais do serviço de saúde, se for o caso. Essas são as chamadas “conversas comuns” que para Heritage (1999) não é apenas o meio de interação predominante do mundo social, mas sem dúvida é a forma básica de interação. Ao desvendar o que é sistemático na interação social, poderemos apreender melhor os detalhes. Deste modo, é desafiante para o pesquisador pesquisar algo particular, uma mudança de vida significativa para o sujeito,

suas representações, mas também os avanços no que diz respeito às pesquisas sociais sobre a questão das diferenças. É um desafio para todo e qualquer pesquisador. Explorar mecanismos que muitas vezes são da ordem íntima e do particular não é tarefa fácil. Este trabalho mostra o que é apenas um ponto, dentre tantos na discussão das diferenças que, como sabemos, estão longe de acabar. Não devemos esquecer que a AIDS enquanto diferença não está dissociado dos Direitos Humanos, o enfrentamento daqueles que possuem o vírus é constante; as mais fundamentais são a diminuição do preconceito e a luta por reconhecimento (identidade, cidadania, direitos ao acesso a saúde, condições de trabalho, entre outros).

Referências bibliográficas

BASSIL, A. Z. **O Curso da Vida como Perspectiva de Análise do Envelhecimento na Pós Modernidade.** In: DEBERT, G. G; GOLDSTEIN, D. M. (Orgs.). Políticas do Corpo e o Curso da Vida. São Paulo: Editora Sumaré, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. **Direitos Humanos e HIV/AIDS: avanços e perspectivas para o enfrentamento da epidemia no Brasil.** Brasília: Ministério da Saúde, 2008. p.168.

COULON, A. **Etnometodologia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GOFFMAN, E. **Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HERITAGE, J. C. **Etnometodologia.** In: GIDDENS, A; TURNER, J. Teoria Social Hoje. São Paulo, SP: UNESP, 1999. p. 321 – 392.

HERZLICH, C; PIERRET, J. Uma Doença no Espaço Público: a AIDS em seis jornais franceses. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, v. 2, n. 1, p. 7 – 35, 1992.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis: Vozes, 1997.

SCOTT, J. A Invisibilidade da Experiência. **Proj. História.** São Paulo, v. 16, fev. 1998.

_____.Gênero: uma categoria útil de análise histórica.
Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n.2, 1995, p. 71-99.

A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Maxmillian Lopes da Silva¹⁹
Dr. Ricardo Barbosa de Lima²⁰

Introdução

O presente resumo integra o trabalho em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociologia da Universidade Federal de Goiás que objetiva analisar a expansão recente da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com enfoque no Instituto Federal de Goiás, a partir de dados e informações de candidatos e discentes desse Instituto.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica sofre desde seu período embrionário com as contradições dos modelos de produção e reprodução do capital vigentes no país. Ora, naquele período, que podemos situar entre 1909 e 1930, predominavam a economia agroexportadora, cuja

¹⁹Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Servidor técnico-administrativo do Instituto Federal de Goiás.

²⁰Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UnB, 2005). Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

característica do poder era o coronelismo latifundiário. Destaca-se também que a educação profissional era oficialmente destinada aos “desfavorecidos da fortuna”, visando afastá-los da ociosidade ignorante. (BRASIL, 1909)

O histórico da educação, sobretudo da educação profissional, evidencia que ao longo do tempo a educação manteve um caráter dicotômico, ou seja, uma educação propedêutica, intelectualista voltada para as classes dominantes e uma educação voltada para os menos favorecidos – o ensino industrial.

Tendo em vista a expansão da Rede de EPCT, iniciada no ano de 2005, tanto no que tange ao número de câmpus quanto no aumento da oferta de cursos, com início de oferta de licenciaturas e bacharelados, bem como a atuação na pós-graduação *lato e stricto sensu*, importa pensar a quem as instituições de educação profissional têm servido, se a região limítrofe aos câmpus tem sido ou será beneficiada, se o papel social do instituto tem sido respeitado etc.

Breve Problematização da Educação Profissional Brasileira

De imediato, posicionamo-nos com o entendimento que o ensino técnico profissional foi e continua sendo uma modalidade de

ensino destinada às classes menos favorecidas. Nessa acepção, tem-se a educação não como uma forma de libertar o sujeito e conferir a ele possibilidade real de ascensão, mas como um instrumento de reprodução das desigualdades sociais, visto que ela mesma tende à conservação (BOURDIEU, 2007).

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (BOURDIEU, 2007, p.41).

Ainda buscando uma interpretação bourdieusiana, podemos dizer que foi inculcado nas classes menos favorecidas seu direcionamento para o ensino técnico industrial. Essa inculcação foi mais clara no início da formação da Rede, com o Decreto 7.566/1909, por exemplo, e doravante se constituiu mais simbolicamente ao permitir equivalência entre o ensino técnico industrial e o ensino convencional que, entretanto, era inviável na prática, como se verá mais adiante, ou mesmo nos processos

seletivos onde, notadamente, saem na frente aqueles candidatos oriundos das classes dominantes, visto que os conteúdos cobrados não lhes são estranhos (BOURDIEU e a Educação, 2010; BOURDIEU, 2007).

É possível identificar o projeto de formação educacional, tendo em vista a divisão social do trabalho, da seguinte forma: as escolas técnicas profissionalizantes, juntamente com os Sistemas incumbidos da formação de execução/operação; os Institutos Federais incumbidos da formação intermediária de supervisores, intermediários entre os trabalhadores de execução e os de gestão; e as Universidades ocupadas com a formação educacional dos trabalhadores de escalões superiores.

De certa forma, essa divisão não é nociva à sociedade ou ao Estado. Entretanto, a forma como é conduzida configura o chamado duplo arbitrário cultural, ou seja, as classes dominantes impõem tanto a cultura dominante, e assim as instituições, os equipamentos etc. que a congregam, bem como as condições para que essa cultura seja legítima (BOURDIEU & PASSERON, 2008). Neste sentido, por exemplo, a bagagem de conteúdos de cultura geral até a década de 1970 era mínima.

Partindo dessa breve problematização, surgem algumas questões que serão trabalhadas no desenvolvimento do trabalho, a saber: Que tipo de instituição está sendo expandida? Para quem essa instituição está se direcionando? Qual a concepção de educação e de sociedade que ela defende e leva à efetivação?

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 08 jul. 2013.

BOURDIEU, Pierre. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação**. Págs. 40-64. 9ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU e a Educação. Produção: Nathalia Godoy. Roteiro: Rosário Genta Lugli. São Paulo: ATTA, 2009. 1 DVD (33 min)

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes: 2008.

Análise das Práticas de Enfrentamentos ao uso de Drogas: das Escolas Públicas da Grande Goiânia

Suélia Nunes da Gama²¹

INTRODUÇÃO

A Pesquisa em execução tem como objetivo analisar as diferentes práticas de enfrentamento do consumo de drogas entre comunidades escolares. Para realização desta focaremos em estudantes do 5º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio das escolas estaduais e gestores das escolas da cidade de Goiânia. Para tanto tentaremos responder a alguns desafios entre eles: 1) primeiro passo diz respeito ao entendimento do conceito de drogas? 2) O segundo será levantar uma metodologia que permita abordar um tema tabu no contexto escolar? 3) Terceiro será compreender o quanto as práticas de enfrentamento tem sido eficiente ou não em reduzir ou desestimular o consumo de drogas entre os estudantes.

PROBLEMA

Segundo estudos realizados pelo Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID (2008) O termo droga tem origem da palavra drogg, proveniente do holandês e tem significado folha seca. De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, droga é toda substância química que, quando introduzida no organismo, altera uma ou mais de suas funções biológicas, de ordem fisiológica ou comportamental (OBID, 2008). Esta definição engloba substâncias lícitas (bebidas alcoólicas, tabaco e outros medicamentos) e substâncias ilícitas como a (cocaína, maconha, crack, êxtase, entre outras).

As drogas psicotrópicas são utilizadas para alterar o funcionamento cerebral, causando modificações no sistema mental, o termo psicotrópico se origina de duas palavras, psico e trópico, psico está relacionado ao psiquismo que envolve as funções do sistema nervoso central e trópico relaciona se pelo tropismo (ter atração por drogas). Drogas psicotrópicas são aquelas que atuam sobre o cérebro alterando de alguma forma o psiquismo, (OBID, 2008).

²¹ Graduanda em ciências sociais, vinculada ao prolicem.

Segundo estudos realizados pelo Centro Brasileiro de Informação Sobre Drogas - CEBRID da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP o consumo de drogas cresce a cada dia mais, ela está presente em vários ambientes independente da classe social, econômica, étnica, racial etc. (CEBRID, 2006). A escola não fica livre das drogas, o índice de consumo e venda no contexto escolar é cada vez mais presente e maior, principalmente em seus arredores, isso vem afetando o aprendizado dos jovens e dos adolescentes em suas trajetórias sociais e escolar, (CEBRID, 2006).

Segundo Moreira, Silveira e Andreoli (2006) a escola passa a ser um espaço privilegiado para o desenvolvimento de atividades preventivas, visando à educação para a saúde visto que uma parcela significativa da população passa por ela numa idade e em circunstância altamente favoráveis. A escola pode acionar a autoestima e o comprometimento social e incentivar as formas de sociabilidade pautada no respeito e na solidariedade. Enfim a escola é um lugar propício para ajudar na prevenção das drogas, no sentido de que reúne várias qualificações que colaboram para difusão de tal perspectiva na comunidade e na sociedade, (ABROMAVAY, 2005).

Segundo estudos realizados pelo Observatório Brasileiro de Informação sobre Drogas OBID (2008) há três tipos de prevenção:

Prevenção Primária que tem como objetivo evitar que o uso de drogas se instale ou retarde o seu início. Prevenção Secundária destina-se as pessoas que já experimentaram drogas ou usam-nas moderadamente e tem como objetivo evitar a evolução para usos mais frequentes e prejudiciais. Isso implica um diagnóstico e um reconhecimento precoce daqueles que estão em riscos de evoluir para usos mais prejudiciais. Prevenção Terciária diz respeito às abordagens necessárias no processo de recuperação e reinserção dos indivíduos que já tem problemas com o uso ou já apresentam dependência.

Esses níveis de prevenções são contínuos, na infância as intervenções preventivas abordam a promoção de saúde em uma perspectiva ampla e podem ser feitas com orientação dos pais e professores, usando a criatividade e diversas atividades para propiciar a aquisição de habilidades e experiências que tenham efeito protetor. A prevenção voltada para os adolescentes ocorre

principalmente nas escolas, por ser esse o local que, idealmente, todos os jovens deveriam frequentar.

É mais fácil iniciar um trabalho de prevenção nas escolas, que têm uma estrutura organizada, voltada para passar informações e dar orientações aos alunos e que mantêm contato com os pais. Entretanto, não é na escola que a prevenção atingirá os jovens de maior risco. Os jovens com problema de conduta, geralmente, abandonam a escola e não se envolvem com regularidade em atividades nas quais também podem ser alvo de ações preventivas, (OBID, 2008).

OBJETIVOS

A Presente Pesquisa tem como objetivo analisar, investigar e compreender as diferentes abordagens que o Estado e gestores escolares veem utilizando para enfrentar o uso de drogas (lícitas e ilícitas) dentro e nos arredores do contexto escolar. Portanto compreender os programas de prevenção ao uso de drogas nas escolas criado pelo Estado (no âmbito federal, e estadual), identificando os programas de prevenção de drogas existente e/ou desenvolvidos nas escolas pesquisadas, analisando a participação

dos gestores e professores no desenvolvimento dos programas encontrados, também analisando a participação dos estudantes nos programas desenvolvidos pelas escolas e portanto compreender como se dar a eficácia dos programas desenvolvidos pela escola na visão dos professores, gestores, e estudantes.

METODOLOGIA

Para entender um pouco mais sobre o objetivo desta pesquisa trabalharemos com alunos e professores das turmas de 5º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio das escolas estaduais da grande Goiânia. Portanto fica claro que a análise será feita tanto com professores quanto com alunos.

Essa pesquisa tem com objetivo a análise das práticas de enfrentamento do uso de drogas nas escolas da grande Goiânia. A primeira etapa será feito um levantamento bibliográfico de textos, livros, artigos e relatórios que reflita sobre o tema analisado, levantamento esse que será feito pela internet: site do Scielo, com artigos de autores que estudaram o tema, IBGE pesquisa anteriores que abordam o tema da pesquisa, publicações científicas sobre

drogas e adolescentes no site do CEBRID, além de revistas na área da saúde e de educação e jornais eletrônicos entre outros. Na segunda etapa serão aplicados questionários aos professores e entrevistas aos alunos sobre o tema da pesquisa.

A pesquisa será tanto qualitativa quanto quantitativa. A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, a abordagem quantitativa é apropriada para medir opiniões, atitudes, preferências e comportamentos. Para realização dá mesma, vamos utilizar diferentes técnicas metodológicas.

Primeiro será feito uma revisão bibliográfica que reflita sobre o tema drogas no ambiente escolar. Em seguida com consentimento das escolas e dos professores serão realizadas observações participativas das aulas ministradas, essa observação ira contribuir para as entrevistas semi-estruturadas com os professores e alunos sobre o tema abordado. A utilização desse tipo de entrevista é que ela dá mais liberdade ao entrevistado de expressar suas opiniões, maneiras de pensar, agir, condutas e comportamentos e por último será aplicado questionário semiaberto aos alunos e professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa terá como resultado final a elaboração de um artigo tendo como foco as narrativas dos professores e alunos quanto ao fenômeno das drogas nas escolas. Em seguida um relatório parcial e final sobre resultado do trabalho de campo demonstrando de que forma o tema é abordado dentro das disciplinas, em especial da sociologia e quais programas de prevenções estão sendo aplicado no contexto escolar.

REFERÊNCIAL BIBLOGRÁFICO

ABRAMOVAY, Miriam. CASTRO, Mary Garcia. *Drogas nas Escolas*: versão resumida. Brasília: UNESCO, 2005.

CEBRID: VI Levantamento Sobre o Consumo de Drogas Entre Estudante do Ensino Fundamental e Médio da Rede pública e Privada nas Capitais Brasileiras. São Paulo, 2010.

DUARTE, Rosália, Pesquisa Qualitativa: *Reflexão sobre o Trabalho de Campo*. Caderno de Pesquisa n. 115, São Paulo. Mar.2002

MINAYO, Maria Cecília de S. SANCHES Odécio. *Quantitativo- Qualitativo: oposição ou complementaridade*. Caderno saúde pública. Rio de Janeiro p.239-262. Jul/set. 1997.

MINAIO, Maria Cecília de S. SCHENKER, Miriam. Fatores de Risco e de Proteção para uso de Drogas na Adolescência. Ciências e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro. p.707-717. 2005

MOREIRA, Fernanda Gonçalves; SILVEIRA, Dartiu Xavier da. e ANDROELI, Sérgio Baxter. *Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto escolar promotora de saúde*. UNIFESP, 2006.

OBID: Observatório Brasileiro de Informação Sobre Drogas. Maio/2008. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/index.php>>.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE ESTÉTICA DE GÊNERO NA TRANSEXUALIDADE

Bento Manoel de Jesús²²

Nos últimos anos a transexualidade tem-se constituído um tema de meu interesse enquanto pesquisador. Em minha dissertação de mestrado tive como objeto de pesquisa a campanha pela despatologização da transexualidade no Brasil, com a proposta de analisar os campos discursivos que envolvem essa questão. Para o doutorado, apresentei um projeto que visa analisar a vida cotidiana de mulheres transexuais transgenitalizadas, especialmente no que diz respeito a aspectos de suas relações e interações.

Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo de levantar algumas questões em relação à transexualidade a partir de um conceito vinculado à noção de gênero, a estética. Não tenho a

²² Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Eliane Gonçalves. E-mail: bento_70@hotmail.com

intenção de desenvolver aqui uma discussão teórica densa da noção de estética e nem uma análise profunda de dados empíricos, ainda em construção. O que proponho é trazer algumas observações e impressões de minha parte, no sentido de reunir elementos que podem ser úteis na reelaboração de um problema de pesquisa.

O que defino aqui como estética de gênero diz respeito às aparências consideradas típicas de homens ou mulheres, tanto em relação às vestimentas e acessórios, quanto às formas do corpo, à anatomia e também expressões subjetivas (inclinações, desejos), como a maternidade. Na verdade, a estética está intrinsecamente relacionada com outro conceito também vinculado à noção de gênero, a performance. A performance de gênero refere-se a tudo o que envolve comportamentos, maneiras de agir, trejeitos e desempenhos considerados específicos de homens ou mulheres. Porém, pelo motivo de limitação, a performance de gênero não será aprofundada neste trabalho.

Ao analisar a transexualidade, Bento (2006) vai dizer que a estética ocupa um lugar primordial na construção das performances de gênero, pois é a aparência de gênero que proporciona a estabilidade do corpo dentro de uma ordem binária. A estética torna-

se um delimitador de gêneros, o meio pelo qual o sujeito explicita as reiterações efetuadas em relação ao corpo, com o objetivo de produzi-lo enquanto corpo de homem ou de mulher para pertencer à arena do gênero identificado.

Essa busca de pertencimento ao gênero identificado geralmente significa um grande investimento para muitas pessoas transexuais, seja em termos econômicos, sociais ou subjetivos. Trata-se de uma busca que, diante das condições em que a transexualidade é tratada atualmente e da subjetividade das pessoas transexuais envolvidas, abarca desde resultados altamente satisfatórios, até frustrações, obstáculos e impedimentos. Passo a discorrer agora sobre alguns pontos dessa questão, tendo como foco, em virtude da já mencionada limitação deste trabalho, apenas experiências relacionadas à cirurgia de transgenitalização.

Em minhas pesquisas sobre transexualidade pude confirmar a veracidade de uma questão apontada por Bento (2006), Murta (2011) e Lionço (2006): a transexualidade deve ser pensada em termos de pluralidade de experiências. Em relação à cirurgia de transgenitalização, como veremos a seguir, os posicionamentos se divergem. Muitas pessoas transexuais consideram esse procedimento

como um divisor de águas em suas vidas, como se vê em alguns depoimentos de mulheres transgenitalizadas que colaboraram com Maria Jaqueline Coelho Pinto em sua tese de doutorado. Uma delas vai dizer:

(...) a vontade que a gente tem é de falar pra todo mundo, não é? Que é mulher, a sensação é maravilhosa, depois com o tempo... a gente acaba se acostumando, e hoje, depois de quatro anos e meio,... eu até esqueço que eu tenho vagina porque para mim é tão natural, é... a minha integração com ela, a minha convivência com ela foi uma coisa tão natural que eu até esqueço dela, esqueço totalmente... é natural pra mim, é como se eu tivesse nascido com ela hoje. A sensação que eu tenho é que eu nasci com ela, faz parte do meu corpo desde quando eu nasci. Eu não consigo me ver sem ela e não consigo me lembrar um dia não ter tido ela, é natural (...) (PINTO, 2008, p. 135).

Outra colaboradora, também demonstrando satisfação com a cirurgia de transgenitalização, traz o seguinte depoimento sobre sua experiência:

(...) de primeiro eu não era assim, eu era mais fechada, eu tinha vergonha, todo lugar que eu tava, parecia que todo mundo ficava olhando pra mim, falando olha ali um travesti! Mas, hoje em dia, não. Hoje em dia, pra mim é normal, porque tudo na minha vida é normal; entro em qualquer

lugar, entro no banheiro feminino, entro tranquilamente, converso... nem passa pela minha cabeça assim, ai, eu fiz uma cirurgia, eu sou uma transexual, não. Pra mim eu sou uma mulher normal mesmo. Sinto confiante, sempre, sempre, sempre. Que nem eu te falei, em qualquer lugar que eu entro, eu entro de cabeça erguida (PINTO, 2008, p. 157).

Por outro lado, há pessoas transgenitalizadas que não demonstram tanta satisfação em relação ao procedimento. Numa entrevista concedida à jornalista **Renata Ceribelli** e exibida no programa *Fantástico* da Rede Globo de Televisão em 27 de janeiro de 2013, a modelo brasileira Lea T falou de como se sentia em relação à cirurgia de transgenitalização à qual se submeteu cerca de um ano antes da realização da entrevista²³. Referindo-se à cirurgia como uma “pequena e grande mudança” que fez, Lea T disse que não aconselha o procedimento para ninguém, acrescentando: “Eu achava que a minha felicidade era embasada à cirurgia, mas não foi,

²³ A entrevista de Lea T pode ser acessada no sítio do *Fantástico* através do seguinte endereço: <http://g1.globo.com/fantastico/videos/t/edicoes/v/lea-t-conta-como-se-sente-apos-cirurgia-de-troca-de-sexo/2370829/>

não é isso (...). A felicidade não é, não é um pênis, não é uma vagina que traz a felicidade de ninguém” (CERIBELLI, 2013, sp).

Na supracitada tese de Maria Jaqueline, uma das colaboradoras tem um posicionamento semelhante ao de Lea T, conforme mostra um trecho de seu depoimento:

(...) É claro que limitação eu sempre vou achar que eu vou ter, sempre vai ter alguma coisinha que eu vou me sentir limitada, eu posso resolver todos os problemas... sempre vou achar que tem alguma coisa que não vai me deixar muito a vontade, isso é uma coisa que eu acho que vai me acompanhar sempre, eu acho (PINTO, 2008, p. 142).

Há uma observação importante a se fazer sobre esses depoimentos: em ambos os casos, a insatisfação não advém de procedimentos técnicos mal sucedidos. Pelo contrário, as duas consideram que as cirurgias alcançaram bons resultados. Isso mostra o quanto a transgenitalização envolve aspectos de ordem subjetiva, de resignificação. No trecho a seguir pode-se inferir qual seria um dos motivos da insegurança da colaboradora de Maria Jaqueline, quando diz:

(...) A gente cobra muita perfeição, eu tenho muito medo de ser descoberta, de ser agredida não só fisicamente, mas verbalmente,

desrespeitada..., aí está a minha opção de não querer ir pra cama com ninguém pra evitar esse medo que eu corro de ser descoberta, passar por constrangimento (...) (PINTO, 2008, p.139).

O que se constata, é que a cirurgia de transgenitalização é apenas um elemento ao qual grande parte das pessoas transexuais recorre na busca de pertencimento ao gênero identificado. Além de que, a própria estética de gênero, no que concerne ao corpo, não se restringe aos caracteres sexuais primários e secundários. Nesse sentido, quando perguntada se mesmo após a cirurgia continuava com “seu lado masculino”, Lea T respondeu: “Continuo, eu tenho minha parte masculina, eu calço 42, eu tenho uma mão enorme, meu ombro é largo. Eu tenho coisas masculinas no corpo” (CERIBELLI, 2013, sp).

Trata-se de situações em que o imperativo limitador está no corpo, na biologia. Uma das principais limitações biológicas no caso da transgenitalização, talvez seja em relação à procriação. No entanto, em se tratando de seres humanos, as questões que envolvem a procriação não são puramente naturais, de forma que a maternidade e a paternidade são performances de gênero. Performances estas que as pessoas transexuais transgenitalizadas estão impossibilitadas de realizar. Porém, as pessoas transexuais que

desejam ter filhos e que planejam operar, já contam com uma alternativa, a utilização de tecnologias de congelamento de células germinativas antes dos procedimentos cirúrgicos.

Mas as tecnologias nem sempre estão desenvolvidas a ponto de realizarem todos os desejos das pessoas. No documentário *Olhe pra mim de novo*, o personagem Sillvyo Luccio é um homem transexual que deseja ter um filho com sua parceira. Então, vai até um laboratório com a proposta de que, a partir de dois óvulos, sendo um seu e o outro de sua parceira, se produza um terceiro óvulo. Esse terceiro óvulo, fruto da fusão dos dois primeiros, é que seria fecundado pelo espermatozóide de um doador. O resultado, é que o seu desejo de ter um filho que traga tanto as suas características quanto as da sua parceira, depende de tecnologias ainda inexistentes.

Porém, Sillvyo Luccio não estaria impossibilitado de ter um filho biológico, pois não recorreu à transgenitalização. A sugestão que o laboratório lhe deu, foi a de se fecundar o seu óvulo com o espermatozóide de um doador e implantá-lo no útero de sua parceira. Dessa forma, ele seria o pai biológico e ela a mãe geradora. A questão sobre filhos apareceu também na entrevista de Lea T. Diante da indagação se gostaria de ser mãe, ela proferiu a seguinte

resposta: “Eu gostaria. Olha, talvez essa é uma das coisas assim que eu posso te dizer que eu não tenho em mim, que é feminino (...), essa maternidade, por essa coisa de querer ser mãe” (CERIBELLI, 2013, sp).

Como explicita os dois casos, trata-se de uma situação paradoxal. Ou seja, ao mesmo tempo em que a maternidade e a paternidade são experiências subjetivas, são situações que não dependem apenas do desejo e de decisões individuais, mas guardam relações com muitas outras esferas sociais, sobretudo, com conhecimentos produzidos. Mas é preciso ressaltar que as limitações e impedimentos em relação à procriação não ocorrem apenas com pessoas transgenitalizadas, mas podem advir de inúmeros outros fatores. Ademais, independente de serem transexuais ou não, nem todas as pessoas desejam ter filhos.

Voltando à estética de gênero, são oportunas algumas palavras sobre as vestimentas, pois são estas que conferem à pessoa a aparência de gênero com a qual se apresenta às demais pessoas. Como aponta Bento (2006), o nascimento é como que uma matrícula da criança numa escola que vai ensiná-la a estética apropriada a cada gênero. Vai ser-lhe ensinado dia após dia quais são os tipos de

roupas e as cores permitidas. Segundo a autora, os relatos de pessoas transexuais remetem a uma infância marcada tanto pela fascinação diante das cores e das roupas que almejavam usar, mas que lhe eram proibidas, quanto pela insatisfação e aversão às roupas que eram coagidas a usar.

Para finalizar, ao se conceber a transexualidade a partir da sua pluralidade de experiências, deve-se considerar tanto a existência de posicionamentos que se convergem, quanto de posicionamentos antagônicos e até mesmo paradoxais. Se por um lado há pessoas transexuais que pagam altos preços pela cirurgia de transgenitalização, por outro, há aquelas que nem sequer desejam a realização de tal procedimento. Se há pessoas transgenitalizadas satisfeitas com sua nova estética, há também as que necessitam ressignificar a transgenitalização para muito além da cirurgia.

Referências

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CERIBELLI, Renata. Lea T conta como se sente após cirurgia de troca de sexo. In: *GI*, 2013, sp. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/videos/t/edicoes/v/lea-t-conta-como-se-sente-apos-cirurgia-de-troca-de-sexo/2370829/>>. Acessado em 23/11/2013.

LIONÇO, Tatiana. *Um olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica*. 2006. Tese (Doutorado). Brasília: UnB, 2006.

MURTA, Daniela. *Os desafios da despatologização da transexualidade: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

OLHE PRA MIM DE NOVO (Documentário). Claudia Priscilla; Kiko Goifman, 2010. 79 min.

PINTO, Maria J. C. *A vivência afetivo-sexual de mulheres transgenitalizadas*. 2008. Tese (Doutorado). Ribeirão Preto: USP, 2008.

EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL INFANTO-JUVENIL: DIFERENTES OLHARES SOBRE O FENÔMENO.

Rogério Araújo da Silva²⁴

O trabalho que ora apresento refere-se à pesquisa realizada com a exploração sexual comercial infanto-juvenil na cidade de Goiânia e região metropolitana, na qual se aborda as novas dinâmicas e configurações que envolvem o fenômeno. Como forma de apreensão de dados tem-se, dentre outras fontes, as diversas narrativas dos sujeitos pesquisados, o que nos oferece diferentes olhares sobre o problema.

A pertinência do estudo justifica-se pela ausência de pesquisas até então realizadas sobre o tema em âmbito regional, visto que os poucos estudos realizados até então tiveram como fonte de dados apenas a pesquisa documental. A partir daí vem-se uma necessidade de realização de uma pesquisa que caracterize a exploração sexual comercial infanto-juvenil em maior profundidade.

O fenômeno da exploração sexual comercial infanto-juvenil é, atualmente, visto como uma das prioridades das agendas de políticas

públicas de muitos governos e setores da sociedade civil, além de constituir-se em objeto de estudos em diferentes áreas de conhecimento. No Brasil, o fenômeno começou a ter uma maior visibilidade a partir da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) realizada no início da década de 1990, que se deteve na investigação de denúncias de casos de prostituição infanto-juvenil (LIBÓRIO, 2004; SOUSA 2004).

Para Mello e Francischini (2010), o fenômeno da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes – ESCCA - desde então vem sofrendo várias transformações conceituais, pois sua definição é fruto de percursos históricos que envolvem, dentre outras questões, o paradigma da proteção integral, inaugurado no país pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A ESCCA, em sua definição, demanda a apresentação de concepções que abarquem suas especificidades em relação a outras formas de violência sexual (FALEIROS, 2000; LIBÓRIO, 2004; SANTOS, 2007).

Para compreensão da exploração sexual comercial infanto-juvenil faz-se necessário realizar uma discussão sobre o fenômeno buscando evidenciar como ele vem sendo tratado por diversas entidades e instituições da sociedade civil e pelos órgãos governamentais. Para isso, realizo um exame acerca das terminologias que envolvem o fenômeno, visto que há uma imprecisão conceitual ao se abordar a questão. A

²⁴ Doutorando do Programa de Sociologia da Universidade Federal de Goiás.

compreensão do que seja a violência sexual contra crianças e adolescentes, torna-se a mola propulsora para a formulação dos conceitos sobre o abuso e a exploração sexual, fenômenos que por mais que sejam parte de um mesmo problema, o da violência sexual, possuem singularidades em sua caracterização e, conseqüentemente, exigem conceitos distintos.

Ainda segundo Mello e Francischini (2010), há uma forte discussão acerca da conceituação do fenômeno, não existindo apenas uma forma de defini-lo. A falta de precisão conceitual denota não somente uma mera divergência semântica, mas remete a uma discussão de cunho epistemológico.

Para outros autores, a exemplo de Faleiros (2000) e Santos (2007), essa imprecisão conceitual reflete a dificuldade de compreensão das várias categorias de violência que, embora aparentem formar uma unidade, são, em verdade, um conjunto de fenômenos com características e manifestações bastante peculiares e específicas (como exemplo, a negligência, o abuso sexual, a prostituição, a exploração sexual, etc.). Essa confusão conceitual também dificulta a construção de estratégias de intervenção adequadas a cada tipo de violência, atentando para suas especificidades e contextos. De modo geral e a título de delimitação conceitual para o presente trabalho, podemos compreender que:

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes pode ser definida como “uma relação de mercantilização (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda)”. (LEAL E LEAL, 2002)

As dimensões do denominado trabalho sexual e do mercado do sexo também são acionadas para se compreender a questão da exploração sexual comercial, assim como o debate sobre a pertinência em se utilizar a concepção da prostituição de forma genérica para se referir a este fenômeno também é problematizada. Uma análise sobre a produção bibliográfica produzida no Brasil sobre este assunto também é apresentada, o que nos dá pistas de que as pesquisas realizadas sobre o assunto no país são relativamente recentes. Por fim, trago um apanhado dos congressos internacionais que até agora foram realizados para se discutir o problema, assim como os acordos internacionais e os marcos legais em nível nacional.

Discuto ainda, a questão da identidade relacionada às dimensões da representação social e da subjetividade, pois é por meio da representação social que a identidade adquire sentido. Do mesmo modo, o conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que

estão envolvidos no processo de produção da identidade. Após uma explanação dos conceitos gerais da identidade, faz-se pertinente discutir quais os elementos são constitutivos na construção da identidade entre os adolescentes. Por fim, a dimensões de gênero e sexualidade também são abordadas.

Por meio da pesquisa realizada constata-se que a visibilidade da exploração sexual comercial infanto-juvenil em Goiânia tornou-se menos perceptível, pois os/as adolescentes em situação de exploração sexual comercial não foram encontrados nos espaços nos quais até então se verificava a presença dos mesmos, a exemplo de algumas ruas e avenidas, bares e postos de combustível utilizados para a prática da prostituição. A questão colocada é: se não está sendo possível encontrá-los em espaços que antes eram encontrados onde estariam então? Pois não cogitei a ideia que a exploração sexual comercial infanto-juvenil em Goiânia e região metropolitana tenha sido erradicada, mas sim que sua dinâmica tenha assumido uma nova configuração, particularmente no que se refere à sua visibilidade. Uma estratégia empregada foi realizar um levantamento em instituições governamentais e não-governamentais, ou seja, buscar os casos de exploração sexual nas unidades que poderiam ser a porta de entrada para esses/essas adolescentes nos casos de denúncia e encaminhamentos, a exemplo dos Centros de Referências Especializados em Assistência Social

(CREAS), Conselhos Tutelares, Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente, Juizado da Infância e Juventude, SOS criança, dentre outras.

Contudo, por meio desse levantamento verifica-se que os casos que envolvem crianças e adolescentes em situação de exploração sexual também não estão chegando ou chegam em número reduzido às instituições que seriam a sua porta de entrada. Além do levantamento dos casos, objetivou-se também realizar entrevistas com as pessoas que atuam nessas instituições, a fim de levantar, por meio de diferentes narrativas, qual a percepção que essas pessoas têm em relação ao fenômeno em Goiânia. Mas a grande riqueza está nas narrativas das próprias adolescentes que nos oferecem uma visão de dentro do fenômeno.

Através dessas entrevistas pode-se verificar que a exploração sexual comercial infanto-juvenil apresenta-se de forma menos visível e mais velada. A riqueza das informações coletadas em relação ao fenômeno está na diversidade das narrativas colhidas, pois se têm a apreensão tanto das pessoas que operam com a questão, a exemplo dos conselheiros tutelares e das delegadas que atuam nas delegacias especializadas de proteção, que nos apresentam as dificuldades enfrentadas para a apuração dos casos, o que esbarra muitas vezes na inconsistência das denúncias realizadas às implicações da aplicabilidade da legislação, visto que cada profissional interpreta a seu modo a legislação referente aos crimes

sexuais, denominados no Código Penal Brasileiro como Crimes Contra a Dignidade Sexual.

O que se observa é que a exploração sexual comercial infanto-juvenil desenvolve-se em parte em locais fechados, a exemplo de boates e casas de show de *strip tease*, o que envolve um forte aparato de acobertamento, a exemplo da falsificação de documentos das adolescentes. E se antes era visível em alguns espaços a prática da prostituição infanto-juvenil, como em ruas e avenidas da cidade, nos quais dividiam o mesmo ponto com profissionais do sexo adultas, hoje, essas adolescentes não necessariamente necessitam deslocarem-se para esses espaços para se prostituir, pois utilizam outros meios para o contato com os possíveis clientes, a exemplo do telefone celular, o que interfere significativamente na forma que se configura o fenômeno.

Além disso, a ideia propagada de que na exploração sexual há sempre a figura de alguém, normalmente um adulto, que explora os/as adolescentes comercialmente, denominados de agenciadores, nem sempre ocorre. E mesmo que em muitos casos ainda exista essa figura, a atividade também é exercida de forma autônoma ou o agenciamento é realizado por outras adolescentes, o que implica uma rede invisível de aliciamento de adolescentes por outras adolescentes nos próprios bairros em que residem. Diante desse novo contexto, compreendo que o grande desafio da pesquisa

está em desvendar os mecanismos que hoje camuflam a exploração sexual comercial infanto-juvenil.

Referências bibliográficas

FALEIROS, Eva T. A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes no mercado do sexo. In: LIBÓRIO, R. M. C. & SOUSA, S. M. G. (Orgs.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais** (pp. 73-98). São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004.

_____, Eva T. Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

LEAL, Maria de Fátima Pinto et al. (Orgs.). **Exploração sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe** 107 relatório final. Brasília: MJ/Unicef/IIN/ Cese/Visão Mundial/Cecria, 1999.

LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto (Orgs.). **Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil – PESTRAF**. Brasília: CECRIA, 2002.

LIBÓRIO, R. M. C. A exploração Sexual Comercial Infanto-juvenil: categorias explicativas e políticas de enfrentamento. In: LIBÓRIO, R. M. C. & SOUSA, S. M. G. (Orgs.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2004.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil: uma análise de situação**/Editado por Rogério Araújo. Goiânia: Cênone, 2007.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; ARAÚJO, Rogério. **O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil: metodologia de trabalho e intervenção**. Goiânia: Cênone, 2009.

SANTOS, Joselino Vieira dos. **A exploração sexual comercial de adolescentes na Região Metropolitana de Goiânia: um estudo de depoimentos da CEI**. Goiânia, 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2002.

SOUSA, Sônia Margarida Gomes. **Prostituição infantil e juvenil: uma análise psicossocial do discurso de depoentes da CPI**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

SOUSA, Sônia Margarida Gomes; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (Orgs.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo; Goiânia: Editora da UCG, 2004.

Apenas um trabalho ou comportamentos desviantes? Uma discussão sobre a moralidade das mulheres que atuam no mercado das drogas²⁵.

Marcilaine Martins da Silva Oliveira²⁶

Analisando os números da população carcerária, observa-se que a diferença entre a população carcerária feminina e a masculina é muito grande. É possível inferir, de maneira geral, que os homens tendem mais ao crime do que as mulheres. Embora o número de delitos seja pequeno comparando com o dos homens, é relevante estudar mulheres criminosas, pois o número de mulheres que cometem crimes vem aumentando nos últimos anos, se tomarmos como indicador o número de aprisionamento de mulheres, especialmente por envolvimento no tráfico de drogas. De acordo com os dados estatísticos do Ministério da Justiça – InfoPen²⁷ no

²⁵ Trabalho apresentado ao II Seminário da Linha de Pesquisa Direitos Humanos, Diferença e Violência. Por uma problematização sociológica dos Direitos Humanos na sociedade contemporânea.

²⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás.

²⁷ Dados do Sistema integrado de informação Penitenciárias – InfoPen <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>> acesso em 02 de agosto de 2013

Estado de Goiás entre o período 2005 a 2012 pode-se observar a gradativa inserção das mulheres nas práticas de crimes, pois houve o aumento nesse período de 118% da população carcerária feminina. Atualmente 60% delas estão presas pelo artigo 33 da Lei de Tóxicos – Lei 11343/06 que remete ao crime de tráfico de drogas e entorpecentes.

Assim, o presente trabalho tem o intuito de discutir se mulheres envolvidas no tráfico de drogas consideram suas ações como desviantes, e se reagem ao efeito negativo da “rotulação”. Numa perspectiva interacionista Becker, em *Outsiders*, propõe compreender as formas de transgressão como ‘desvio social’. Segundo o autor, no início dos anos de 1960, os estudos procuravam quais eram as causas do comportamento desviantes em relação às normas legalmente aceitas. Para Nunes (2005) a distinção de ‘desviante’ é estabelecida socialmente, e não está vinculada a padrões de comportamento funcionalmente articulados à estrutura social.

O ato desviante refere-se a um ato livre de quebrar normas socialmente estabelecidas. Para Becker (2008), as causas do desvio não estão localizadas na situação social do desviante, mas sim que

“grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como *outsiders*”(p.21-22). As pessoas rotuladas de desviantes partilham o rótulo e a experiência de serem rotuladas como desviantes. Se um ato é desviante ou não, depende da maneira como as pessoas reagem a ele, e como as pessoas reagem a ele também varia muito, determinados atos que abrangem quebras de regras, como diz Nunes (2005):

São rotulados como moral ou legalmente condenáveis por pessoas que ocupam posições de poder. O comportamento de quebrar regras aparece numa frequência constante, enquanto sua rotulação como desviante varia de acordo com o contexto. (p.47)

Nesse contexto, Becker, ressalta que as regras são frutos da iniciativa de alguém, classificados pelo autor como ‘empreendedores morais’ de dois tipos: os criadores de regras e os impositores de regras. Não obstante, de forma seletiva, os impositores diante das pressões de sua condição de trabalho, aplicam as regras e criam os outsiders. Desse modo, o ‘desvio’ é sempre

produto de empreendimento. Sendo assim, o desvio, é o resultado de iniciativas dos outros, encadeando um processo de seleção, identificação e tipificação dos indivíduos. Por conseguinte, *outsiders*, são aqueles indivíduos considerados desviantes por outros, isto é, para que o seu ato seja considerado desviante dependerá de como os outros responderão a ele. Nas palavras de Becker (2008):

O desvio não é uma qualidade simples, presente em alguns tipos de comportamento e ausente em outros. É antes o produto de um processo que envolve reações de outras pessoas ao comportamento. O mesmo comportamento pode ser uma infração das regras num momento e não em outro; pode ser uma infração quando cometido por uma pessoa, mas não quando cometido por outra; algumas regras são infringidas com impunidade, outras não. Em suma, se um dado ato é desviante ou não depende em parte da natureza do ato (isto é, se ele viola ou não alguma regra) e em parte do que outras pessoas fazem acerca dele. (p.26)

No entanto, para o autor, o indivíduo que recebe o rótulo de desviante pode ter um ponto de vista diferente da questão. A pessoa pode rejeitar a regra imposta e pode não aceitar aqueles que a

julgam como ‘legitimamente autorizados’ para julgá-los. Dessa maneira, o indivíduo que viola as regras pode sentir que seus juízes que são desviantes. Desenvolvendo ideologias que explicam porque eles estão certos e porque aqueles que o desaprovam e os punem estão errados.

A coleta de dados na qual se baseia o trabalho está sendo realizada no Presídio Feminino Centro Inserção Social Consuelo Nasser com mulheres que estão cumprindo penas em regime fechado. Esta pesquisa ainda está em andamento, não sendo possível, no momento, apresentar dados conclusivos. Por ora, apenas algumas considerações preliminares são passíveis de elaboração.

Assim, ao indagar as reeducandas se consideravam o envolvimento no tráfico de drogas uma atividade imoral, Ametista responde:

É uma atividade imoral porque dá cadeia, mas não considero não. Porque eu fazia um serviço que a pessoa me pagava e comprava, eu não roubava e nem nada [...] é ilegal porque todo mundo considera [...] não achava, mas é contra a saúde pública e o bicho pega.

Tal como ressalta Becker, todos os grupos sociais elaboram regras que determinam posturas e tipos de comportamentos, determinando como “certos” e “errados”. Ao infringir essas regras socialmente estabelecidas o indivíduo é considerado um “*outsider*”. No entanto, Ametista tem uma imagem diferente de sua ação considerada pela sociedade como desviante. Assim, reagindo ao efeito negativo da “rotulação”. Isto é, Ametista considera sua atividade como comercial “a pessoa me pagava e comprava” e não uma atividade criminosa. Mas sabe que sua atividade é desviante porque ela foi presa por esse motivo. Assim, nas palavras de Becker (2008):

O desvio é criado pelas reações de pessoas a tipos particulares de comportamento, pela rotulação desse comportamento como desviante, devemos também ter em mente que as regras criadas mantidas por essa rotulação não são universalmente aceitas. Ao contrário, constituem objeto de conflito e divergência, parte do processo político da sociedade (p.30)

Para Misse (2002) a lógica econômica do mercado produz relações complexas e o que distingue o que é informal e formal é um conjunto de regulamentações estatais. Entre essas regulamentações,

está a regulamentação das mercadorias do que são criminalizadas. A “designação criminal de um certo tipo de mercadoria depende do seu significado contextual para ordem pública, para a reação moral da sociedade e por suas possíveis (ou imaginárias) afinidades com outras mercadorias e práticas criminalizadas”(p.13). A multiplicidade de mercadorias criminalizadas é imensa. A droga é apenas uma das mercadorias criminalizadas e, devido sua alta lucratividade, tem atraído cada vez mais um número maior de agentes para sua oferta.

Esmeralda não compartilha da mesma visão de Ametista, para reeducanda o seu envolvimento nessa atividade é considerado:

[...] muito ilegal. Porque querendo ou não a partir do momento que você está traficando a gente destrói muitas vidas porque as pessoas roubam pra comprar drogas, as pessoas matam comprar drogas, às vezes se submetem a fazer coisas até tirar a vida do ser humano por drogas, então isso pra mim é ilegal. Mas, quando não tem outra maneira de ganhar outro dinheiro rápido é fácil a gente acaba fazendo mesmo sabendo que não é legal.

Dessa forma, Esmeralda mesmo considerando a atividade ilegal, justifica o seu envolvimento como possibilidade de adquirir “dinheiro rápido e fácil”. De acordo com Zaluar:

O tráfico de drogas é apenas um dos meios atuais rápidos e eficazes para se chegar ao enriquecimento. O que se ganha nele não se compara com nenhum ganho salarial, seja do operário de construção civil, seja do professor, seja do empregado estatal, seja do gerente multinacional. Nem mesmo como muitas atividades produtivas ilícitas, controladas pelas legislações em vigor, e, às vezes pela política de controle de preços. Assim, hoje, o tráfico exerce atrativo para todos. (p.97)

Além disso, Esmeralda relata outro fator para seu envolvimento no tráfico de drogas como uma forma de complementar a renda familiar que passava por dificuldades financeiras. Mas, Esmeralda trabalhava como balconista de uma panificadora, considerada socialmente uma “atividade legal”. Contudo, encontrou no tráfico de drogas uma forma de adquirir “dinheiro rápido e fácil”, isto é, o dinheiro que demoraria um mês

para adquirir, provavelmente ganharia durante algumas horas. Assim, justificando o sua permanência nessas atividades consideradas desviantes.

Do mesmo modo, Ametista, além da atividade no tráfico, exercia uma “atividade legal” trabalhava como secretaria numa empresa de reciclagem, paralelamente, fazia entrega de drogas. Mas, escondendo essa atividade paralela da família.

“eu saia as 16:00 do serviço ia lá em Brasília e entregava a droga e voltava no mesmo dia. No outro dia trabalhava normal no meu serviço como se nada tivesse acontecido [...] minha mãe ficava com meus filhos. Quando tinha entrega eu ligava pra minha mãe e falava: mãe vou ficar pesando caminhão até mais tarde e aí ela nem importava. Sempre eu fazia muita hora extra tipo assim no dizer, porque na verdade hora extra eu não fazia. Aí eu falava que recebia mais por causa das horas extras”

Ametista relata que tinha consciência do risco de a qualquer momento poderia ser presa por estar envolvida nessas atividades desviantes, mas nunca teve medo de realizar as entregas: “*não tinha medo era mesma coisa de estar carregando uma sacola normal [...] mas, marcava entregar em lugares movimentados para minha segurança, mas eu andava armada e não tinha medo*”.

Assim, ambas encontram no tráfico de drogas uma opção econômica de “ganhar dinheiro mais fácil e rápido”. Embora, considera essa atividade ilegal Esmeralda afirma que se envolveu no tráfico por necessidade de obtenção de renda. Entretanto, Ametista só considera ilegal porque é considerado socialmente ilegal. Para ela era uma atividade comercial como outra qualquer. Nesse sentido, Ametista não encontra nenhuma razão moral para não realizar esse tipo de atividade, ou seja, a moralidade varia de acordo com a necessidade. Ametista considera estar carregando apenas uma sacola e tranquilamente entregará no seu destino para obter uma renda a mais.

Em outras palavras, a moral também é uma construção social que passa pela subjetividade dos indivíduos que dão sentidos diversos a ela e, conseqüentemente, a própria moral, não deve ser percebida como única, mas distinta e plural.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – EXECUÇÃO PENAL. Dados do DEPEN sobre estatísticas dos presídios no estado de Goiás. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>> acesso em 02 de agosto de 2013.

MISSE, Michel. **Rio como um bazar, a conversão da ilegalidade em mercadoria política**. Insight Inteligência. Rio de Janeiro: v. 3, n.5,2002. p 12-16.

NUNES, Jordão Horta. **Interacionismo simbólico e dramaturgia: a sociologia de Goffman**. São Paulo/Goiânia, Humanitas/Editora da UFG, 2005.

TELLES, Vera S. **Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade**. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social Vol.2.nº 5-6,2009. PP 97-126

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro. Revan: Ed, UFRJ, 1994.

Construindo o fenômeno do desaparecimento de pessoas: práticas interpretativas da polícia e das famílias dos desaparecidos

Paula Marcela Ferreira França²⁸

Apresentamos algumas considerações sobre o referencial teórico-metodológico que orientará a pesquisa em questão sobre desaparecimentos forçados de pessoas. O ponto de partida é a ideia etnometodológica de que não somos dopados culturais, mas agentes competentes capazes de avaliar as situações em questão e exigir dos outros prestações de contas (*accounts*) nas quais a possibilidade da prática da ação se baseia, ou seja, somos dotados de “capacidade crítica” e somos capazes de utilizá-la conforme as práticas em situação apresentem características que pareçam contrariar expectativas contextuais (GARFINKEL, 2006). O postulado central desta perspectiva é que as práticas e raciocínios sociais que

²⁸Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. E-mail para contato: paulamarcela_cs@yahoo.com.br.

produzem os quadros da vida cotidiana são idênticos aos procedimentos dos atores que visam tornar esses mesmos quadros inteligíveis. Acreditamos que a prática policial, mais rotinizada, é manifestada principalmente por meio da *consciência prática* e, neste sentido, nos apoiaremos amplamente na etnometodologia. Nem toda consciência que temos de nossas atividades diárias ganha uma elaboração discursiva, estando aí a diferença entre consciência prática e consciência discursiva, conforme Giddens (2003). Mas às vezes é preciso colocar as coisas em palavra. Julgamos que as circunstâncias por que passam as famílias de vítimas de desaparecimentos forçados exigem que elas se empenhem muito mais em uma elaboração discursiva de suas experiências. É no contato das interpretações destes dois grupos, policiais e familiares de desaparecidos, que nos propomos a observar o fenômeno do desaparecimento forçado de pessoas.

Famílias com crianças e adolescentes desaparecidos buscam apoio e a instituição que lhes aparece de forma mais imediata e definida é a polícia. É neste contato que o fenômeno será observado: entre a polícia e as famílias dos desaparecidos. Neste ponto o tema sofrerá ainda outra redução fundamental: ocupar-nos-

emos dos desaparecimentos quando entendidos como consequência de um crime. Cabem aqui algumas considerações. Hoje, de acordo com a lei 11259/2005, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a polícia tem o dever de iniciar as buscas logo após ser notificada, de modo que, pelo menos nesse momento inicial, competem-lhe os mais diversos casos de desaparecimentos: fugas, perda por descuido, sequestro, violência doméstica, conflitos familiares, tráfico sexual, conflito de guarda, tráfico para adoção internacional etc. Desde o momento do registro da ocorrência se inicia um processo de tipificação, que pode ser apenas uma primeira hipótese, em que a própria definição dos casos que são percebidos como objetivamente ligados a crimes depende do contraste com aqueles que não são assim notados.

Tendo em vista investigar esses pressupostos, é o “raciocínio prático” que será analisado. Algumas perguntas poderão então ser feitas. Famílias de baixa renda são mais facilmente relacionadas à possibilidade de fuga do lar? “Dados” como classe social, cor, profissão, lares desfeitos, gênero e idade influem na categorização dos casos? De que modo? Por um lado, um dos problemas é saber como os policiais, durante o processo de registro

da ocorrência e investigação, relacionam eventos a causas e constroem uma explicação para o fenômeno que, possivelmente, se pretenda objetiva.

Ainda se pretende estudar os inquéritos policiais dos quais fazem parte os registros de ocorrência. A própria disposição dos mesmos torna visível a estrutura que lhes é subjacente. Sabe-se que neles cursos de ação são descritos e ficam arquivados em uma forma profissionalmente defensável (BEATO, 1992). Ou seja, a tipificação de uma ocorrência deve parecer suficientemente convincente para justificar uma linha de ação/investigação. Parece ser recorrente a crença de que o inquérito é objetivo, porque empiricamente orientado, como também é comum a utilização durante a investigação de testes de hipóteses, regras de inferência dedutiva e indutiva, teorias da ação, etc. Mas não podemos perder de vista que esse é um conhecimento essencialmente prático, geralmente permeado por concepções do senso comum (BEATO, 1992).

A interação entre atores e organização terá de ser examinada no modo como é estruturada a comunicação, talvez em uma relação de autoridade, de assimetria dialógica, de modo que a manifestação daqueles ocorra dentro de uma arquitetura de conversa,

com cursos programados (PAIXÃO,1986.). A expectativa é de um estudo do poder na interação em que um conhecimento técnico, supostamente objetivo (o conhecimento policial) se imponha de forma coercitiva.

Tudo indica que a ação policial nesses casos nem sempre é recebida de forma tranquila. São constantes os questionamentos sobre a atuação do Estado na prevenção dos desaparecimentos, investigação e apoio por parte de grupos organizados ou pessoas isoladas. Para se ter ideia basta ler relatos de famílias com crianças desaparecidas, publicados em jornais, ou entrar em *sites* de organizações civis para as buscas. Partimos do pressuposto (hipótese) de que uma das principais tensões em torno desse drama ocorre entre polícia e familiares. Deve-se observar então como ocorre essa divergência. Pode-se imaginar que a polícia entende que não lhe cabem todos as ocorrências, concluindo que a partir de determinado momento deveria entrar em ação outro tipo apoio, como equipes compostas por psicólogos, assistentes sociais etc. Ou ainda supor que não há consenso quanto às causas a que se atribui o desaparecimento ou aos meios de investigá-lo, ou seja, que as famílias dos desaparecidos divergem dos policiais na atribuição de

motivos ao evento e também modo de reagir, atuar. O desaparecimento pode ainda ser um caso fugidio, esquivo, com dificuldades de definição para todos os envolvidos.

De qualquer modo, partimos do pressuposto de que as vítimas do desaparecimento forçado – vítimas de milícias, da violência policial, da prostituição, etc. – frequentemente estão em uma situação de vulnerabilidade social, sendo que familiares empenhados na busca constantemente têm de elaborar discursivamente reflexões acerca de questões como justiça/injustiça, desigualdade/igualdade. É neste sentido que procuraremos observar as falas que emergem do empenho nas buscas por meio de duas abordagens: a sociologia pragmática de Boltanski e Thévenot e as *gramáticas do reconhecimento* de Axel Honneth. À premissa etnometodológica de que a ordem social é uma realização prática, contingente, local, endógena, natural e observável em situação, de onde emergem acordos tácitos, tem de ser anexada a observação de que em certas situações são de disputas sobre os termos de acordos ou desacordos, porque “qualquer coisa falha”, porque o acordo tácito deixa de valer. A proposta teórica de Axel Honneth para observar

estas situações às vezes se aproxima da abordagem de Boltanski/Thévenot, não desconsiderando suas diferenças.

Em Boltanski e Thévenot (1991) a questão da igualdade/desigualdade bem como da justiça/injustiça é tratada em planos teóricos que não são o da estratificação social - lugares onde classicamente são discutidas nas ciências sociais. Paralelamente, o “paradigma do desvelamento”, presente em Marx, Nietzsche e Freud, é abandonado em favor do paradigma dos hermeneutas e dos fenomenólogos. A intenção da sociologia pragmática é explicitar as competências dos atores quando denunciam uma injustiça, lembra Vandenbergue, (2006). A sociologia pragmática ultrapassa o situacionismo da etnometodologia, quando reúne a hermenêutica e a sociologia compreensiva, o que ocorre quando o modo como os atores mobilizam seus valores para darem sustentação às suas ações é *compreendido* (Weber) e esta sustentação é lida como motivo. Uma sociologia do vocabulário dos motivos (Wright Mills) se encontra com o pragmatismo social (oriundo do pragmatismo filosófico de Charles Sanders Peirce e William James, desenvolvido sobretudo por George Herbert Mead) (VANDENBERGUE, 2006; COSER, 1980; WERNECK, 2012).

Isto é feito por meio das *cités*, “... vocabulários transituacionais de justificação que os atores utilizam e introduzem em concordância nas situações de disputa para definir os termos do acordo ou do desacordo e coordenar suas ações de justiça (VANDENBERGUE, 2006, p.333)”. As Cidades criam contextos de justificação, são um modelo pragmático “arquitetado na competência do julgamento”, utilizado quando atores justificam suas pretensões à justiça e manifestam desacordo sem recorrer à violência (SOBOTTKA, SAVEDRA, 2012; VANDENBERGUE, 2006). Elas são sistematizadas por meio de seis textos filosóficos clássicos: a) cidade inspirada (Santo Agostinho – *A cidade de Deus*); b) a cidade doméstica (Bousset – *La politique tirée des propres paroles de l’écriture sainte*); c) a cidade de renome (Hobbes-*Leviatã*); d) a cidade cívica (Rousseau- Do Contrato Social); e) a cidade mercantil (Adam Smith- *A riqueza das nações*); f) e a cidade industrial (Saint Simon – *Du système industriel*).

É a partir do conceito hegeliano da *Luta por reconhecimento* que Honneth desenvolve sua própria teoria crítica. Em sua perspectiva, afirmam Sobottka e Saavedra (2012) a sociedade pode ser interpretada a partir de uma única categoria: o

reconhecimento. Honneth (2003) reconstrói a tese de Hegel a partir de uma psicologia social empiricamente orientada, uma fenomenologia empiricamente controlada das formas de reconhecimento. Em Mead, é encontrada a ideia de que os sujeitos humanos devem sua identidade à experiência de um reconhecimento intersubjetivo. Honneth sistematiza três formas de reconhecimento social, pautadas em um jogo dialético entre a tradição dos direitos fundamentais liberais e do direito subjetivo em condições pós-tradicionais e a valoração social, que emerge das relações intersubjetivas. Observa que experiências de desrespeito desenvolvem diferentes tipos de patologias e a teoria do reconhecimento deve ser capaz de indicar os sintomas sociais que os atores atingidos por diferentes tipos de desrespeito deixam transparecer. As questões de poder, conflito, distribuição desigual de recursos diversos (capital econômico, social, cultural, etc.), aparecem mais claramente em Honneth que em Boltanski e Thévenot. Grupos não reconhecidos podem manifestar suas demandas por *reconhecimento*.

Referências bibliográficas

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Definição de um fato: Suicídio ou Homicídio? *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v.7, n.2 e 3, maio/dezembro de 1992, pp. 92-106.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De lajustification: leséconomies de lagrandeur*. Paris: Gallimard, 1991.

COSER, Lewis. Tendências Americanas. In: BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert (orgs). *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

GARFINKEL, Harold. *Estudios en etnometodología*. Tradução de Antonio Pérez Hernaiz. Anthropos, Barcelona, 2006.

HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34, 2003.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A etnometodologia e o estudo do poder: notas preliminares. *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, v.1, n.2, maio/agosto de 1986, pp. 93-110.

SABOTTKA, Emil A.; SAAVEDRA, Giovanni A. *Justificação, reconhecimento e justiça: Tecendo pontes entre Boltanski, Honnet e Walzer*. Civitas, Porto Alegre, v.12, n.1, p.126-144, jan/abr 2012.

VANDENBERGUE, Frédéric. *Construção e crítica na nova sociologia francesa*. Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n.2, p.315-366, mai/ago 2006.

WERNECK, Alexandre. A contribuição de uma abordagem pragmatista da moral para a sociologia do conflito. In: *Conflitos de (grande) Interesse – estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas*. Rio de Janeiro, Garamond, 2012.

ALTERNATIVAS FEMINISTAS DE ATIVISMO CRIATIVO

Márcia Sardinha da Costa²⁹

Orientadora: Eliane GONÇALVES³⁰

mm_marcia14@hotmail.com

Manifestações de rua tem sido a característica de vários movimentos sociais que fazem uso de linguagens diversas. O movimento feminista ou movimento de mulheres é um dentre tantos outros como o movimento estudantil, o movimento dos trabalhadores, o movimento negro, o movimento pacifista etc., que surgiram da necessidade de fazer visíveis suas demandas (BOTTOMORE,1981).

Essas demandas estão centradas, dentre outras coisas, na opressão sofrida pelas mulheres ao longo de séculos da história da

²⁹Graduanda em Ciências Sociais, habilitação Políticas Públicas – FCS – UFG – 7º período. Resumo baseado no projeto de final de curso (TFC1) revisado pela orientadora.

³⁰Doutora em Ciências Sociais (Unicamp,2007). Professora da FCS – Linha de pesquisa no PPGS: Direitos Humanos, Diferença e Violência. Co-fundadora, colaboradora e pesquisadora do Grupo Transas do Corpo. Membro e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (Ser-tão - UFG).

humanidade. A consciência dessa opressão levou e continua levando as mulheres às ruas para protestar por seus direitos. A busca por reconhecimento de seus direitos tem levado os movimentos feministas a pensar e articular novas formas de protestar e a utilização da escrita no corpo, na atualidade, tem sido uma forma de manifestação que tem se mostrado de certa forma eficaz, pois as mulheres têm usado seus corpos nus ou seminus para protestar nas praças e ruas das cidades como uma forma de dar visibilidade ao movimento chamando a atenção da mídia local e mundial. Para tal, essas mulheres têm escrito em seus corpos aquilo porque protestam.

Utilizando-se dessas formas essas mulheres têm contribuído para as novas formas de protesto nas ruas, nos grandes centros urbanos e nas plataformas virtuais, inaugurando um ativismo criativo ou uma arte ativista (MESQUITA, 2008) que romperá barreiras e transcenderá para outros movimentos levando milhares de pessoas às ruas em manifestações com as mais variadas demandas.

A permanência de movimentos sociais, como o feminismo, no cenário mundial é de extrema importância para as minorias com parca ou mesmo sem representação nas instâncias de poder. Segundo

Weeks “o feminismo é o evento político e cultural mais importante dos anos 1960/70, tendo influenciado, em grande medida, outros movimentos de identidades, por exemplo, o movimento homossexual.” (WEEKS, 1989 *apud* GONÇALVES, 2007, p.11-12).

Ainda nessa perspectiva da importância dos movimentos feministas na atualidade, vale notar que como um movimento local e global, com uma agenda ampla que atende aos mais diversos grupos e demandas, o feminismo ainda se mantém atual. Segundo André Luiz Mesquita:

Para a prática artística coletiva, a arte feminista trouxe uma proposta de “colaboração, diálogo, um questionamento constante da estética, de hipóteses sociais e de um novo respeito pela audiência” (LIPPARD, Lucy R, op. cit. p. 151), passando a criar diferentes estratégias performativas e visuais de ação para enfrentar tabus, como estupro, violência, incesto e prostituição (MESQUITA, 2008, p. 116)

Apesar das muitas conquistas visivelmente presentes no cotidiano de milhares de mulheres em todo o mundo, como o direito a educação, a uma profissão, a saúde etc. as bandeiras erguidas pelos

movimentos feministas na atualidade ainda demonstram muito do que deve ser conquistado pelas mulheres. Demandas que vem sendo pleiteadas desde a década de 1960 a exemplo da igualdade plena entre homens e mulheres, da autonomia sobre o corpo, da sexualidade etc (GONÇALVES, 2007).

Portanto, pensar as práticas ativistas no que diz respeito aquilo que é criativo no e para o movimento feminista, em termos de dar visibilidade ao mesmo, se torna pertinente num contexto midiático e tecnológico em que tudo é passageiro. É pensar que aquilo que é notícia agora, deixa de sê-lo em poucos instantes devido ao grande número de informações ao qual estamos expostos nas plataformas virtuais, na diversidade da mídia televisiva e radiofônica.

Referências

- BOTTOMORE, Tom. Sociologia Política. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- GONÇALES, Eliane. Vidas no Singular: noções sobre “mulheres sós” no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado, Unicamp, 2007.
- MESQUITA, André Luiz. Insurgências Poéticas Arte Ativista e Ação Coletiva (1990-2000). Dissertação de Mestrado, USP, 2008.

Políticas de formação em saúde: trajetória que construiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

Linamar Teixeira de Amorim³¹;

Marta Rovey de Souza³²;

Gustavo Côrrea Matta³³

1. Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma proposta de política pública ainda em desenvolvimento, mas é também, o cenário de conversão das práticas e dos serviços de saúde, impondo desafios permanentes na direção da reconstrução dessas práticas e da reorganização dos serviços, que recaem sobre a formação em saúde. Nessa perspectiva é que a análise das conferências de saúde pode ajudar a compreender como foi construída a história das políticas de formação em saúde. As Conferências Nacionais de Saúde (CNS)

³¹Doutoranda (último ano) do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Faculdade de Ciências Sociais/Universidade Federal de Goiás. linamarta@gmail.com

³² Orientadora. Doutora em Ciências Sociais; Professora no Depto. de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Goiás/UFG. martary@gmail.com

³³Co-orientador. Doutor em Saúde Coletiva; Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) - FIOCRUZ. gcmatta@fiocruz.br

acontecem há 66 anos e têm como objetivo avaliar e propor as diretrizes para a formulação das políticas de saúde, que terminaram por acarretar o desenvolvimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Acredita-se em uma cultura de formação permanente em contraposição a uma cultura de treinamentos emergenciais, tendo o trabalho como eixo estruturante das ações educativas.

2. Material e Métodos

Este trabalho propõe investigar sob a perspectiva histórica da formação em saúde, os elementos que identifiquem o significado político-pedagógico da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). Para cumprir os objetivos aqui propostos, a metodologia utilizada neste trabalho foi de cunho fundamentalmente bibliográfico, com utilização de uma revisão sistemática da literatura documental sobre o tema, com ênfase nas CNS. Por se tratar de um trabalho bibliográfico, com viés sociológico, elegeu-se os conceitos de sociologia das ausências e sociologia das emergências de Santos (2007) como importantes contribuições para discutir a formação em saúde. Segue abaixo no Quadro 1, um resumo sobre as CNS,

destacando as propostas referentes à formação de recursos humanos em saúde.

Quadro 1. Relato das 14 Conferências Nacionais de Saúde

Propostas Conferências	Abordagem sobre Recursos Humanos	Outros desdobramentos
1ª CNS/1941	- Discussões referentes à formação de nível superior, centrada no profissional médico.	_____
2ª CNS/1950	- Discussões referentes à formação de nível superior, centrada no profissional médico.	_____
3ª CNS/1960	- Inclusão dos profissionais de nível médio.	- 1ª proposta de descentralização; - Carência de mão de obra qualificada.
4ª CNS/1967	- Sugeriu a educação permanente em RH; - Ensino “no”, “pelo” e “para” o trabalho,	- Preocupação em satisfazer os anseios da sociedade, sem desmerecer a cultura.
5ª CNS/1975	- Treinamento em serviço (1ª vez que aparece o termo) – restrito ao nível técnico.	- Novas pedagogias de ensino – unicidade da ciência e multiplicidade de abordagens.
6ª CNS/1977	- Educação continuada surge de forma explícita.	- Recomendou a formação com base em novos conhecimentos para a

		Saúde Pública.
7ª CNS/1980	- Discutiu o papel da educação continuada dos recursos humanos.	- Defendeu a participação da sociedade na construção do (novo) sistema de saúde - à luz da Reforma Sanitária.
8ª CNS/1986	- Estado responsável pela educação gratuita em todos os níveis; integração ensino-serviço para enfrentar demandas epidemiológico-sociais.	- Convocação da 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos em Saúde.
9ª CNS/1992	- Reafirma a necessidade de uma política específica para os recursos humanos em saúde.	- Importância da problematização dos processos de trabalho.
10ª CNS/1996	- Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais deverão promover programas permanentes de capacitação, formação, educação continuada, reciclagem e motivação das equipes e dos trabalhadores em saúde.	- Elaboração da Norma Operacional Básica em Recursos Humanos (NOB/RH-SUS) –destaque para: importância do

		trabalho; necessidade de valorização profissional e a regulação das relações do trabalho na saúde.
11 ^a CNS/2000	- Implementação dos Princípios e Diretrizes para a NOB/RH-SUS - debate nacional entre gestores, trabalhadores e formadores de recursos humanos.	- Adequar às necessidades sociais em saúde e realidades institucionais locais, assegurando o papel de cada esfera de governo.
12 ^a CNS/2003	- Recursos humanos - “Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde” e como competência constitucional e legal dos gestores do SUS.	- Dentre os eixos temáticos destaque para o trabalho na saúde;
13 ^a CNS/2007	- Integração dos processos de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos - Núcleos de Educação Permanente em Saúde (descentralizados, multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial); - Capacitação e qualificação definidas por uma política de educação permanente em saúde, refletindo sobre os problemas do trabalho; - Criar cursos de especialização, residências multiprofissionais e médicas; mestrados profissionais em saúde, a partir das necessidades do SUS.	- Incentivar a implementação de comissões de ensino-serviço de educação permanente nos municípios; - Estabelecer uma política de capacitação de recursos humanos para todos os servidores e profissionais da rede SUS; - Fomentar a formação específica de gestores de unidades de saúde em

		compatibilidade com as necessidades do SUS;
14 ^a CNS/2011	- Investir na educação permanente e formação profissional de acordo com as necessidades de saúde da população.	- Fortalecer a Política de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde – valorização dos trabalhadores: salários dignos, carreira definida, realizar concurso e assegurar condições adequadas de trabalho.

Fonte: Brasil, 1995, 2003, 2009; Costa, 2006; Ribeiro & Motta, 1996; Silva, 2002.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

O Quadro 1 permite observar que desde a 1^a CNS havia uma preocupação com a formação dos profissionais da área da saúde, bem como a os pressupostos que foram fundantes da atual PNEPS. Destaca-se aqui a 4^a CNS (1967), segundo a qual, a formação e o desenvolvimento de recursos humanos para a saúde não poderia se limitar à execução mecânica das tarefas, mas antes, despertar nos trabalhadores a consciência de seu trabalho. Nesse sentido, sugere a necessidade de uma política permanente de recursos humanos que tenha o trabalho como eixo central do processo educativo. E ao

longo do tempo a preocupação com a formação do trabalhador aparece ora com mais ora com menos ênfase nas discussões das Conferências de Saúde.

A formação e desenvolvimento dos trabalhadores que atuam no sistema de saúde constituiu-se no foco da análise das Conferências Nacionais de Saúde, na tentativa de compreender os processos históricos que convergem na 12ª CNS, quando esta questão se destaca como Política de Estado, desenvolvida pelo Ministério da Saúde. Após a 8ª Conferência Nacional de Saúde (8ª CNS) em 1986, que exigia uma reorientação das políticas de gestão do trabalho e da educação na saúde, nos aspectos relativos à força de trabalho e à preparação do pessoal de saúde, demandando, além da definição explícita das políticas para o setor, a integração ensino-serviço, através de modelos assistenciais localizados em espaços-populações concretos, o que significou um repensar das propostas tradicionais de integração docente-assistencial (Brasil, 1993).

Repensar a formação bem como a assistência à saúde, não significa defender que a Educação Permanente em Saúde (EPS) muda, por si só, as práticas em saúde, porém os elementos constitutivos desse processo pedagógico centrado na educação

podem ser intensamente explorados no sentido de viabilizar a mudança. Acredita-se na EPS como processo pedagógico com potencial de transformação no e para o trabalho em saúde, que segundo Ceccim (2005), se constitui num processo educativo centrado no cotidiano de trabalho e/ou da formação em saúde, pois essa realidade pode desencadear movimentos de reflexão e avaliação. Porém, esse processo pedagógico que, coloca o sujeito ética e politicamente em análise, é mais complexo, pois significa desenvolver habilidades que historicamente estiveram separadas, unir saberes de uma mesma profissão e entremeá-los com os de outras, para que se possa construir novas relações de trabalho e novas conformações organizacionais de atenção à saúde.

Na tentativa de contribuir com a discussão da EPS, as categorias de sociologia das ausências e sociologia das emergências de Santos (2007), pelas quais, respectivamente, há expansão do domínio das experiências sociais disponíveis e, a expansão do domínio das experiências sociais possíveis. A luta empreendida pelo movimento sanitário quanto às questões de ensino e serviço em saúde e que culminou com a criação do SUS é aqui compreendida como uma forma de superar o modelo biomédico centrado no

indivíduo, no hospital e no saber fragmentado, concepção até então hegemônica na saúde.

Segundo Santos (2007), a sociologia das ausências, sendo transgressiva, torna-se uma alternativa epistemológica com vistas a romper com a “monocultura” do saber científico e instituir uma ecologia de saberes. Isto significa haver possibilidade de diálogo até mesmo onde há disputa epistemológica entre diferentes saberes. Trata-se de identificar contextos e práticas, refleti-los e saber aplicá-los dentro de seu próprio tempo e com isso tem-se a possibilidade de desenvolvimento autônomo, esta é a ecologia da temporalidade. Defende-se que a sociologia das ausências e esses domínios é um importante caminho para que todos envolvidos no processo de saúde e na EPS sejam sujeitos sociais, pois percebe o cotidiano da saúde como lugar de permanente revisão, sem uma temporalidade linear, onde há produção de subjetividades e problematizações.

A sociologia das emergências baseia-se no conceito do Ainda-Não, que é capacidade e possibilidade concretas que não estão completamente determinadas, porém questiona as determinações de um dado momento. Enquanto a sociologia das ausências encontra-se no campo das experiências sociais, a

sociologia das emergências está no das expectativas (Santos, 2007). Dessa forma, o que já foi realizado na Educação Permanente em Saúde no Brasil, está circunscrito ao campo da sociologia das ausências, devido às experiências vivenciadas na área. Mas o que se projeta de mudanças para a saúde, a partir da EPS, refere-se à sociologia das emergências, pelo potencial transformador, por meio da articulação entre ensino, trabalho e gestão.

4. Considerações

Acredita-se que as melhorias na área relacionam-se ao processo de formação dos profissionais da saúde, isto é, à forma como a dinâmica do ensino tem se constituído. A reconstrução histórica da presença do tema educação nas CNS demonstrou que essa é uma preocupação anterior à criação e implantação do SUS. A importância das CNS refere-se às discussões sobre o processo de aprendizagem significativa na formação e no trabalho, a fim de constar como parte das prioridades governamentais. Sob o viés pedagógico está a perspectiva problematizadora, numa relação dialógica acerca de temas, reflexões e processos reorganizativos do trabalho em saúde e, a projeção política está no fato de se criar uma política específica para a formação em saúde, a PNEPS.

A EPS se aproxima da sociologia das ausências de Santos (2007) e ainda, ao revisar constantemente o cotidiano da saúde a partir das problematizações ela pode conferir à formação em saúde o lugar central proposto por Ceccim (2005) e com isso tornar todos os indivíduos envolvidos com a saúde e a EPS em sujeitos sociais. Por fim, para este trabalho a EPS é compatível com a proposta da sociologia das emergências de Santos (2007) por questionar a forma já existente de formação em saúde e é uma possibilidade para novas práticas de ensino e de trabalho, com potencial de mudanças profundas na saúde.

REFERÊNCIAS

Brasil, 1993. II Conferência Nacional de Recursos Humanos. In: Cadernos RH Saúde/Ministério da Saúde, Coordenação Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o SUS - V.1, N.1 - Brasília, 1993. 60p.

Brasil, 1995. Ministério da Saúde (MS). Coordenação Geral de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o SUS. Política de Recursos Humanos para o SUS: prioridades e diretrizes para a ação do Ministério da Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 33p.

BRASIL, 2005. Princípios e Diretrizes para a Gestão do Trabalho no SUS (NOB/RH-SUS), Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. - 3. educação. rev. atual. Brasília, DF.

Brasil, 2009. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. As Conferências Nacionais de Saúde: Evolução e perspectivas./ Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2009. 100 p. (CONASS Documenta; 18).

Costa, Patricia Pol. Dos projetos à política pública: reconstruindo a história da educação permanente em saúde. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ), 2006, 135f.

Riberio, E.C.O, Motta J.I.J, Educação Permanente como estratégia na reorganização dos serviços. Divulgação em Saúde pra Debate, n.12, p.39-44, julho/1996.

Santos, B. S. Renovar a crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

Silva, J.A. Recursos Humanos em Saúde: Política, Desenvolvimento e Mercado de Trabalho/Organizado por Barjas Negri *et al.* Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2002.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS DE GOIÂNIA: A NEGOCIAÇÃO DE SENTIDOS EM RELAÇÃO AOS DISCURSOS MIDIÁTICOS A RESPEITO DE SI

Gardene Leão de Castro Mendes³⁴

A cobertura midiática³⁵ sobre criminalidade envolvendo jovens e o seu impacto sobre as medidas de endurecimento penal orientadas a esse público tem sido alvo de meu interesse. Iniciei os estudos sobre esta temática em 2007, produzindo uma monografia durante o curso de Pós-Graduação em Juventude Contemporânea, analisando a cobertura feita pelo jornal *O Popular* sobre os casos de violência policial contra jovens goianienses no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006.

Na monografia citada, por meio da teoria do agendamento e do enquadramento, instrumentos de análise do conteúdo midiático, foram verificados enunciados que orientavam o público a uma

³⁴Doutoranda em Sociologia - UFG, Mestre em Educação, Pós-Graduada em Juventude, Pós-Graduada em Assessoria de Comunicação, Relações Públicas. E-mail: gardeneleao@gmail.com.

³⁵ Sobre cobertura midiática está se entendendo a cobertura jornalística, de forma predominante, embora não será excluída dessa pesquisa outras produções da Indústria Cultural. **150**

determinada interpretação dos fatos. Nesta pesquisa ainda foram feitas entrevistas com Divino Rodrigues Barco, membro do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial* e com Silvana Bittencourt, editora do caderno *Cidades de O Popular* no ano de 2006.

Diante da análise das informações coletadas, percebi, na época, que o enquadramento feito nas matérias do *O Popular* teve enfoque nos depoimentos e laudos da Polícia Militar do Estado de Goiás, sem dar espaço de resposta ou apresentar depoimentos das famílias das vítimas da violência policial ou do *Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial*. A partir destas reflexões, pude constatar, naquele momento, que o jornal *O Popular*, em seus enunciados, acabou contribuindo para estigmatizar e sedimentar uma imagem estereotipada em relação à juventude, abordada sempre a partir do viés da criminalidade (MENDES, 2007).

Durante o Mestrado em Educação, continuei trabalhar a temática do discurso midiático envolvendo a temática: “juventude, criminalidade e violência”, analisando, especificamente, a cobertura do jornal *Daqui* durante os meses de fevereiro, março e abril de 2010. A pesquisa foi feita tendo como *corpus* de análise o jornal *Daqui* por este ser um importante veículo formador de

opinião em Goiás, possuindo, atualmente, a maior tiragem de jornais impressos do Estado.

A partir das análises feitas, pude perceber que o jovem pobre das periferias urbanas de Goiânia foi representado nos enunciados do *Daqui* de forma estigmatizada, sedimentando um imaginário no qual a prática de seu extermínio parece ser aceita e autorizada. A cobertura do jornal deu grande espaço para assuntos relacionados à criminalidade e ao preconceito diante do jovem infrator ou usuário de drogas, sendo que temáticas como a cultura, o esporte, a educação, entre outras, raramente foram abordadas (MENDES, 2013).

Pode-se perceber, ainda, que o jornal utilizou como principal fonte as informações repassadas pela polícia, efetivando, assim, uma postura unilateral na construção de seus enunciados, promovendo, ao mesmo tempo, o silenciamento da população das periferias goianienses e, conseqüentemente, dos jovens que ali residem. A consequência deste alto grau de dependência de informações policiais é a construção de estereótipos sobre a juventude empobrecida, que é caracterizada sendo vista como problema e como autora da violência.

Ao não aprofundar a discussão sobre a realidade de favelas e periferias de Goiânia, estes lugares são separados dos processos de exclusão social que lhes deram origem, sendo caracterizados somente a partir da banalização da violência. Neste contexto, a mídia acaba reforçando a sedimentação de estereótipos, contribuindo para reforçar um imaginário que criminaliza a juventude. O jovem passa a ser rotulado como “bandido” e “perigoso”, em enunciados construídos ideologicamente com o intuito de produzir uma representação social que confirma sua criminalização.

Porto (2009) afirma que, na democracia contemporânea, as mídias se constituem em um dos principais produtores de representações sociais, com função prática de orientação das condutas dos atores sociais. Segundo a autora, independente se um conteúdo noticiado pela mídia é falso ou verdadeiro, este passa a fazer parte do imaginário social, constituindo-se como “verdades”. Portanto, os meios de comunicação acabam assumindo para si a tarefa de explicar o mundo, produzindo significados sob a forma de representações sociais.

Se a mídia é frequentemente julgada, posta na berlinda, ela também julga. Aliás, sob esse aspecto, é unânime a representação segundo a qual os meios de comunicação funcionam como um tipo de ‘tribunal do

júri’, antecipando ou dando o tom em termos de absolvição ou acusação de um suspeito (Porto, 2009, p.228).

Segundo Ramos e Paiva (2007), autoras do livro “*Mídia e Violência - Novas Tendências na Cobertura de Criminalidade e Segurança no Brasil*”, fruto de uma pesquisa realizada pelo CESeC³⁶, ao construir uma rede de enunciados sobre os jovens moradores das periferias, percebe-se que, no Brasil, em geral, a mídia faz uma cobertura estigmatizante, que reforça sua representação como principais agentes da violência.

O *mea culpa* da imprensa pela cobertura estigmatizante que realiza sobre favelas e perif **154** é um dos poucos consensos encontrados na pesquisa do CESeC. A maioria dos profissionais ouvidos reconhece que os seus veículos têm grande responsabilidade na caracterização dos territórios populares como espaços exclusivos da violência. Ao mesmo tempo, admite que a população dessas comunidades raramente conta com a cobertura de assuntos não relacionados ao tráfico de drogas e à criminalidade. A cultura, o esporte, a economia e as dificuldades cotidianas enfrentadas pelos moradores desses locais aparecem muito pouco em jornais e revistas, especialmente quando se considera o imenso número de reportagens e notas sobre operações

³⁶Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes.

policiais, tiroteios, invasões, execuções etc. (RAMOS e PAIVA, 2007, p.77).

Almeida *et al* explica que em uma sociedade onde a mídia assume um papel central na vida das pessoas, ela se torna um veículo ideal para apreendemos as representações sociais sobre juventude e violência. Ao analisar os casos do jornal Correio Brasiliense e três jornais pernambucanos, as autoras afirmam que há nestas publicações uma representação social associada ao jovem desfavorecido, situando a pobreza como fator explicativo da violência. Contudo, para elas, há uma longa distância entre o que é noticiado pela mídia e o real registro de crimes cometidos. A consequência desta visibilidade espetacular da violência é o aumento da sensação de insegurança entre a população.

Pivete, trombadinha, menino de rua, marginal ou delinquente são termos com os quais a sociedade identifica a criança e o adolescente pobres no Brasil, ainda que dos 40 milhões de crianças e adolescentes pobres, apenas 10% deles possam ser considerados como autores de atos infracionais (Almeida *et.al*, 2008,p.3).

Souza e Rabelo (2008) relatam as consequências da demanda por maior repressão entre policiais de Goiânia, especialmente

quando se trata do extermínio de jovens pobres, do sexo masculino, com idade entre 15 a 29 anos:

Essas conclusões não podem deixar de considerar que faça parte da estratégia policial que setores envolvidos com o policiamento ostensivo e com o combate à criminalidade violenta não pratiquem a tolerância zero. Mais do que isso, a polícia militar tem sido acusada de formar grupos de extermínio de detentos do regime semi-aberto do sistema prisional goiano e da morte de jovens usuários de drogas. Levantamento feito por um jornal local registrou que nas duas varas criminais da justiça comum do Estado de Goiás, no período de 2006 até setembro de 2008, 316 policiais militares foram acusados de matar 178 pessoas em Goiânia. Dos homicídios registrados na polícia civil em 2007, 7% têm por motivação “confronto” com policiais militares. A Ouvidoria-Geral da Polícia Militar encaminhou ao Ministério Público relatório acatando a consistência de 15 denúncias de execução presos do regime semi-aberto por policiais militares em 2007.

Informações sobre mortalidade por homicídios do DATASUS para 2005 mostram que em Goiânia, 66% das vítimas estavam na faixa etária de 15 a 29 anos. Durante o ano de 2007 181 jovens com até 30 anos foram assassinados Goiânia, 57% do total de vítimas de homicídio. Nos primeiros seis meses de 2008, já morreram 131 jovens, mantendo-se o mesmo percentual (SOUZA e RABELO, 2008, p.20).

Frattari (2011) confirma que o sentimento de insegurança em Goiânia cria um espaço no qual as diferenças tendem a ser cada vez mais ameaçadoras, o que contribuiu para reforçar os processos de

segregação social. Segundo a autora, o medo da violência parece colaborar com a produção representações estereotipadas de um sujeito “produtor da violência”. Assim, os jovens e moradores das áreas pobres vêm sendo eleitos indiscriminadamente como criminosos.

Ainda segundo a autora, em Goiânia, na maioria das narrativas dos membros da elite, os jovens pobres constituem personagens centrais da violência e principal alvo de medidas repressivas. Concebidos como indivíduos incompletos, em formação, eles estariam mais suscetíveis a cometer crimes. Assim, é sempre lembrada a questão da redução da maioridade penal³⁷, percebida como fundamental para diminuir a violência.

Segundo a pesquisa “Mapas da Violência”, coordenada por Waiselfisz (2011), os jovens pobres, negros e moradores das periferias aparecem muito mais como vítimas da violência do que como autores de crimes. Estes jovens estão sendo exterminados fisicamente e

³⁷ A reforma da maioridade penal no Brasil refere-se aos diferentes esforços visando a redução da idade para a penalização criminal de jovens de 18 para 16 anos. É uma proposta controversa e contrária ao que rege a atual legislação brasileira, segundo o artigo 27 do Código Penal, artigo 228 da Constituição Federal de 1988 e o artigo 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei n° 8.069/90).

simbolicamente todos os dias e sua morte se torna rotineira aos olhos da sociedade, sendo confirmadas através do discurso midiático.

Algumas perguntas me marcaram ao produzir estas reflexões: de que modo o cotidiano das periferias urbanas é atravessado pelas representações midiáticas sobre juventude e criminalidade? E os jovens retratados pela mídia? Como eles se veem representados em enunciados construídos cotidianamente sobre si mesmos? Há identificação com os discursos midiáticos? São questões que instigam minha reflexão.

Meu trabalho, no entanto, também apontou para uma não unilateralidade na composição do discurso midiático, isto é, os meios de comunicação ao mesmo tempo pautam e também são pautados pela sociedade no que diz respeito à opinião sobre questões penais, morais, políticas, entre outros aspectos. Ainda assim, compreende-se que os **158**s de comunicação, ao “cobrir” eventos da sociedade, não apenas representam uma realidade preexistente, mas atuam na construção dessa mesma realidade, por meio do discurso. Isto complexificou a questão, uma vez que não anula a importância dos meios de comunicação na consolidação de uma representação social sobre os jovens e também não isenta a sociedade nesse processo de consolidação de uma sociabilidade autoritária.

Outras complexas questões perduraram ao concluir este trabalho, focado em grande medida no pólo da emissão do discurso midiático: como esse discurso hegemônico, difundido e retroalimentado pela mídia e pela

sociedade sobre jovens é recebido por eles? Isto é, se a sociedade de um modo geral tem endossado a concepção dos meios de comunicação a respeito da necessidade de endurecimento penal a jovens³⁸, qual é a posição dos próprios jovens em relação a esse discurso? Será que eles endossam a fala dos adultos e dos meios de comunicação, mesmo se enredando numa teia de contradições, construindo suas subjetividades a partir do que outros dizem de si e dos valores significados por terceiros (mídia, instituições e adultos)? Ou produzem contra narrativas, construindo resistência e discursos próprios para a experiência que vivem e partilham entre si? Ou os dois? Neste caso, em que medida, em quais circunstâncias e em qual universo cultural e material?

Por isto, no doutorado, a intenção será investigar as representações dos jovens moradores das periferias de Goiânia, em relação aos discursos midiáticos hegemônicos a respeito de si, envolvendo a temática da criminalidade e violência. Para tanto, farei o entrecruzamento das seguintes reflexões teóricas: 1) violência; 2) mídia; 2) jovens pobres e o mito da periculosidade; 3) representações sociais sobre a juventude na mídia.

³⁸ Numa pesquisa publicada pelo Instituto Datafolha, em janeiro de 2004, 84% dos brasileiros entrevistados manifestaram-se a favor da redução da maioridade penal. Outra pesquisa recente, realizada pela AMB (Associação dos Magistrados do Brasil), mostra que dois terços da magistratura nacional são favoráveis à tese.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana; ALMEIDA, Ângela; SANTOS, Maria de Fátima, PORTO, Maria Stela. Juventude na mídia: violência e distinção social. **Educação e Cidadania**, (2008), 1-16.

FRATARRI, Najla. Discursos e representações do medo da violência na cidade de Goiânia. In: SOUZA, Dalva. (Org.). **Violência urbana em Goiás**. Práticas e Representações. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011. p.79-113.

MENDES, Gardene. **Criminalização da juventude na mídia impressa goiana**. O caso do Jornal Daqui. São Paulo: Editora Ixtlan, 2013.

_____. **As abordagens do Jornal O Popular sobre a violência policial contra jovens de Goiânia no período de 15 de abril a 15 de maio de 2006**. Monografia (Pós-Graduação em Adolescência e Juventude no Mundo Contemporâneo, FAJE), Goiânia, 2007.

PORTO, Maria Stela Grossi. *Mídia, segurança pública e representações sociais*. **Revista Tempo Social**, São Paulo: Usp, Departamento de Sociologia, v.21, n.2, 2009, p.211-233.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SOUZA, Dalva; RABELO, Francisco. **Violência urbana e punição - representação de agentes envolvidos no “combate” à violência**. In: 32º. Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu – MG, 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2011*: os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

A INCERTEZA DOS NÚMEROS: UMA INVESTIGAÇÃO QUANTITATIVA DE HOMICÍDIOS NAS CIDADES DO ENTORNO

Welliton Carlos da Silva³⁹

INTRODUÇÃO

O uso de dados quantitativos sobre homicídios e demais delitos é clássico na literatura sociológica, tendo em Durkheim (2002), por exemplo, um dos pioneiros em procurar descrever cenários de violência e moralidade por meio da contabilização de mortes provocadas pelo homem. Nas últimas décadas, inúmeros autores se pautaram pela análise estatística e quantitativa de dados. Spierenburg (1996), por exemplo, procura entender a evolução histórica no continente europeu.

Este resumo visa explicar até que ponto é possível crer nos dados quantitativos, mais especificamente no tocante ao caso dos

³⁹ Doutorando na linha de pesquisa Violência, de Sociologia, da Universidade Federal de Goiás.

municípios do Entorno de Brasília - que apresentaram melhoras quanto a notificação dos seus homicídios.

1. O problemático uso de dados quantitativos em homicídios

Os principais organismos internacionais do mundo, como a Nações Unidas (ONU), utilizam estes dados para estabelecer um importante parâmetro de violência: o quantitativo de eventos ocorridos em um dado território. A ONU costuma utilizar dados de homicídios para avaliações referentes a aspectos relativos à segurança pública e também quanto aos fatores determinantes de crescimento econômico.

A entidade considera epidêmicos índices de homicídio acima de 10 por 100 mil habitantes⁴⁰, sendo que tal percepção acaba por ser padronizada em todo mundo⁴¹. Relatórios de organismos como o

⁴⁰ Em seu estudo sobre homicídio, Durkheim já antecipa uma ideia daquela época e ainda hoje em voga: a de que taxas aceitáveis de homicídios deveriam variar de 10 a 20 por um milhão de habitantes. Ele afirma que países como Inglaterra, França e Bélgica apresentavam entre 10 e 20 por um milhão. Ao passo que Hungria e Itália teriam mais de 100 – ou dez vezes mais. É neste contexto que diz: “O homicídio diminui com a civilização” (2002, p. 58)

⁴¹ É importante destacar que na maior parte dos países europeus as taxas ficam em torno de 1 homicídio por 100 mil habitantes.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) destacam a importância do controle da violência para o desenvolvimento. No estudo de 2013, o Relatório de Desenvolvimento Humano Regional (RDH) 2013-2014, sobressai, por exemplo, a uniformidade de situações semelhantes nos países latinos.

1.1.A contagem de homicídios no Brasil

Existem basicamente duas formas de contagem de homicídios. No primeiro caso, a Secretaria de Segurança Pública dos Estados mantém banco de dados, em que assinala a quantidade de mortes. Estes números não são considerados para efeito científico, pois suspeita-se de manipulação por conta das forças de segurança.

A outra forma de contagem passa pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). O ponto de partida destes dados é o médico legista. No formulário, o legista deve informar qual é a circunstância da morte. Em muitos casos, o médico não tem esta informação. Então, ele escreve um código que significa ‘indeterminado’.

Por último, o codificador da classificação internacional de doenças, que atua na área de saúde, é chamado para certificar junto à Polícia Civil se existe nova informação para, assim, modificar ou não o código ‘indeterminado’. Experiências recentes na contagem sobre violência demonstram a necessidade da relativização destes dados. Existem suspeitas de que governos utilizam de inúmeros expedientes para burlar dados.

Cerqueira (2011) oferece um panorama de pesquisa estatística que suscitou a seguinte dúvida: no levantamento trienal de homicídios no Rio de Janeiro, dentre 2007 e 2009, ocorreu, de fato, uma queda de 22% na taxa de homicídios em relação a 2004 e 2006 ou, isto sim, seria alguma forma de manipulação dos dados?

O estudo concentrou-se nas mortes violentas não determinadas, possíveis homicídios ocultos (HO), que não são enquadrados na computação de homicídios. Pelas conclusões de Cerqueira, o Governo do Rio de Janeiro pode ter deslocado 8.819 homicídios para a categoria das mortes não determinadas. O autor considera que a manipulação estava ocorrendo na Secretaria de Saúde.

Portanto, tais comparações reforçam as evidências de ter havido alteração substancial no modus operandi da produção de informações sobre mortes violentas no Estado do Rio de Janeiro, e que tais mudanças não se deram de forma aleatória em relação aos tipos de eventos. (CERQUEIRA, p. 2, 2011)

As evidências sugerem a necessidade de maior atenção das autoridades para evitar que a credibilidade do SIM seja abalada (CERQUEIRA, 2011). Dentre novas variáveis constatadas por Cerqueira, destaca-se o fato recente de que estados do Nordeste teriam aumentado seus índices de violência. Na verdade, com seu modelo estatístico, o autor comprovou que ocorreu significativa evolução na notificação.

2. Goiás, Entorno de Brasília e cômputo de criminalidade

O nascente Estado de Goiás⁴² republicano já demonstrava a preocupação com a contagem dos crimes que ocorriam em seu

⁴² Em 1900, a população de Goiás era de 255.284 habitantes, com uma densidade demográfica de 0.77 habitantes por quilômetro quadrado. No tocante a taxa de homicídios da época, conforme o costume de aplicar o parâmetro de dez por um

território. No governo de José Xavier Almeida, em carta enviada aos parlamentares, em 1902, ele computava:

Durante o anno findo, deram-se em todo o Estado os seguintes crimes: 53 de homicídio, 7 de tentativa de homicídio, 28 de lesão corporal, 4 de atentado ao pudor, 2 de damno e um de roubo. Dos réus conhecidos 57 são goyanos, 15 bahianos, 12 mineiros, 1 matto grossense, 1 syrio e 12 de naturalidade desconhecida. (ALMEIDA, 1902, p. 10)

Mais de um século depois, a grande Goiânia, região metropolitana determinante do estado, também tem merecido estudos, em especial os produzidos dentro da Universidade Federal de Goiás. Frattari e Souza (2010) realizaram investigação a partir de dados qualitativos e quantitativos sobre os homicídios, onde se comprova alguns fatos, como a taxa maior de homicídios de homens em relação às mulheres. E, dentre os homens, destaca-se a prevalência da vitimização de jovens.

Em Goiás, uma região tem chamado a atenção do país. O Entorno de Brasília ostenta seis cidades dentre as cem mais violentas

milhão, o número parece factível: o Estado apresentava, assim, um índice 21 vezes maior do que o esperado, bem acima do que o apresentado pelos países europeus mais violentos da época, caso da Itália e Hungria.

no levantamento de homicídios do Brasil ocorridos em 2011. O estudo quantitativo “Mapa da Violência” 2013, que faz uso do sistema SIM, apresenta as cidades de Luziânia, Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Águas Lindas de Goiás, Cristalina e Cidade Ocidental.

Luziânia apresentou significativa evolução nos últimos levantamentos anuais: foram 77 assassinatos em 2009, 133 em 2010 e 164 na classificação de 2011. Valparaíso surge em seguida, com o índice de 76 mortes em 2009, 95 em 2010 e no levantamento de 2011, 110 pessoas foram assassinadas.

Na sequência, surgem Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas de Goiás. A primeira teve um índice de 37 mortes em 2009, 30 em 2010 e 43 no ano seguinte. Águas Lindas, com uma população bem maior em relação a Santo Antônio, apresentou 76 assassinatos em 2009, 100 homicídios em 2010 e 108 casos em 2011. Cristalina ocupa o quinto lugar dentre as cidades do entorno com maior quantidade de homicídios: 32 em 2009, 20 em 2010 e 31 no ano de 2011. Cidade Ocidental exhibe um índice menor de assassinatos: 26 (2009), 25 (2010) e 34 (2011).

Até o estudo de Cerqueira, existia na mídia, por meio da divulgação de dados, a comemoração quanto à significativa diminuição dos índices de homicídios em alguns estados. Todavia, pouca reflexão quanto ao aumento dos chamados Homicídios Ocultos.

Goiás, em especial na região do entorno, avançou da 26^o para a 3^o colocação, por conta de sua melhora significativa de notificação. Em 1996, para cada 100 mil habitantes, ele apresentava 17,3 mortes não determinadas. Em 2010, o estado notificou 3,0 – o que denota melhora significativa na coleta de dados que serão utilizados no SIM.

Mesmo assim é preciso um alerta: antes de Cerqueira, Cano e Santos (2001) já apresentavam cenário de preocupações quanto ao SIM. Em pesquisa sobre renda, desigualdade e violência letal, os autores realizaram ampla digressão no Rio de Janeiro, demonstrando que dados quantitativos permitem inúmeras possibilidades de distorção, voluntárias ou não. E uma delas diz respeito à falta de padronização na coleta de dados.

CONCLUSÃO

É preciso fazer ressalvas quanto a recolhimento de dados quantitativos, que muitas vezes podem sofrer distorções expressivas, praticamente relativizando dados tidos como certos e determinados. Este resumo pretendeu efetuar reflexão quanto ao modelo predominante dos estudos sobre homicídios, a interpretação quantitativa.

Desta forma, é necessário um detalhamento maior destes dados para aferir de fato sua funcionalidade na compreensão do fenômeno da violência nas cidades do Entorno de Brasília. Conforme a realidade brasileira de incertezas na computação de dados, foi verificado no passado e recentemente de que nada adianta a defesa quantitativa de apuradas digressões metodológicas e matemáticas se perdura uma verdadeira suspeita na coleta de dados.

Referências bibliográficas

- CANO, Ignacio & SANTOS, Nilton. **Violência Letal, Renda e Desigualdade no Brasil**, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.
- CERQUEIRA, Daniel. **Mapa de Homicídios Ocultos no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.
- DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia**. São Paulo. Martins Fontes, 2002.
- KERLINGER, Fred. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais. Um tratamento conceitual**. São Paulo: Editora pedagógica e Universitária, 1979.
- MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005
- Relatório de Desenvolvimento Humano Regional (RDH)**
- 2013-2014**. New York: Organização das Nações Unidas, 2013.
- REA, Louis & PARKER, Richard. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: editora Pioneira, 2000.
- SOUZA, Dalva. **Padrões de Homicídio na Região Metropolitana de Goiânia**.2010.
- SPIERENBURG, Pieter. **Long-term trends in Homicide: Theoretical Reflections and Dutch Evidence**. Fifteenth to Twentieth Century. In: JOHNSON, Eric & MONKKONEN, Eric J: The Civilization of Crimes.

Violence in Town & Country since the Middle Ages. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1996. (p. 63-105).

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2013. Brasília**. Intituto Sangari, 2013

Fora da norma: reflexões sobre sujeitos surdos-homossexuais

Jouber Silvestre da Silva Cândido⁴³

Para melhor entendimento sobre a articulação entre os marcadores *deficiência* e *homossexualidade*, proponho inicialmente uma reflexão a partir da teoria *queer*⁴⁴, pois compreendendo que esta não se restringe à orientação sexual, vai além desse limite. Nesse sentido, concordo que o corpo deficiente acaba por fazer parte de um sistema classificatório para produção dos sujeitos a partir de um padrão de “normalidade”, segundo o qual o resultado da adequação desse padrão seria o da “aceitação” social, o que acaba por reforçar

⁴³Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG), linha de pesquisa, Direitos Humanos, Diferença e Violência. BolsistaCAPES, Graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: joubersilvestre@hotmail.com

⁴⁴De acordo com Louro (2004, p. 7-8) *queer* é tudo isso: estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser ‘integrado’ e muito menos ‘tolerado’. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do ‘entre-lugares’, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina.

dissimetrias e desigualdades, tanto sociais quanto corpóreas. Esses corpos “doentes”, “deficientes” ferem ou mesmo desafiam a ordem social e provocam sensações diversas, relacionadas inclusive com uma condição de impureza e pecado, afetando tanto a relação com o outro quanto com seu próprio corpo. Mello e Nuernberg (2012, p.644) afirmam que

A possessão do demônio relaciona à deficiência o resultado do pecado e da “condição impura”, a própria ideia da “sujeira [que] ofende a ordem”. A abjeção ou repulsa que o corpo deficiente provoca nos “normais” afeta a relação com o outro e com o próprio corpo naquele que se sente diferente, adquirindo um protagonismo superlativo que se soma à exigência de encaixar o outro dentro de padrões hegemônicos antropométricos, fisiométricos e psicométricos, sendo ele exterminado ou segregado, apartado do convívio com os “perfeitos, belos e saudáveis”.

Não corresponder aos padrões hegemônicos e por isso ser segregado, apartado do convívio com o “perfeito, belo, e saudável”, ter a percepção de que provoca nos “normais” repulsa e desconforto talvez não seja pior do que ser culpabilizado por suscitar tais sentimentos e, possivelmente, esta culpabilidade faça parte do contexto para a maioria dos que articulam e interseccionam os marcadores *deficiência* e *homossexualidade*. É possível pensar, então, nesse sujeito surdo-homossexual como “estranho”, aquele/ilo

que tem sua identidade na diferença, que não faz parte da norma, pelo contrário, fere a ordem. Pensar sobre essa condição exposta por Mello e Nuernberg (2012), sobre a impureza e o pecado, que causam abjeção e repulsa, pode favorecer maior compreensão sobre a intolerância e preconceito que tais sujeitos acabam enfrentando nos contextos sociais de que participam ou são autorizados a participar. Isso fica evidente nas palavras de um dos sujeitos que entrevistei, segue trecho:

Somos surdos gays como ouvintes gays, mas, não somos como ouvintes porque temos cultura surda. Sofremos preconceito sim! Porque sou surdo, gordo, japonês, gay e umbandista. Infelizmente, a maioria das pessoas não sabe o que é respeito e sempre fazem xingamentos sem pensar e somente se preocupam com Deus e a sua bíblia, por exemplo a situação do Marcos Feliciano. Ele ofendeu todos sem pensar a respeito. (Pedro, 21 anos)

Entendemos que a exclusão é causa e resultado da “inadequação” dos sujeitos que não se enquadram nos padrões hegemônicos estabelecidos socialmente. Algumas dessas *inadequações* podem até não serem percebidas de imediato, porém, a primeira manifestação de alguma característica que não esteja dentro do esperado pode causar desconforto nos demais. Logo, aquele que antes era parte do grupo deixa de sê-lo. O grupo se encarrega de

esclarecer que o lugar daqueles que não estão na curva da normalidade é outro, fora da norma. Quem antes era parte do grupo deixa de ser ao menor sinal de inadequação.

Ser “normal” acaba por possibilitar a positivação de uma identidade. Portanto, a aceitação e valorização de uma identidade passa pela sentença condenatória do outro. A partir daí promulga-se um veredito, e os sujeitos fora da norma aprenderão “qual é o seu lugar”. Na maioria das vezes, a deficiência passa a ser uma característica inerente do sujeito impossibilitando que ele seja visto além do estereótipo da deficiência. Em algumas vezes, parece ser possível perceber inclusive que a “deficiência” se apresenta anterior ao próprio sujeito, ou que a deficiência toma o lugar do próprio indivíduo.

As categorias, nomenclaturas que servem para especificar, formar especialistas, profissionais e serviços, são as mesmas que servem de certo modo para segregar todo e qualquer sujeito que não esteja dentro dos padrões socialmente esperados e aceitos, sendo a “normalidade uma invenção que tem como propósito delimitar os limites da existência”(THOMA, 2002). Certamente essa normalidade e estes limites são estabelecidos por quem detém o

poder que, com isso, pode controlar e impor os limites inclusive da existência do outro.

Nesta tensão por espaços e categorias, se o ouvintismo coloca o surdo em posição de inferioridade, de forma análoga é possível pensar a homossexualidade em relação à heterossexualidade, estando a primeira em posição desfavorável em relação à segunda (LOURO, 2009; ERIBON, 2008; MELLO, 2005). Tal reflexão para a maioria dos heterossexuais pode parecer descabida e sem propósito, assim como para os ouvintes em relação aos surdos. Se uma posição de subalternidade (SPIVAK, 2010) já causa desconforto e insegurança, o que dizer de estar duplamente subalternizado? É exatamente nesse lugar que o sujeito da minha pesquisa se encontra, no cruzamento onde passa – fica – a surdez e a homossexualidade, categorias que são “apenas” partes destes sujeitos, mas poderosas suficientes para produzir, reforçar, minar os discursos.

Assim como o ouvintismo está para o surdo, a heteronormatividade está para o homossexual: o outro decide *onde*, *quando* e *como* o subalternizado deve se comportar. A soma de esforços, pelo menos por grande parte da sociedade, é para formar cidadãos que sejam heterossexuais, ou que pelo menos desenvolvam

comportamentos categorizados como heteronormativos. Nesse sentido, não “basta” ser heterossexual, é necessário se comportar como um, ou pelo menos da maneira que se espera que um heterossexual se comporte. O comportamento a respeito da heteronormatividade acaba por regular a todos nós. De acordo com Miskolci (2009, p. 156), ela – a heteronormatividade–

é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, *superior* e “natural” da heterossexualidade. (grifo meu)

Existe o lugar do colonizador nas relações, logo, aquele/s que não ocupa/m esse lugar está/ão no lugar de subalternização, de inferioridade. Sujeitos surdos-homossexuais que convivem com situações conflitantes, ameaçadoras, desestabilizadoras, conhecem o que é ser subalternizado, conhecem o que é ser silenciado, veem e sentem sua dignidade humana não respeitada e, algumas vezes, acabam por serem culpabilizados no lugar do colonizado.

Considero difícil tanto ser surdo, como ser gay. Surdo não tem tradução de libras nos lugares, por exemplo, hospital, policial, banco, etc. Mas as vezes acho que é

pior ser gay do que surdo porque tem homofobia e tem violência, no meu caso sinto que algumas vezes sofro preconceito por ser surdo e gay. (Pedro, 21 anos)

A respeito das múltiplas opressões que sujeitos surdos-homossexuais vivem por/num processo de desumanização, que muitas vezes acaba sendo naturalizado, compartilho do entendimento de Silva (2010, p.8):

as opressões reais de seres humanos marginalizados são de fato muitas vezes pautadas sobre a lógica da animalização e da desumanização, de forma que não se pode ignorar os termos que deseja-se combater se a injustiça for encarada de frente de forma eficaz. Assim, o conceito de “desumanização” não pode ser levemente deixado de lado como não-produtivo, uma vez que isso é justamente o que tenta-se combater.

Sobre a homossexualidade e a estrutura que é estabelecida em decorrência das preferências e práticas sexuais, que sujeita tanto indivíduos quanto grupos em posição de subalternização, de inferiorização, em algumas situações pode ser percebida como uma estrutura comum de sujeição, até mesmo naturalizada, quando o sujeito não corresponde ao padrão de comportamento hegemônico e deve se sujeitar à estrutura comum a todos. Ainda segundo Eribon (2008)

A homossexualidade não designa apenas uma classe de indivíduos definidos por preferências e práticas sexuais, mas também um conjunto de processos de ‘sujeição’ que são tanto coletivos quanto individuais, na medida em que uma estrutura comum de inferiorização está em ação e que tem ainda mais força porquanto é a mesma para todos e, no entanto, sempre específica para cada indivíduo (p. 78).

Nesse contexto em que o surdo-homossexual se encontra, isto é, nessa posição de dupla inferiorização, subalternização ou duplo lugar estigmatizante, onde as identidades e diferenças são constante e intensamente locadas, articuladas, estabilizadas, compartilho do entendimento de Silva (2011, p. 75-6), quando afirma:

Em geral, consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos.

Considerando a heterossexualidade como referência da sexualidade esperada, o contraponto para que ela seja a referência é a homossexualidade. Nesse sentido, o sujeito que é tomado como modelo normativo é o heterossexual; logo, o sujeito subordinado passa a ser o homossexual ou qualquer outro que não corresponda à

heterossexualidade que é a referência, já que antes de dar nome à sexualidade desviante, não era necessário nomear o que era “normal”.

Os sujeitos da minha pesquisa não escolheram categorias/atributos que estão intrínsecos em sua/s identidade/s, seja a deficiência, seja a homossexualidade. Nenhuma delas parece ser categoria da qual tais sujeitos possam lançar mão quando bem entenderem, e tais categorias/atributos são usados por sujeitos preconceituosos que se apropriam de mecanismos de/para exclusão para humilhar, subordinar, repulsar, discriminar, violentar sujeitos que não fazem parte do contexto socialmente esperado pela maioria da sociedade – quer por fazerem parte de uma minoria como pessoas com deficiência, quer por fazerem parte de uma minoria por orientação/prática sexual não hegemônica.

Referências bibliográficas

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: Rogério Junqueira. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.p. 85-93.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MELLO, Anahi Guedes de; Nuernberg, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 20, 2012.p. 635-55.

MELLO, Luiz. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-82.

SILVA, José Rodolfo. Crítica da 'deficiência' e do pós-'humano': tensões teóricas. In: Fazendo Gênero 9: **Díaspóras, Diversidades, Deslocamentos**, 2010, Florianópolis, SC. Anais Eletrônicos do Fazendo Gênero 9, 2010.

*SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs). **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2011, p.73-102.*

SPIVAK, GayatriChakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMA, Adriana Silva. **O cinema e a flutuação das representações surdas** – “Que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva...”. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 2002. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação/Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

As representações sociais das vítimas para os autores de violência sexual contra crianças e adolescentes

Karen Michel Esber⁴⁵

O presente estudo pretende analisar as representações sociais de autores de violência sexual contra crianças e adolescentes sobre suas vítimas. Todos os sujeitos participantes se encontram cumprindo pena em regime fechado na Penitenciária Coronel Odenir Guimarães, unidade localizada no Complexo Penitenciário de Aparecida de Goiânia.

Com o objetivo de localizar as pessoas sentenciadas por tal crime, foi realizado levantamento nos prontuários de todos os sujeitos que se encontram na referida Penitenciária. Em maio de 2011, a penitenciária abrigava um total de 1438 presos. Destes, 49 haviam sido condenados pela justiça por terem cometido violência sexual contra crianças e/ou adolescentes. Para estes últimos, foi preenchido um questionário com dados gerais sobre os sujeitos, tais como tipo de crime, idade da vítima e situação na qual ocorreu o

⁴⁵ Doutoranda do curso de Pós Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Goiás. E-mail: kaesber@hotmail.com

mesmo. As informações contidas neste questionário serão submetidas à análise quantitativa, que encontra-se em andamento. Os dados estão sendo lançados no programa SPSS - Statistical Product and Service Solutions, para posterior análise.

O levantamento realizado nos prontuários dos sujeitos foi necessário para que a pesquisadora conseguisse localizar, dentre o universo de todos os sujeitos sentenciados na Penitenciária, aqueles que estavam sentenciados por terem cometido violência sexual contra crianças e adolescentes. De posse dessa relação, a pesquisadora abordou os sujeitos localizados pelo levantamento. A primeira abordagem consistiu em explicitar os objetivos da pesquisa e investigar a disponibilidade de participação dos mesmos. Alguns dos sujeitos relacionados no levantamento não encontravam-se mais nas dependências da penitenciária, tendo saído da mesma para cumprimento da pena em regime semi-aberto.

Dos que ainda encontravam-se presos, vinte e seis aceitaram participar da pesquisa. Para os sujeitos que assumiram ter praticado a violência, foram realizadas no mínimo três entrevistas. Para os que não assumiram, a pesquisa se encerrou na primeira

entrevista. Do total de sujeitos abordados, apenas onze assumiram a violência sexual à qual foram condenados. Um dos sujeitos assume o assassinato da vítima criança, mas não a violência sexual. Esse processo resultou na realização de sessenta entrevistas. Todas as entrevistas foram gravadas e o material de pesquisa está sendo transcrito na íntegra.

A primeira entrevista teve dois objetivos principais: o primeiro foi investigar se os sujeitos assumem a violência a qual foram condenados. O segundo foi pesquisar as representações sociais das vítimas para os entrevistados.

A segunda entrevista teve como tema principal a história de vida sexual dos entrevistados. Seu objetivo central foi o de se fazer uma retrospectiva histórica da vida sexual destes sujeitos, desde criança até a fase adulta. Nesta, foram também discutidas questões sobre a sexualidade

A terceira entrevista tem por tema central “as vítimas”. Nesta, aprofunda-se nas representações sociais que os mesmos evidenciam por suas vítimas. Finalizada a entrevista, a pesquisadora solicita que o entrevistado escreva uma carta para a vítima, falando

de seus sentimentos/pensamentos sobre ela. Esclarece-se ao entrevistado que essa carta jamais será enviada a ninguém e será utilizada somente para fins de pesquisa.

A referência teórica deste trabalho basear-se-á na literatura nacional e internacional existente sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e na Teoria das Representações Sociais.

Esse estudo se justifica em quatro aspectos primordiais: o primeiro buscará debater a assertiva de alguns autores (AZEVEDO e GUERRA, 1989; GUERRA, 1995; FERRARI, 2004; SCHMICKLER, 2006), quando indicam que as pessoas que cometem violência sexual contra crianças e adolescentes negam a condição destes como sujeitos de direitos, reduzindo-os à condição de objetos sexuais dos adultos. Azevedo e Guerra (1989, p. 35), por exemplo, afirmam que: “O abuso-vitimização de crianças consiste, pois, num processo de completa objetualização destas, isto é, de sua condição de objeto de maus-tratos”. Seriam estas objetualizadas e

desconsideradas pelos AVS⁴⁶ como sujeitos de direitos, como aponta a literatura sobre o tema? Seriam, portanto, representadas como objetos e esta significação “justificaria” as violências sexuais cometidas? Ou há outro tipo de representação das vítimas?

O segundo aspecto que justifica esta pesquisa é o de que a mesma se propõe a estudar os AVS a partir de um contraponto com a lógica da literatura que analisa a questão sob a ótica da psicologização/patologização dos mesmos. Esta literatura, hegemônica na área, defende que os AVS são formados intrapsiquicamente de maneira incorreta, pois suas cognições possuem distorções que: 1- grande parte das pessoas que não abusam sexualmente de crianças e adolescentes não as têm; 2- os “permitem” abusar sexualmente de crianças e adolescentes ou 3- possuem a função de “justificar” para os próprios AVS as violências cometidas.

Assim, questionar-se-á a lógica da explicação das violências sexuais cometidas por AVS pelo viés das distorções cognitivas, por meio da reflexão sobre a construção histórica, social e cultural do sujeito sexualmente abusivo, baseando-se nos

⁴⁶ Neste trabalho, utilizar-se-á o termo AVS para designar “autores de violência sexual”.

preceitos teórico-metodológicos da Sociologia. Cabe ressaltar que tal literatura ainda é bastante incipiente e o conhecimento produzido sob essa perspectiva ainda se encontra em fase inicial.

O terceiro aspecto trata da possibilidade de aprimorar os conhecimentos sobre a subjetividade de AVS, população até o momento negligenciada nas pesquisas. A compreensão sobre as maneiras pelas quais os AVS representam suas vítimas pode contribuir para se repensar as políticas públicas de enfrentamento à violência sexual, uma vez que atualmente as mesmas têm se focado prioritariamente nas vítimas da violência.

Em quarto lugar, este estudo pretende contribuir para a produção do conhecimento científico sobre os autores de violência sexual, figura comumente negligenciada pelos estudos sobre violência sexual, que têm seu foco prioritário na vítima. Buscar-se-á, pois, contribuir para reduzir a polaridade autor X vítima, entendendo que as representações sociais que os mesmos atribuem às vítimas podem ser importantes na compreensão do fenômeno.

A tese de doutorado a ser produzida terá a seguinte estrutura: 1- discussão teórica; 2- trabalho de campo e 3- análise dos dados.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sérgio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 26, n. 2, p. 222-245, 2006.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 1989.

FERRARI, Dalka Chaves Almeida. Pedofilia: uma das faces da violência sexual contra crianças. *Revista Brasileira de Psicodrama*, v. 12, n. 2, p. 59-84, 2004.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência física doméstica contra crianças e adolescentes e a imprensa: do silêncio à comunicação*. 1995. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

SCHMICKLER, Catarina Maria. *O protagonista do violência sexual: sua lógica e estratégias*. Chapecó: Argos, 2006.

O PROFESSOR E SEU PAPEL NAS MANIFESTAÇÕES DE BULLYING

Alexandre Malmann⁴⁷

Ricardo Barbosa⁴⁸

INTRODUÇÃO

No início da década de 1980, o foco dos estudos sobre a violência escolar estava voltado para as práticas das escolas, que produziam violência como as punições ou castigos impostos pelos professores. Outro fator de preocupação foi a segurança dos estabelecimentos de ensino, que deveriam ser protegidos contra depredações e invasões por parte de adolescentes ou jovens moradores sem vínculo com as instituições, chamados geralmente de marginais (SPOSITO, 2001). Paralelamente, acirrava-se a luta pela democratização dos estabelecimentos de ensino, que deveriam ser mais abertos, com práticas menos autoritárias e que favorecessem o ingresso e permanência de alunos das classes sociais menos favorecidas no sistema formal de ensino. Na década de 1990 a violência escolar passa a tomar novos contornos (NUNES,

⁴⁷ Aluno do Doutorado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia FCS-UFG.

⁴⁸ Orientador.

2011). Diversos estudos abordam a violência como um fenômeno de origem social, histórica e cultural, reafirmando a necessidade de seu estudo a partir da sociedade que o produziu (MINAYO & SOUZA, 1999; CHESNAIS, 1999; BURKE, 1995; ADORNO, 1998/1999).

Abramovay (2002) considera que, embora incipientes, por apontarem situações regionais, os primeiros estudos sobre violência escolar realizados no Brasil, revelam essa modificação nos tipos de violência observados nas escolas, passando de atos violentos contra o patrimônio, como depredações e pichações na década de 1980, a violências interpessoais, na década seguinte.

Olweus (1993) já observava esta dinâmica durante a década de 1980, quando iniciou uma pesquisa que visava investigar as relações entre vários ataques de ex-alunos contra suas escolas e posteriores suicídios. Constatou que estes jovens, em sua maioria, foram indivíduos perseguidos de maneira sistemática e repetitiva por outros colegas de escola, e não havia nenhum registro de ação da escola para impedir a continuidade destes ataques. A este fenômeno ele chamou de *schoolbullying*, se apropriando de um termo já existente na língua inglesa para discorrer de um fenômeno que, pouco tempo depois, se reconheceu como mundial.

Para este trabalho entendemos que o fenômeno bullying é

um conjunto de atitudes hostis e agressivas, que ocorrem de maneira direta ou indireta, intencionais e repetitivas e sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s) no ambiente escolar, sem distinção de gênero ou de idade, que apresenta a diferença de poder entre os envolvidos, causando dor, angústia e sofrimento para a vítima e o sentimento de satisfação para o agressor.(MEDEIROS, 2012, p. 101)

O bullying se configura como um dos problemas educacionais da sociedade contemporânea pelo modo como interfere em todas as dimensões fundamentais da vida dos que nele se envolvem. Esta realidade exige dos profissionais da educação uma abordagem metodológica que contemple instrumentos do saber elaborado (SAVIANI, 1995), que mostre uma postura crítica e converta as responsabilidades do presente, num modo de olhar e programar o futuro, a partir de uma compreensão do mundo globalizado (IANNI, 1995; SOUSA, 2001), com todos os seus encantos e desencantos, crises e violências, na compreensão das contradições existentes na sociedade. Este trabalho visa observar o que dizem os autores que pesquisam o bullying sobre o papel

esperado do professor diante das manifestações deste fenômeno no ambiente escolar

O PROFESSOR E O BULLYING

Na busca pelo entendimento do que se espera do professor no que diz respeito ao fenômeno bullying, optamos por uma pesquisa bibliográfica, utilizando livros publicados no Brasil de 2000 a 2012. Este recorte temporal ocorre por que as pesquisas sobre o fenômeno em território nacional são recentes, e as primeiras publicações específicas sobre o tema surgem nos anos 2000 (FANTE, 2005). Desta maneira nos deparamos com doze publicações de autores brasileiros (CALHAU, 2009; CAMARGO, 2009; CHALITA, 2008; FANTE, 2005; FANTE, 2008; MALDONADO, 2009; MOREIRA, 2010; LOPES NETO, 2004; PEREIRA, 2009; ROLIM, 2010; SILVA, 2010; SILVA, 2009) e cinco publicações traduzidas para o português (ALEXANDER, 2009; BEANE, 2010; BEAUDOIN, 2006; COSTANTINI, 2004; MIDDELTON-MOZ, 2007). De fato, os estudos nos últimos anos demonstram as possibilidades de prevenção da violência e do crime oferecidas pelo ambiente escolar, e combater o bullying seria reduzir

outras formas de violências que ocorrem na sociedade (BEANE, 2010; BEAUDOIN, 2006; CHAUX, 2002; CHAUX, 2005; FANTE, 2005; GÓMES-BUENDÍA, 2003; TREMBLAY *etal*, 1996).

Em estudos realizados sobre o fenômeno bullying nas últimas décadas, o professor tem sido alvo de grande expectativa para a transformação do cotidiano violento vivenciado pelos alunos no ambiente escolar. Para estes autores, o professor precisa entender as manifestações e consequências, identificar, combater e prevenir situações de bullying entre seus alunos (COLOROSO, 2003; MAINES, 1991; OLWEUS, 1991, 1987, 1993, 1997, 1999; ROLAND, 1989; SHARPE & SMITH, 1994; RIGBY, 2008; FANTE, 2005; ROLIM, 2010; LOPES NETO, 2004, 2005). Vale ressaltar que poucos autores visitados para este trabalho citam o trabalho do professor como se o mesmo fosse um dos responsáveis pelas manifestações do bullying que ocorrem no ambiente escolar (CALHAU, 2009; COSTANTINI, 2004), sendo que todos os demais expõem o professor como uma peça fundamental na busca por uma escola de paz.

Observamos, ainda, que todas as publicações visitadas buscam promover o entendimento do fenômeno bullying e ajudar

professores, familiares e alunos a superar e se defender de situações de conflitos na escola. Contudo, a abordagem destes livros, alguns como manuais (ALEXANDER, 2009; MIDDELTON-MOZ, 2007; MALDONADO, 2009), geralmente consiste em classificar os envolvidos pelo papel que desempenham diante das situações de bullying (agressores, vítimas e testemunhas), relatar algumas das várias consequências que atingem os envolvidos, rotulando perfis de alunos que são agressores e vítimas em potenciais. Quando citam o papel do professor dedicam um pequeno espaço para citar o trabalho já realizado por alguns professores pelo Brasil, sobretudo pelo próprio autor (FANTE, 2005), que objetivaram o combate ao bullying e a redução da violência na escola.

Estes autores apresentam o termo bullying de diversas maneiras, colocando em dúvida o real entendimento do fenômeno, o que promove dúvidas até mesmo entre os professores que querem enfrentá-lo. O termo é apresentado para designar diversas formas de violência que ocorrem em nossa sociedade, no trabalho, em presídios e nas ruas. Medeiros (2012), comenta que

O uso do termo bullying para designar ações comuns nas relações pessoais e de conflitos presentes em outros campos das relações

humanas provoca diversos problemas na identificação do bullying na sociedade brasileira e possibilita uma assimilação onipresente do fenômeno. Na literatura nacional o bullying é apresentado como um fenômeno que acontece nas casas, nas ruas, nos quartéis militares, nos presídios e no local de trabalho. Nosso posicionamento é de que esta abordagem generalista não apresenta benefícios ou avanços em relação a conceitos e termos que já estão em uso. Vale ressaltar que o termo em inglês é usado de diferentes formas, sendo realmente necessário expressar os locais de referência que se deseja tratar, como no trabalho, na escola ou quartel militar. O problema está na importação não apenas do termo bullying e de seu conceito no ambiente escolar, como também da tradição destes países em determinar o uso do termo. É esta generalização do fenômeno que vem prejudicando seu entendimento e têm contribuído para sua banalização. (MEDEIROS, 2012, p. 107)

Assim, diante do que vem sendo apresentado nos livros voltados para o bullying e suas consequências, fica claro que ainda não há um consenso entre os autores para especificar o que é o bullying. O professor, para atuar efetivamente por uma escola da paz e evitar o bullying é necessário entender o que é o fenômeno de maneira clara. Estes livros visitados, hora voltados apenas para

adolescentes, hora voltados para pais e professores, em conjunto, não alcançam seus objetivos principais, confundindo mais que informando. Observamos que existem políticas educacionais que pretendem informar e ajudar os professores, como o Política Articulada de Educação da Paz (EPAZ) da Secretaria Municipal de Goiânia (SME), que visa ampliar as oportunidades na inclusão educacional, a valorização profissional, o respeito às diferenças sociais por meio da Educação da Paz. Contudo, o trabalho do professor ficará prejudicado enquanto não houver um consenso sobre as especificidades do bullying. Observamos ainda que há uma cobrança pelo sucesso nas ações do professor, pois o mesmo tem um papel importante como mediador e que deve se torna referência no ambiente escolar para seus alunos, independente da real situação física e material que a escola oferece.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que o bullying é um fenômeno que prejudica toda a comunidade escolar (professor, aluno, pais, funcionários administrativos...) e geram consequências sociais que prejudicam o indivíduo por toda sua vida.

Nesta violenta dinâmica escolar, o professor surge como uma ponte sólida para levar a escola de um ambiente de violência para um ambiente de paz. Diante do que foi apresentado pelos autores consultados, observamos que um dos pontos fundamentais na tentativa de iniciar um enfrentamento das violências nas escolas é a preparação dos professores, na sua formação inicial e continuada, mas que não se espera que este mesmo professor seja o grande mártir na luta contra a violência nas escolas. Entretanto considera-se importante seu papel na construção de uma nova cultura de paz escolar, pois estamos diante de um profissional que ocupa, ou ao menos deveria ocupar um papel de referência no ambiente escolar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. & RUA, M. G. **Violência nas escolas**. Brasília: Unesco. 2002.

ADORNO, S. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias, Porto Alegre, 4(8), 84-135. 2002.

ALEXANDER, J. **Valentões, fofoqueiros e falsos amigos: torne-se à prova de bullying**. Tradução de Heitor Pitombo e James Bergin – Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2009.

BEANE, Allan. **Proteja seu filho do bullying**. Tradução: Debora Guimarães Isidoro. Rio de Janeiro: BestSeller, 2010.

BEAUDOIN, Marie-Nathalie; TAYLOR, Maureen. **Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CALHAU, Lélío Braga. **Bullying: o que você precisa saber**. RJ, Impetus, 2009.

CAMARGO, Carolina Giannoni. **Brincadeiras que fazem chorar! : Introdução ao Fenômeno Bullying**. São Paulo: All Print, 2009.

CEREZO, Fuensanta. **Violência e victimización entre escolares**. El “bullying”: estrategias de identificación y elementos para la intervención a través del Test Bull – S. Revista eletrônica de investigação psicoeducativa, v. 4, n. 9. 2006.

CHALITA, Gabriel. **Pedagogia da amizade – bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores**. São Paulo: Gente, 2008.

CHESNAIS, J. C. **A violência no Brasil. Causas e recomendações políticas para sua prevenção.** Ciência & Saúde Coletiva, 4(1), 53-69. 1999.

COSTANTINI, Alessandro. **Bullying: como combatê-lo?** Tradução de Eugênio Vinci de Moraes. São Paulo: Itália Nova, 2004

COLOROSO, Barbara. **The bully, the bullied and the bystander: from preschool to high school – how parents and teachers can help break the cycle of violence.** New York: HarperCollinsPublishers, 2004.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

FANTE, Cléo. **Fenômeno Bullying: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** Campinas – SP: Verus, 2005.

FANTE, Cléo; PEDRA, José Augusto. **Bullying escolar: perguntas e respostas.** Porto Alegre: ARTMED, 2008.

LOPES NETO, Aramis A.; SAAVEDRA, Lúcia Helena. **Diga não para o Bullying.** Rio de Janeiro: ABRÁPIA, 2007.

LOPES NETO, Aramis A. **Bullying – comportamento agressivo entre estudantes.** Jornal de Pediatria. Rio de Janeiro, 2005, pags. 164-172.

MALDONADO, Maria Tereza. **A face oculta: uma história de bullying e cyberbullying,** São Paulo: Saraiva, 2009.

MEDEIROS, Alexandre Vinícius Malmann. **O Fenômeno Bullying: (In)Definições do Termo e suas Possibilidades. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.**

MIDDELTON-MOZ, Jane; ZAWADSKI, Mary Lee. **Bullying: estratégias de sobrevivência para crianças e adultos.** Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MINAYO, M. C. S. & Souza, E. R.. **É possível prevenir a violência?** Reflexões a partir do campo da saúde pública. Ciência & Saúde Coletiva, 4(1),7-32. 1999.

MOREIRA, Dirceu. **Transtorno do Assédio Moral Bullying.** A violência silenciosa. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

NUNES, Taina da Silva. **O professor e o bullying escolar: significados e estratégias de ação.** Dissertação – UFB – Instituto de Psicologia. 2011.

OLWEUS, D. **School-Yard Bullying-Grounds for Intervention.** School Safety, 6, 4-11. 1987.

OLWEUS, D. **Bully/Victim Problems Among School Children: Some Basic Facts and Effects of a School-Based Intervention Program.** In: The Development and Treatment of Childhood Aggression, D. Pepler and K. Rubin eds. Hillsdale, 411-448 1991.

OLWEUS, D. 1993. **Bullying at school: What we know and what we can do.** London, Lackwell, 140 p.

OLWEUS, D. **Bully/Victim Problems in School: Knowledge Base and an Effective Intervention Program.** The Irish Journal of Psychology, 18, 170-190. 1997.

OLWEUS, D., Limber, S., & Mihalic, S. **Blueprints for Violence Prevention, Book Nine: Bullying Prevention Program.** Boulder, CO: Center for the Study and Prevention of Violence. 1999.

PEREIRA, Sônia Maria de Souza. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar.** São Paulo: Paulos, 2009

ROLAND, Erling; GALLOWAY, David. **Classroom influences on Bullying**. Educational Research, n. 44, p. 299-312, 2002.

ROLIM, Marcos. **Bullying: o pesadelo da escola**. Porto Alegre : Ed. Dom Quixote, 2010.

SAVIANI, Dermerval. **Escola e democracia**. Polêmicas do Nosso Tempo. 29 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro : E. Objetiva, 2010.

SILVA, Elenice. **Corredores de Justiça: Combatendo a prática do bullying nas escolas, educando uma sociedade para a paz**. São Paulo: Edição do Autor, 2009.

SPOSITO, M. P.. **Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil**. Educação e Pesquisa, São Paulo, 27(1), 87-103. 2001.

ROLAND, Erling; GALLOWAY, David. **Classroom influences on Bullying**. Educational Research, n. 44, p. 299-312, 2002.

TREMBLAY, R. E. et al. **From childhood physical aggression to adolescent maladjustment: The Montreal Prevention Experiment**. In: PETERS, R.D.; MCMAHON, R.J. (Eds.) Preventing Childhood Disorders, substance abuse, and delinquency. v. 3, Thousand Oaks, CA: Banff International Behavioral Science Series, 1996.

PERFORMATIVIDADES E PERFORMANCES: negociações de gênero e sexualidade em aulas de Educação Física

Adriano Martins Rodrigues dos Passos⁴⁹

amrpassos@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata das negociações de gênero e sexualidade em aulas de Educação Física ministradas para turmas de 9º anos do ensino fundamental em uma escola pública da cidade de Goiânia. Nele, proponho observar, descrever e analisar como se dão as negociações fundamentadas em noções de masculinidade e feminilidade; como alunos e alunas reforçam e/ou contestam valores e normas relativas ao gênero; como as negociações de gênero e sexualidade podem produzir inclusões ou exclusões e como as masculinidades e feminilidades são *performadas*, vigiadas e avaliadas no contexto escolar.

Nessa premissa, procuro por ordenamentos prescritivos, normativos e normalizantes nos ditos e nos não ditos, tanto em

⁴⁹Mestrando em Sociologia – PPGS – FCS – Universidade Federal de Goiás – Turma 2012.

documentos oficiais da escola como durante as aulas de Educação Física.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico e metodológico capaz de subsidiar a construção desse trabalho, tenho lançado mão da análise do discurso de viés francês, tendo em Michel Foucault (1972, 2000, 2007, 2011) o guia para o entendimento da construção dos enunciados, discursos, atos de fala e subjetivação. De Judith Butler (2003), emprego o conceito de *performatividade* que permite compreender como os processos de enunciação, através de uma gama de repetições e subsídios sociais, instituem nos corpos de alunas e alunos os discursos. Também me aproprio do conceito de *performance* apresentado por Richard Schechner (2002) que instiga-nos a ver o comportamento como resultado da ritualização de sons e gestos já ditos ou realizados anteriormente, onde o comportamento ao ser duplamente exercido, codificado e transmitido, seria dado pelo jogo – possibilidades de experimentarem temporariamente determinada posição –, e pelo ritual – memórias em ação, codificadas em ações, uma forma das pessoas lembrarem.

Além das categorias e conceitos teórico-metodológicos expostos acima, tenho me baseado nos apontamentos feitos pela pesquisadora Guacira Lopes Louro (2010, 2011), situando a escola como instituição capaz de influenciar e “pedagogizar” as relações de gênero e de sexualidade e Jocimar Daólio (1995, 2001) que, no contexto da Educação Física, entende o corpo e o movimento como resultados da cultura na qual estão imersos. Nessa direção, a cultura é vista como resultado das formações discursivas que por apresentarem certo número de enunciados, com semelhança na dispersão, na escolha dos objetos, conceitos, temáticas e regularidades influenciam os discursos das mais diferentes áreas a significar corpo, movimento e também o entendimento de feminilidade e masculinidade.

METODOLOGIA

As técnicas de pesquisa de base qualitativa que permitiram alcançar os objetivos propostos foram a observação participante (com elaboração de diário de campo) acompanhada de entrevista semiestruturada, ainda a ser realizada com a docente da disciplina de Educação Física. Para fundamentar a análise das prescrições e normas da escola, utilizei documentos produzidos pela instituição:

Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Currículo e Planejamentos da disciplina de Educação Física.

A inserção no campo se deu através de duas turmas de 9º anos por um período de cinco meses. Essa incursão resultou na confecção de 18 relatórios de observações participantes e de uma aula interventiva, na qual pude promover a experimentação de jogos que, em minha suposição, poderiam me ajudar a vislumbrar os objetivos propostos por esta pesquisa.

A análise do discurso, fundamentada em Michel Foucault (2000), afirma que o enunciado deve ser apreendido em sua estreiteza e na singularidade de seu acontecimento. Agindo assim, seremos capazes de determinar as condições de sua existência, fixando de maneira justa os limites e estabelecendo correlações com os outros enunciados aos quais ele pode estar ligado, ou mostrar formas de enunciação que ele exclui. Destarte, apresento, a seguir, algumas das análises preliminares até o momento.

- Os enunciados rastreados e analisados reverberam as estratégias de poder disciplinares enredadas na normalização dos integrantes da escola, bem como, promovem a

manutenção da hierarquia baseada nas relações entre os sexos e entre as expressões da sexualidade;

- A instituição escolar se fundamenta em um espaço/lugar em que gênero e sexualidade são discursivamente arquitetados e reproduzidos em operações voltadas para a constituição disciplinar de alunos e alunas. Essa constituição aparentemente está amparada primeiramente pelo disciplinamento investido ao corpo e em segundo nas identidades e representações condicionadas pela interação social;
- A escola apresenta-se como um espaço vivenciado diferentemente por alunas e alunos. A sala como ambiente feminino e a quadra como espaço masculino;
- Meninos e meninas apresentam performances que reforçam as normas relativas ao gênero. Meninos simulam lutas, discussões e comportamentos agressivos enquanto as meninas *performam* comportamentos mais carinhosos e/ou distantes das brincadeiras masculinas, existindo, contudo, exceções;

- Nas aulas de Educação Física parece existir uma divisão clara entre atitudes masculinas e femininas – sendo estas vistas como “fracas” e “débeis” por alguns alunos. Contudo, algumas alunas transgrediam essa suposição. Durante a aula se despojavam de suas sandálias, brincos, colares, etc., para jogar futebol, demonstrando que não eram “tão frágeis” quanto os discursos pregavam. Em certos momentos enfrentavam discursivamente e fisicamente outros alunos, exigindo seus espaços nas práticas corporais;
- A homossexualidade é utilizada como aspecto negativo que se revela estigmatizante e excludente;
- Alguns discursos reverberam no ambiente escolar e são utilizados de formas arbitrárias, por vezes antagônicas. Dentre eles poderia citar “o armário”, a união civil, “normalidade e anormalidade da homossexualidade”, as mulheres como segundo sexo nos testes de capacidades físicas, a noção naturalizada de homens “protetores” e mulheres “cuidadoras”;
- O currículo da Educação Física ao focar quase que unicamente os esportes (futebol, vôlei, basquete e handebol), acaba por promover a exclusão das alunas e dos alunos que não se encaixam nos padrões de masculinidade determinados para a prática desses esportes;
- A dança ou jogos rítmicos só fazem parte das aulas em momentos pontuais (festa de quadrilha, ensaio para a banda marcial, etc.), dessa forma, a valorização do que culturalmente entende-se como feminino, só é disponibilizado em poucos momentos;
- Transgressões e subversões das normas sociais de gênero e sexualidade existem, foram observadas e catalogadas, contudo, vale ressaltar que estas ainda são tímidas e efêmeras;
- Alguns alunos demonstravam claramente não gostar de esportes, vistos como masculinos, como o futebol por exemplo. Eles preferiam abster-se da prática e promover “rodas de conversa” até o final da aula;
- Pude notar a troca de olhares entre alunos-alunos e alunas-alunas, contudo, isso se deu em uma situação muito velada, quase que escondida no fundo da sala ou durante o recreio;

- Durante o recreio, pude notar que as transgressões mais visíveis são instadas nesse momento. Longe dos olhos normalizantes e normatizantes do corpo pedagógico da escola, alunos e alunas, pressupostamente heterossexuais, parecem utilizar o “fundo da escola” como espaço para contatos afetivos, enquanto outras alunas e alunos que não se encaixavam nesse padrão, trocavam olhares e diálogos na parte da frente do pátio, sem, contudo, demonstrarem claramente o envolvimento afetivo.

Por fim, urge dizer que o entendimento dos discentes acerca dos modelos de masculinidade e feminilidade, parece estar relacionado em como os/as mesmos/as dialogam com os padrões sociais e culturais para essas representações. Dessa maneira, ao entrarem em contato com comportamentos e atitudes que eles e elas consideram, aprendem e experienciam como masculino e feminino, e por encontrarem na ambiência escolar um espaço fértil para a manutenção desses modelos, os/as discentes acabam por reproduzi-los através de suas *performances*, que seriam as atuações de gestos, sons, gostos e atitudes. Essas *performances*, ao serem repetidas e reiteradas, coadunariam com a construção, constituição e produção

dos efeitos que o discurso nomeia. Esse processo, nomeado de *performatividade* – não seria um ato singular, mas a reiteração e repetição de uma norma ou de um conjunto de normas, e por adquirir o status de um ato presente, ocultaria e dissimularia as convenções das quais eles é uma repetição (BUTLER, 2003).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003;

DAÓLIO, Jocimar. Os significados do corpo na cultura e as implicações para a Educação Física. **Movimento**. ano II, n. 2, jun. 1995, p. 24-28;

_____. A antropologia social e a educação física: possibilidades de encontro. In: **Educação física e ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001, p. 27-38;

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 21. imp. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2011;

_____. **A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 15 ed. Edições Loyola. São Paulo, 2007;

_____. Michel Foucault explica seu último livro. In.: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Org. Manoel Barros da Motta; trad. Elisa Monteiro. (Coleção Ditos & Escritos II). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000;

_____. **A arqueologia do saber**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1972;

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2011;

_____. Pedagogias da Sexualidade. In.: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**/ Guacira Lopes Louro (organizadora); 3. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 07-34;

SCHECHNER, Richard. **Performance studies: an introduction**. Routledge: London, 2002.

MARCADORES DISCURSIVOS: UM ESTUDO DA DIFERENÇA EM COMUNIDADES ETNOLINGUÍSTICAS

Thaís Elizabeth Pereira Batista⁵⁰

Esta pesquisa se propõe a analisar a fala de indivíduos de diferentes comunidades linguísticas no estado de Goiás, uma quilombola e outra urbana, para identificar e descrever o uso dos marcadores discursivos em cada comunidade e seu funcionamento na interação. Esse tema foi escolhido porque os marcadores de discurso, por vezes, são vistos como vícios de linguagem e, por isso, são estigmatizados. A escolha da fala de indivíduos adolescentes decorre do maior grau de informalidade que pode haver na fala da juventude. Essa faixa etária também figura em outros estudos como em Rampton (2003), que trabalha com a interação de jovens no ambiente escolar. Com base em alguns estudos, o autor argumenta que os jovens são mais “sensíveis às mudanças culturais” (RAMPTON, 2003. p. 78).

⁵⁰Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da UFG. E-mail: thaislitteris@gmail.com.

Este projeto busca ampliar essa investigação analisando a presença desses marcadores no contexto de situações de fala e as possíveis variações decorrentes de estilização na interação verbal (RAMPTON, 2003).

O uso de determinados termos na fala vernacular, muitas vezes, tem o objetivo de registrar a intenção de seu discurso, o papel social dos interlocutores e a interação entre os falantes, sobretudo os falantes de uma variedade linguística mais informal.

A presença desses operadores ocorre, geralmente, em domínio discursivo informal. Para Marcuschi (2002), os domínios discursivos são as grandes esferas da atividade humana em que os textos circulam. Então, em diferentes situações, os domínios discursivos podem mudar, dando origem a discursos muito específicos. Assim, em domínio discursivo de natureza informal é comum que se note a variedade linguística existente na fala das pessoas, que fazem uso de diversos recursos para manterem a conversação/interação. Esses recursos vão do linguístico, caso dos marcadores discursivos, até os paralinguísticos ou proxêmicos, caso da gesticulação, olhar, forma de movimentar a cabeça, etc.

Essa noção de domínios sociais foi introduzida por Fishman como as esferas nas quais as línguas são usadas como religião, família, escola, igreja, trabalho e vizinhança, por exemplo. Assim, a escolha de qual variedade linguística usar será feita de acordo com fatores sociais como com quem se fala, onde e quando se fala e o que se fala. (Fishman, 1968)

Segundo Freitag (2007), esses requisitos de apoio discursivo podem funcionar como marcadores de ritmo da fala, como nos casos dos marcadores *né?* e *tá?* que têm forma reduzida e esvaziada de significado referencial, mas tem a função de ritmar o turno do falante.

Para Penhavel (2005), os marcadores discursivos possuem funções textuais e interacionais. Nas funções textuais, podemos observar o uso de expressões que marcam a retomada de tópicos como em *mas*, *aí*, *então*, entre outros. Nesses casos o locutor usa-se dos marcadores para pausar seu discurso e articular o que irá dizer posteriormente e retoma a sua fala usando esses termos. Nas funções interacionais podemos ressaltar termos como *entende?*, *né?*, *ta?*, entre outros, que são expressões que o locutor utiliza para solicitar a interação de seu interlocutor, isto é, para chamar o interlocutor na

conversação, que por sua vez pode usar marcadores como *sei*, *uhnuhn* para responder a essa solicitação de seu locutor demonstrando atenção ao que se fala ou mesmo descaso dependendo da entonação empregada.

Os marcadores discursivos exercem funções textuais quando atuam na organização do conteúdo informacional do discurso. Nesse caso, integram-se aos componentes ideacional e textual da linguagem, operando num nível hierarquicamente superior ao da sentença. Funcionam como mecanismos de coesão textual, estabelecendo algum tipo de relação semântica, e, às vezes, quase puramente estrutural, entre diferentes unidades discursivas. Propiciam, por exemplo, abertura, expansão, retomada e fechamento de tópicos e distinção de estruturas de figura e fundo. Algumas formas típicas que realizam essa função são: *agora*, *então*, *e*, *mas*, *aí*, *ou seja*, *enfim*, *em resumo*, *quer dizer* etc. Os marcadores discursivos exercem funções interacionais quando atuam no processamento da interação conversacional, quando cumprem alguma função advinda diretamente da relação face a face entre os interlocutores, integrando, portanto, o componente interpessoal da linguagem. Como os marcadores discursivos textuais, os marcadores interacionais não são constituintes sentenciais, são exteriores ao conteúdo proposicional e sintaticamente independentes de suas unidades adjacentes. Algumas formas típicas são: *entende?*, *né?*, *sabe?*,

tá?, bom..., olha..., certo, claro, sei, uhnuhn etc. (PENHAVEL, 2005, p. 1299).

Marcuschi em *Análise da Conversação* (2007) classifica os marcadores discursivos, por ele chamados de marcadores conversacionais em verbais, não-verbais e supra-seguimentais.

O presente projeto se propõe a verificar a ocorrência dos marcadores classificados como verbais, que podem ser divididos em dois grandes grupos: os sinais do falante e os sinais do ouvinte, podendo cada um deles ter dois tipos de função: funções conversacionais e funções sintáticas. Além disso, eles podem vir em diversas posições dentro do turno ou da sequência de turnos.

Em geral, esses termos aparecem na fala, pois é na fala que o enunciador precisa expressar-se de maneira rápida, por meio da interação locutor / interlocutor e precisa de pausas para reorganizar seu discurso quando há perda de linearidade que causa um vazio comunicativo, ou ainda quando o enunciador necessita de termos que enfatizem sua intenção discursiva.

Portanto esses vocábulos são palavras esvaziadas de significado que sofreram um processo de discursivização: processo de mudança, que leva o elemento linguístico a perder suas restrições

gramaticais para assumir seu papel interacional, funcionando como articulador de discurso. (MARTELOTTA; VOTRE; CEZARIO, 1996).

Ainda assim, é inegável a estigmatização de alguns dos chamados marcadores discursivos, e até mesmo entre os que não se dedicam aos estudos linguísticos existe uma ideia de que tais termos são vícios de linguagem.

Para Freitag (2007), o motivo que leva à estigmatização desses termos é a falta de prescrição gramatical, que leva a crer que se esses termos não estão nas gramáticas e não fazem parte da estrutura sintática da fala, eles são desnecessários e errados. No entanto, são termos usados para amarrar e articular o discurso, conectando sentenças.

Esse preconceito linguístico é gerado por uma referência do processo de recontextualização dos processos interacionais chamada grafocentrismo em que o juízo de valor e de correção da língua se baseia em sua proximidade com a norma culta empregada na escrita e que leva muitos falantes de outras variedades a se sentirem inseguros no momento da fala, principalmente a fala pública,

ambiente em que podem ser julgados por seus interlocutores. (SIGNORINI, 2008, p. 125)

Essa diferença entre língua escrita e língua falada pode ser explicada com base no conceito de língua adotado por Bakhtin, em que concebe a língua como um sistema de interação entre as pessoas e não apenas uma abstração (BAKHTIN, 1981. p. 127). Se a língua é um sistema interacional, então podemos dizer que está em constante mudança para atender às necessidades de comunicação do indivíduo. À medida que cresce a necessidade de interagir e comunicar-se com mais velocidade, o indivíduo cria maneiras de acelerar esses processos de comunicação, dando origem ao surgimento de variedades informais.

Dessa forma, é conveniente ressaltar a importância desses marcadores para a elaboração do discurso quando se está em uma conversa. Pretende-se com essa análise linguística avaliar se há diferença na frequência de marcadores discursivos em diferentes contextos ou quando o falante opta por diferentes performances, dependendo do seu interlocutor ou do tema a que se refere no contexto interacional.

Esse tipo de análise é importante para entender melhor a diversidade linguística, além de mostrar que muitas características, que estão presentes apenas na fala, são de grande importância no discurso, pois cumprem necessidades comunicativas e enunciativas dos/as falantes e performam identidades. Com a comparação entre os contextos, também será levantado o *corpus* com jovens de mesma faixa etária, mas pertencentes a comunidades linguísticas diferentes, com diferença de herança cultural e sócio-histórica, diferenças de etnias e de vivência, mas com o compartilhamento do ambiente escolar estatal (Estado de Goiás) e o mundo globalizado contemporâneo com suas novas tecnologias de informação e comunicação.

Para tais análises, pautar-se-á também no conceito de metapragmática utilizado por alguns teóricos, como Silverstein, em que discute-se as regularidades externas estabelecidas pelos falantes na língua em uso que orientam o uso da língua e os juízos sobre esses usos em condições reais de interação social. (SIGNORINI, 2008, p. 118)

E, conforme aponta Silverstein (1993), também nesses discursos estão articuladas as ideologias

linguísticas, de papel relevante na institucionalização de mecanismos sociais de regulamentação, controle e valoração de acesso, produção, consumo e circulação dos recursos linguísticos-discursivos: são as ideologias linguísticas (...) que garantem o sentido e a legitimidade dos padrões usuais de diferenciação e hierarquização de formas e usos que também servem para inclusão/exclusão dos falantes em redes, práticas e instituições (SIGNORINI, 2008, p. 119)

Assim, a partir de uma visão crítica, pretende-se verificar as relações de poder e dominação que a língua exerce e também as características individuais que as pesquisas podem apresentar, que podem trazer informações relevantes sobre o sujeito e seu lugar social, tal como as influências nas quais está em contato.

Buscar-se-á, com essa pesquisa, discutir o funcionamento de marcadores discursivos em contextos diferenciados tanto no que se refere ao interlocutor quanto ao que se refere ao tema da conversa. Por meio dessas pistas indexicais, investigar-se-á se a presença dos marcadores coincide com situações marcadas por estigma social.

Essa análise busca reforçar, através da demonstração do uso destes termos, que os marcadores conversacionais são importantes para a articulação do discurso e não devem ser vistos como erro ou

vício de linguagem, mas sim como marca de fala ou escrita presente nos discursos informais. Logo, concerne aos estudos do vernáculo, dos fenômenos linguísticos orais e das relações entre linguagem, sociedade e cultura.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FISHMAN, J. The relationship between micro and macro sociolinguistics in the study of who speaks what language to whom and when. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, J. (Org.). **Sociolinguistics**: selecte dreadings. London: Hazell Watson & Viney Ltd, 1968. p. 15-32.

FREITAG, Raquel MeisterKo. **Marcadores discursivos não são vícios de linguagem**. Universidade Federal de Sergipe, 2007. p. 22 - 43.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DION, ÍSIO, A. et al. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 2007.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Operadores argumentativos e marcadores discursivos. In: S. J. Votre; M. M. Cezario; M. E. Martelotta (orgs.). **Gramaticalização**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 1996.

PENHAVEL, Eduardo. **Sobre as funções dos marcadores discursivos**. Unesp – Universidade Estadual Paulista – Câmpus de São José do Rio Preto, 2005.

RAMPTON, Ben. **Hegemony, social class and stylisation**. Pragmatics 13:1.49-83. International Pragmatics Association, 2003.

SIGNORINI, Inês. Metapragmáticas da Língua em Uso. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Situar a Linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO PROCESSO DE MISTIFICAÇÃO DO CRIME: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS PRESENTES NOS TELEJORNALS DO MEIO- DIA GOIANOS

Ricardo Lopes Esteves⁵¹

O presente trabalho é parte de um anteprojeto de pesquisa que busca identificar, descrever e compreender a forma como se dão os processos de mistificação do crime nos meios de comunicação social, mais especificamente nos telejornais locais, relacionando o impacto e a efetividade desses discursos na população.

Em uma sociedade marcada pela forte influência dos veículos de comunicação de massa, entender como os discursos se propagam é de fundamental importância. O discurso que é construído no dia a dia das grandes cidades carrega consigo elementos que vão

⁵¹Graduado em Comunicação Social com habilitação em Audiovisual pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), aluno ouvinte da disciplina Direitos Humanos, Diferença e Violência vinculada ao programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: ricardolesteves@hotmail.com.

influenciar na forma como os cidadãos se posicionam diante dos problemas sociais, direcionando interesses, consciências e relações, ora dando mais ou menos importância a uma ou a outra vertente do fato social.

Mas a maneira como determinada questão é tratada pelos meios de comunicação de massa costuma carregar ideologias muitas vezes ocultadas por um discurso do medo, que nas palavras de Debora Piacesi (2012), é referente a um debate que vem sendo travado por alguns estudiosos do tema quando relacionam o crime e as percepções sociais acerca deste:

O debate acerca da exacerbação do medo nos discursos sobre a realidade contemporânea, em especial, no que diz respeito ao crime e os efeitos que essa percepção opera nas interações sociais e democráticas já vem sendo travado por distintas teorias como as do Fascismo social (Santos, 2001), da Cultura do medo (Glassner, 2003), do Estado penal (Wacquant, 2001), da Cultura do controle (Garland, 2008) e do Pânico moral (Cohen, 2002). A partir da revisão destas teorias, definimos o conceito operacional de discursos do medo como sendo os discursos históricos, políticos, midiáticos, culturais e sociais que exacerbam o medo e o colocam como protagonista dos fenômenos sociais, de forma a gerar alterações nas interações sociais e democráticas (PIACESI, 2012, p.)

Os discursos contra o crime que colocam os defensores dos Direitos Humanos quase como “advogados do diabo”, estão diretamente relacionados com a criminalização de determinadas camadas da sociedade, a chamada *criminalização da pobreza*, havendo uma maior reprovação por parte dos agentes que propagam esses discursos, por tipos penais específicos em detrimento de outros, como pontua Zaffaroni (2009). Cabe entender qual a repercussão desses discursos relacionados à criminalização da pobreza em nossa sociedade, em específico, com os moradores de Goiânia.

Essa defesa do Estado penal máximo desumaniza o criminoso, retratando-o como sub-humano, alguém sem salvação à margem da sociedade constituída, um perigo ao “cidadão de bem”. Neste contexto, perpassa a ideia de que o “bandido”, “vagabundo”, sem salvação, deve ser desumanizado, para ele não deve haver Direitos Humanos, e quem defender a humanidade desses sujeitos também estará contra a sociedade, contra os valores de vida em comunidade, pois se coligam com o que de pior pode existir no imaginário social - o criminoso.

Toda e qualquer relação desse criminoso com a vida de um ser humano comum são esquecidas, sua família, seus afetos, os motivos que o fizeram cometer determinado delito etc. Essas relações, inclusive, só serão resgatadas para um julgamento moral negativo do acusado, como é feito magistralmente no romance *A Honra Perdida de Katharina Blum* de Henrich Boll (1975), que narra o sofrimento de uma moça ao ser acusada por assassinato, sendo condenada pela imprensa antes mesmo que o processo tivesse chegado ao fim, atacando sua moral, honra e intimidade.

Observa-se que a mídia propaga um discurso e o vende como sendo a “opinião do povo”. Dessa opinião do povo surgem propostas (muitas vezes inconstitucionais) de legalização da pena de morte, redução da maioria penal e outras propostas legislativas que vão surgindo ao sabor do momento, como foi o caso da edição da lei de crimes hediondos, que foi votada da noite para o dia após o assassinato da filha da romancista Glória Perez, em 1992.

Esse discurso midiático e seus efeitos sociais levam a uma grande tensão entre os Direitos Humanos estabelecidos, as garantias constitucionais, e uma pretensa “opinião popular” que, não raro, se pauta na ideia de que vivemos em um verdadeiro caos, e que

medidas extremas devam ser tomadas para se restabelecer a ordem e a moralidade.

Opinião popular esta que, muitas vezes, surpreende os próprios meios de comunicação, indo na contramão do discurso hegemônico defendido pela mídia. Não faltam exemplos dessa contradição na cobertura midiática dos acontecimentos ocorridos durante as chamadas “jornadas de junho”. Um dos mais notáveis ocorreu no telejornal *Cidade Alerta* da *Rede Bandeirantes*, quando o apresentador se diz contra a “baderna” nos protestos e faz a enquete ao vivo: “Você é a favor desse tipo de protesto?”, “que inclui depredação pública” completa o apresentador. Perplexo com o resultado da enquete - 2940 aproximadamente “sim” e 1940 “não”- José Luiz Datena reformula a questão supondo que o público não tivesse entendido. Reformulada, a enquete fica: “Você é a favor de protesto com baderna?”, e novamente o resultado é “sim” com mais que o dobro de votos.

Esse episódio evidencia a importância de pesquisas comparativas entre o discurso midiático e a opinião da população entrevistada, bem como a necessidade de elencar quais são os

discursos hegemônicos nos nossos meios de comunicação em relação ao crime e ao criminoso.

Referências bibliográficas

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. In: *Revista Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*, nº 12. Rio de Janeiro, Revan/ICC, 2o semestre de 2002. p. 253-270. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 8 set. 2011.

BUDÓ, Marília Denardin. Mídia, crime e a contribuição do jornalismo para a legitimação do sistema penal. In: *UNIrevista*. Florianópolis, vol. 1, nº 3, julho 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 33ª Ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2008.

GUARESCHI, Pedrinho. A Mídia e democracia: O quarto versus o quinto poder. In: *Revista debates*. Porto Alegre, vol. 1, nº1, p. 6-25, jul-dez 2007.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: Desafios interdisciplinares. In: *Revista Debates*. Porto Alegre, vol. 1, nº 1, p. 49-64, jul-dez 2007.

DOCUMENTÁRIO “*Muito além do cidadão Kane*”, Dirigido por Simon Hartog, produzido pela BBC de Londres. 1993.

MORETZSOHN, Sylvia. O caso Tim Lopes: o mito da 'mídia cidadã'. In: *Revista Discursos Sediciosos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 12, p. 291-318, 2002.

PIACESI, Debora. *Discurso do medo e ideologia punitiva na produção legislativa luso-brasileira de 2009: O caso da lei 12.012 de 2009*. III Colóquio de doutorandos do CES 9 e 10 de novembro de 2012, Coimbra C “estado de sítio, Estados sem sítio”. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/coimbrac/pages/pt/comunicacoes-e-posters/204---debora-piacesi.php>>. Acesso em: 16 de outubro de 2013.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro v.1: Parte geral*. 8ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

EXECUÇÃO PENAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Edson Tadashi Sumida⁵²

A pesquisa se destina a compreender o sistema de execução penal na sociedade contemporânea. A partir das normas vigentes e análise dos relatórios de inspeções promovidas nos últimos cinco anos (CPI do Sistema Carcerário da Câmara dos Deputados, Inspeção do Conselho Nacional de Justiça, Inspeção da Ordem dos Advogados do Brasil e outros), bem como da execução das penas alternativas e verificar a política penitenciária e o cotidiano prisional.

As normas de Execução Penal (Lei nº 7.210/84 e outras), que apresentam características predominantemente humanizadoras, a instrumentalidade é garantista e ressocializadora e adoção de um novo paradigma, o do protagonismo do cidadão encarcerado, concomitantemente, constata-se algumas contradições, como o

regime disciplinar diferenciado (RDD), expressão jurídica daquilo que denomina Günther Jakobs como direito penal do inimigo.

O legislador pátrio estabeleceu a jurisdicionalização da execução penal, o privado de liberdade se tornou sujeito de direitos; a instituição da remição pelo trabalho e pelo estudo; a individualização da pena; a excepcionalidade da aplicação de pena privativa de liberdade e consequente adoção de penas alternativas à privação de liberdade, o regime progressivo para o cumprimento da pena privativa de liberdade e o monitoramento eletrônico, todos objetivam a inclusão social do condenado e prevenção à reincidência.

Passados 29 anos de vigência da Lei de Execução Penal, instituições, órgãos e Poder realizam inspeções nos sistemas prisionais brasileiros (CPIs do Sistema Carcerário realizados, mista ou de umas das Casas do Congresso Nacional, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Conselho Nacional de Justiça e movimentos de Direitos Humanos, como a Ordem dos Advogados do Brasil) e relatam: a superpopulação; a inexistência ou precariedade das assistências previstas na Lei; o quadro de pessoal incipiente; a inexistência de profissionais multidisciplinares

⁵² Aluno especial da disciplina “Direitos Humanos, Diferença e Violência” oferecida no segundo semestre de 2013 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Email: etsumida@gmail.com

(psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, médicos, enfermeiros, professores de ensino formal e de ensino profissionalizante); o número insuficiente de estabelecimentos penitenciários; os estabelecimentos existentes com estrutura física insalubre (instalações elétricas, hidráulicas deterioradas e inadequadas); quantidade insuficiente de unidades típicas destinadas a presos provisórios, presos do regime fechado, do regime semiaberto e do regime aberto; a promiscuidade (convívio entre presos provisórios e presos condenados; presos com práticas delituosas diversas; a inexistência de espaços destinados a atividades educacionais, laborativas, ocupacionais e de lazer, o que proporciona a ociosidade dos encarcerados, inexistência ou precariedade do serviço de patronato público ou privado.

Constata-se, ainda, que o sistema prisional brasileiro apresenta alto índice de reincidência criminal, uma média em torno de 75% a 80%, o que contribui no aumento significativo da população carcerária, e que reforça o dito popular de que as unidades prisionais são “universidades do crime” e como afirma Zaffaroni, “a prisão ou cadeia é uma instituição que se comporta como uma

verdadeira máquina deteriorante.”⁵³ Como também, a população carcerária é constituída de cerca de cinquenta e dois por cento de presos provisórios.

O Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN informa que em 1995, após 11 anos de vigência da LEP, havia cerca de 150 mil encarcerados⁵⁴, e, em dezembro de 2010, a população carcerária é de mais ou menos 494 mil privados de liberdade⁵⁵. Atualmente, cerca de 550 mil pessoas estão presas no Brasil e a capacidade para abrigar é de um pouco mais de 300 mil detentos. Nos últimos vinte anos, o número de presos cresceu cerca de 365 % (trezentos e sessenta e cinco por cento).

De acordo com dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça, representa a quarta população carcerária do mundo (5% da população carcerária total do mundo)⁵⁶, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia. A legislação de execução penal destes países, não tem como

⁵³ *Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1991. p.135.

⁵⁴ Segundo IBGE, a população brasileira em 1995 é de 155.822.296 habitantes.

⁵⁵ Fonte: IBGE, a população brasileira é estimada em 190 milhões e 700 mil habitantes.

⁵⁶ Fonte: King’s College London –World Prison Brief.

política penitenciária a inclusão/ressocialização dos privados de liberdade.

Como assinala Loïc Wacquant, nos Estados Unidos, “num primeiro momento mais claro: o ideal da reabilitação foi claramente descartado e em seguida adotou-se, por falta de um outro”⁵⁷, a neutralização dos criminosos violentos. O que se justificaria com a conhecida Tolerância Zero e o alto índice de encarceramento.

No âmbito jurídico-penal, os estudos existentes sobre a execução penal limitam-se em si mesmas, são críticas às legislações vigentes ou crítica à ineficiência ou insuficiência da pena ou na falência da pena de prisão⁵⁸, ao não cumprir, com o seu desiderato, a ressocialização; ou, que o sistema de justiça existente gera a impunidade, o que estimula a criminalidade; ou que a pena possa produzir a prevenção almejada, com a adoção de pena de morte e de pena de prisão agravada; e, em posição diametralmente oposta, o abolicionismo da pena de prisão; ou aplicação da prisão somente em caráter excepcional, o que se propugna na vigente lei.

⁵⁷ *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: F.Bastos. 2001. p. 143.

⁵⁸ BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. São Paulo: Editora Saraiva. 2011.

É preocupante, se a lei em vigor prevê, numa perspectiva ressocializadora, que os privados de liberdade cumpram pena em progressão de regime e o limite máximo de cumprimento de pena privativa de liberdade é trinta anos. O retorno ao convívio social sem o devido processo inclusivo aumenta significativamente a possibilidade de cometimento de novos crimes (em regra, mais graves), onde, qualquer um de nós está sujeito a se tornar a próxima vítima.

O legislador com objetivo de conter a crescente criminalidade violenta buscou através de elaboração de leis mais gravosas (Lei dos Crimes Hediondos – Lei n. 8.072/90, Lei dos crimes contra a dignidade sexual - Lei n. 12.015/2009 e outros) como forma de coibir a prática criminosa, contrariando, inclusive, os preceitos basilares de direito penal, o de promover a ressocialização. Adotou a doutrina do direito penal do inimigo, com intuito, exclusivo de punir com maior gravidade. No entanto, não reduziu a incidência, ao contrário, constata-se o aumento significativo da prática de crimes violentos, e conseqüentemente, devido ao aumento na aplicação das penas e/ou dificultando a concessão de benefícios

destes tipos penais, aumentou a permanência dos condenados nas unidades prisionais.

Analisar a situação da execução penal e do cumprimento das penas privativas de liberdade, *mister* inseri-las num contexto maior, o da sociedade contemporânea, a reflexão não deve se limitar ao aspecto estritamente jurídico-penal, exige-se uma abordagem sociológica.

A abordagem sociológica, no contexto da sociedade contemporânea, ou sociedade complexa, ou sociedade de risco. Ulrich Beck⁵⁹ define esta sociedade como “*mudança da sociedade industrial – ocorrida sub-repticiamente e sem planejamento no início de uma modernização normal, autônoma, e com uma ordem política e econômica inalterada e intacta – implica a radicalização da modernidade, que vai invadir as premissas e os contornos da sociedade industrial e abrir caminho para outra modernidade*”.

Giddens caracteriza como uma sociedade que sofre “*o dinamismo e o impacto global. Decorrente deles há o desgaste dos hábitos e dos costumes locais. A mobilidade e a liberdade dos*

⁵⁹ *A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna* São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista. 1997. p. 13.

indivíduos da sociedade moderna são muito maiores do que as dos da sociedade antiga”.

Outros autores tratam sobre essa sociedade, tais como, Jorge de Figueiredo Dias⁶⁰ e Cláudio do Prado Amaral⁶¹. Este afirma que “*a vida na sociedade contemporânea exige atualização dogmática*” e que “*a ideia da sociedade contemporânea como ‘sociedade de risco’ ultrapassou as fronteiras da análise social, ingressou fortemente nas ciências jurídicas e de forma especialmente incisiva na ciência penal, em razão: 1) da dependência desta em relação à configuração social; 2) das contundentes reações e consequências que o direito penal acarreta ao indivíduo; e 3) da aparente e simbólica aptidão do direito penal para obstaculizar e preservar a sociedade dos novos riscos criados, minimizando a insegurança*”.

Busca-se, portanto, pesquisar e refletir sobre a execução penal inserida neste contexto social contemporâneo, a compreensão e o entendimento desta execução, das posições do Poder Executivo (órgão de execução penal - a Administração Penitenciária), dos

⁶⁰ *Criminologia – o homem delinquente e a sociedade criminógena*. Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

⁶¹ *Bases teóricas da Ciência Penal Contemporânea. Dogmática, missão do direito penal e política criminal na sociedade de risco*. São Paulo: IBCRIM. 2007.

órgãos do Sistema de Justiça (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública) e da sociedade organizada (Ordem dos Advogados do Brasil, Pastoral Carcerária e sociais), e do papel ressocializador da prisão ou de mero controle social.

Costuma-se afirmar *prima facie* que a causa da situação caótica da execução penal é ausência de “vontade político-administrativa” em dar efetividade ao preceito legal. O problema estaria no plano da eficácia e da efetividade das normas de execução. E a responsabilidade seria exclusiva do Poder Executivo, por ser o seu executor, eximindo-se totalmente os demais órgãos do sistema de justiça

Outrossim, o descumprimento legal pelo Sistema de Justiça e pelas Administrações Penitenciárias se deve ao fato da inexistência de definição de política penitenciária como política de Estado? E não como política de governo?

Salo de Carvalho, na apresentação da obra *Crítica à Execução Penal*, não exime o Poder Executivo de responsabilidade, mas, também, responsabiliza, igualmente, os operadores do Direito, por serem responsáveis pelos direitos e garantias do cidadão encarcerado e não lhe garantem.

No sentido formal, se o Poder Executivo descumpre preceitos legais estabelecidos na LEP, assim como o Sistema de Justiça resiste a dar efetividade às normas de execução. A ausência da efetiva instrumentalidade garantista, legitima a prática de barbáries inadmissíveis que atentam a dignidade humana e violam os direitos humanos, o que comprometem o discurso “humanista” e a efetiva ressocialização do encarcerado,

Considerando que a Lei de Execução Penal entrou em vigor, concomitante ao “surgimento” da concepção de sociedade contemporânea, o seu descumprimento sistemático pelo Poder Público e da omissão do Sistema de Justiça (operadores do Direito) decorre da influência desta sociedade pós-moderna ou moderna? Ou esta situação decorre de forma aleatória, restrita, apenas, à falta de vontade política dos governantes? Qual é a forma de participação do cidadão exigida pela sociedade contemporânea na execução penal?

Pretende-se realizar revisão da literatura e do referencial teórico, abaixo relacionado.

Em síntese, a análise das obras jurídicas de Anabela Miranda Rodrigues, Jorge de Figueiredo Dias, Iñaki Rivera Beiras, Salo de Carvalho e outros que tratam sobre o sistema de execução

penal e direito penal (os ditames do Pacto de São José e demais tratados internacionais sobre Direitos Humanos, dos preceitos constitucionais, das Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça, demais espécies normativas e os relatórios de inspeções realizadas), bem como os pensamentos clássicos e contemporâneos de Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx, Anthony Giddens, Ulrich Beck, Scott Lash, Jock Young, Loïc Wacquant, Jürgen Habermas, Wilfried Hassemer e outros, para compreender a execução penal neste contexto social, na sociedade contemporânea.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Claudio do Prado. *Bases teóricas da ciência penal contemporânea: dogmática, missão do direito penal e política criminal na sociedade de risco*. São Paulo: IBCCRIM, 2007.
- BECCARIA, Cesare Bonesana, *marchese di, Dos delitos e das penas*. Trad.: Lais Cirigliano Maneschy, Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1979.
- BECK, Ulrich. *Modernização reflexiva: política e estética na ordem social moderna*. Ulrich Beck, Anthony Giddens, Scott Lash. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.
- _____. *Sociedade de risco: a uma outra modernidade*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- _____. *Liberdade ou capitalismo: Ulrick Beck conversa com Johannes Wilims*. Trad. Luiz Antonio Oliveira de Araújo. São Paulo: Ed. UNESP. 2003.
- BOBBIO, Norberto. *As ideologias e o poder em crise*. Trad. João Ferreira. Brasília: UnB, 1999.
- _____. *A era dos direitos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus. 1992.
- CARVALHO, Salo de (Org). *Crítica à Execução Penal – Doutrina, Jurisprudência e Projetos Legislativos*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2002.
- COSTA, Renata Almeida da. *A Sociedade Complexa e o Crime Organizado: A Contemporaneidade e o Risco nas Organizações Criminosas*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.
- CUELLO CALÓN, Eugenio. *La moderna penologia*. Barcelona: Bosch, 1974.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Questões fundamentais do direito penal revisitadas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. *Temas básicos da doutrina penal – sobre os fundamentos da doutrina penal sobre a doutrina geral do crime*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

_____, et ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia – o homem delinquente e a sociedade criminógena*. Reimpressão. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: EDIPRO, 2012.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. *Política, sociologia e teoria social*. Trad. Cibele Saliba Rizek, 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

GOMES, Luiz Flávio, PIOVESAN, Flávia (coord.). *O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GOULART, José Eduardo. *Princípios informadores do direito da execução penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1. ed., 1994.

GRINOVER, Ada Pellegrini (coord.). *Execução Penal - Lei n. 7210, de julho de 1984*. São Paulo: Max Limonad, 1987.

JACOBS, Günther. et MELIÁ, Manuel Cancio. *Direito Penal do Inimigo: Noções e Críticas*. Org. e Trad. André Luis Callegari e Nereu José Giacomolli. 6ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

RIVERA BEIRAS, Iñaki, *La devaluación de los derechos fundamentales de los reclusos – La construcción jurídica de un ciudadano de segunda categoría*. Barcelona: Bosch, 1. ed., 1997.

RODRIGUES, Anabela Miranda. *A posição jurídica do recluso na execução da pena privativa de liberdade*. São Paulo: IBCCrim, 1999.

_____, *Novo olhar sobre a questão penitenciária – Estatuto jurídico do recluso e socialização, jurisdicionalização, consensualismo e prisão*. Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

_____, *A determinação da medida da pena privativa de liberdade – os critérios da culpa e da prevenção*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: F. Bastos, 2001.

_____, *As prisões da miséria*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl, *Em Busca das Penas Perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

Menores Infratores e Chefia Feminina: Contextos e Circunstâncias.

Joice Duarte Batista Lôbo⁶²

Em tempos de capitalismo contemporâneo, a importância dada ao trabalho, aos interesses individuais e aos fatores econômicos têm acendido transformações na composição familiar, como o crescimento substancial de famílias chefiadas por mulheres.

De acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). O percentual de mulheres chefes de família cresceu de 22,2% para 37,3% entre 2000 e 2010. Destas 5,8% tinham entre 30 e 54 anos. 48,6% se declararam de cor branca, 41% de cor parda e 8,9% de cor preta.

Os dados apontam ainda, que as mulheres têm chefiado as famílias, mesmo quando possuem maridos. Nesses casos, houve um aumento de 19,5% para 46,4% entre os anos de 2000 a 2010.

⁶² Doutoranda em sociologia UFG - Orientação: Profa. Dra. Dalva Borges Maria batista.duarte.joice@gmail.com

Conforme o IBGE (2010), esse aumento se deve a uma mudança de valores relativos ao papel da mulher na sociedade, como o ingresso no mercado de trabalho, o aumento da escolaridade em nível superior combinado com a redução da fecundidade.

As mulheres chefes de famílias acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa, dos filhos, juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa, alimentada por um sentimento de insuficiência tanto no cuidado dos filhos, tanto na manutenção econômica familiar.

Doravante, precisamos de um olhar mais apurado no estudo de mulheres chefes de família, especialmente as que consistem de adolescentes em confronto com a lei, na qual em sua maioria convivem com a pobreza. É o que assinala Fonseca 1987.

As análises contemporâneas seguem um novo determinismo, onde a mulher chefe de família é vista no quadro das “estratégias de sobrevivência”, isto é, das respostas à adaptação as condições de extrema pobreza. A pluripaternidade supostamente estende a rede social da mulher, aumentando suas fontes potenciais de ajuda. Embora, a relevância dos limites econômicos para a organização seja inegável, é

preciso evitar as versões simplórias desta corrente que tem como pressuposto implícito a naturalidade da unidade conjugal (como se não fosse ela também uma estratégia de sobrevivência) em oposição à “funcionalidade” mães/filhos como se não fosse ela também um produto de um conjunto historicamente determinado de opções culturais. (FONSECA 1987, p.90).

Fonseca (1987) abre caminhos para pensarmos a família monoparental, chefiada por mulheres, afastada do estigma de desagregação familiar e ainda de menor status social (quando comparado aos modelos de família tradicional – pai e mãe). É importante salientar que a família não está desorganizada, mas organizada de maneiras distintas, conforme suas necessidades particulares.

Aponta, ainda para a relação gênero/ pobreza, na medida em que uma mãe, chefe de família, encontra maior dificuldade em arcar com os cuidados dos filhos e responsabilidades financeiras. No mesmo sentido, Guimarães (1998) acrescenta que os núcleos domésticos familiares chefiados por mulheres estão em desvantagem, não somente em relação à renda familiar, mas também

em termos de acesso aos serviços públicos básicos, inclusive o de seus filhos à educação.

É o que também salienta Claire Garbas e Francis Theodore (2000):

A mãe que se vê sozinha é confrontada, na maioria dos casos, com uma queda em seu nível de vida. A atividade profissional da mulher ainda é, muitas vezes, responsável apenas pelo segundo salário da família. Então acabam aparecendo os problemas financeiros, obrigando-as a investir mais na atividade profissional. Mas diminuir o tempo dedicado aos filhos acentua as dificuldades de administrar a vida doméstica. Há mulheres que não trabalham o que fazem que seus problemas financeiros sejam mais graves. Elas também não se beneficiam da mesma consideração social que o homem e são mais vulneráveis. Algumas também são falhas em relação ao papel disciplinar que devem exercer. (CLAIRE GARBAS e FRANCIS THEODORE 2000. p. 139).

Ainda para as autoras, quando as mulheres vivem sós, gastam uma enorme energia física e psíquica, pois devem administrar além dos seus fracassos pessoais e de culpa, todos os tipos de tarefas domésticas, educativas e escolares. Sofrem com um sentimento de solidão, de falta de tempo e de dinheiro.

Os estudos no campo das relações familiares monoparentais têm apontado à permanência de um discurso a partir de uma visão tradicional, no qual o homem representa o papel de provedor moral familiar. Outrora, a mulher chefe de família, representa a fragilidade, a vulnerabilidade econômica – social e a insuficiência de uma autoridade disciplinadora.

Para Barroso e Bruschini (1981);

É preciso não esquecer que as mulheres chefes de família costumam ser também ‘mães de família’: acumulam uma dupla responsabilidade, ao assumir o cuidado da casa e das crianças juntamente com o sustento material de seus dependentes. Essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. É verdade que essas insuficiências existem também em outras famílias, e igualmente é verdade que ambas têm suas raízes nas condições geradas pela sociedade. Porém, esses fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima, e o problema se torna mais agudo quando as duas vítimas são encarnadas por uma só pessoa. (BARROSO & BRUSCHINI, 1981, p.40).

Os autores nos chamam a atenção para a interpretação de um padrão cultural do valor da maternidade e paternidade. Não raro permanece o discurso de que a ausência de uma figura paterna configura na incapacidade da mãe em transmitir valores, disciplina, autoridade e sustento. Se o adolescente comete atos infracionais, é por que faltou a figura do pai, como referência de autoridade. Nesse caso, a mulher chefe de família é a expressão de uma subjugação social que atribui à própria mulher a dificuldade de autogerir sua família. Destarte, constrói-se o estigma de que as mulheres são menos capazes para cuidar e administrar suas famílias sem um homem.

Para Sarti (2003) nos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica da família ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade, e efetivamente a mulher pode assumir o papel masculino de chefe (de autoridade) e definir-se como tal.

Como vimos, o papel da mulher chefe de família vem passando por transformações tanto no mundo privado como público. Em casa opera o papel de reprodutora da vida e da ordem do lar. E na rua enfrenta a concorrência e exigência do mercado de trabalho.

Para Alves (1981) a dona de casa é socialmente desvalorizada como não produtora de valor social, não se revela o fato de que seu trabalho é indispensável para a reprodução social. Por outro lado, a entrada no mundo público das mulheres das camadas de baixa renda é vivenciada, muito frequentemente, como uma imposição decorrente das precárias condições econômicas de sua família.

Lavinas (1996) assinala uma relação muito estreita entre pobreza e chefia familiar feminina. Aponta que há um aumento expressivo do número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil e a maioria delas encontra-se nos segmentos mais pobres da população.

A contextualização da mulher chefe de família e pobre se faz necessária neste estudo, uma vez que está é a realidade familiar de muitos menores infratores. O entendimento do papel e da representação da chefia feminina na educação e (re) educação dos filhos no processo de liberdade assistida é que buscamos compreender.

As medidas sócio-educativas são aquelas atividades impostas aos adolescentes quando considerados autores de ato infracional. Destinam-se elas à formação do tratamento tutelar empreendido a

fim de reestruturar o adolescente para atingir a normalidade da integração social.

Os métodos para o tratamento e orientação tutelar são pedagógicas, sociais, psicológicos e psiquiátricos, visando, sobretudo, à integração da criança e do adolescente em sua própria família e na comunidade local. A escolha da medida deverá levar em conta, a capacidade do adolescente de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. Importa atenção à essência e aos princípios do Direito da Criança e do Adolescente, especialmente o do respeito à condição peculiar de pessoa em processo de desenvolvimento.

A medida da liberdade assistida prevista no art. 112, inciso IV ECA, aparece no contexto estatutário com nova significação. É uma medida ampla com finalidade de orientar, proteger e acompanhar o adolescente infrator.

A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. Será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida. A medida será cumprida em domicílio, sob a responsabilidade familiar.

Nesse ensejo, cabe à análise do processo de constituição da chefia feminina na família, apreendendo as circunstâncias que levaram estas mulheres a tornarem chefes de domicílios e precisar as mudanças induzidas por tal condição na sua vida e de seus filhos. Como é sentido a responsabilidade de sustento e educação dos filhos, bem como a (re) socialização do menor infrator na sociedade e comunidade familiar. Também interessa-nos a construção das identidades das chefes de família, a partir das representações carregadas de valores e pré – conceitos estereotipados no discurso.

Logo, questionamos se a responsabilidade em educar e (re) socializar o filho infrator, por meio da medida de liberdade assistida é assumida como culpa, uma vez que o ato infracional foi cometido, traduzindo uma falha no processo educacional de algum lado. Para tanto, se faz mister a análise do discurso da imprensa, dos agentes socioeducativos e psicólogos. A fim de verificar se as identidades dessas mães são construídas no fluxo do discurso produzido pelo outro (imprensa, mídia, e responsáveis pelos Centros de Atendimento aos Menores Infratores).

Referências Bibliográficas

ALVES, Branca. Moreira. **Espelho de Vênus: identidade social e sexual da mulher**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRUSCHINI, Cristina; BARROSO, Carmem. **Sofridas e mal pagas**. Cad. Pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 37,1981.

FONSECA, Cláudia. **Mulher chefe-de-família?** Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v.1, n.2, p. 261-268, 1987.

GARBAR, Claire; THEODORE, Francis. **A família mosaico: As novas constituições familiares**. São Paulo, Augustus, editora, 2000.

GUIMARÃES, Iracema. **Sociabilidade e Sobrevivência em Populações Pobres**. In E. Passos, I. Alves & M. Macedo (Orgs.), *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*, 1998 (pp. 73-85). (Coleção Bahianas vol.3), Salvador: UFBA, Núcleo de estudos Interdisciplinares sobre a mulher.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Censo Demográfico 2010. Famílias e domicílios. Resultados da amostra**. Rio de Janeiro, 1–203, (2012). Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

LAVINAS, Lena. **As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro**. Estudos Femininos UFRJ/IFCS, 1996 4, (2), 464-479.

SARTI, Cynthia. **A família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2.ed. ver. São Paulo: Cortez, 2003.

EDUCAÇÃO E BARBÁRIE - PRÁTICAS DE SOCIALIZAÇÃO PARA A COEXISTÊNCIA

Larissa Messias Moraes⁶³

Este trabalho carrega em si a intenção de compreender a complexa relação estabelecida entre a barbárie e a educação, e mais pormenorizadamente, em que medida a escola tem exercido o papel de mediadora de práticas de socialização para a coexistência que inibam os atos de barbárie, e qual a contribuição que a Educação em Direitos Humanos pode oferecer para este fim.

Acreditamos que o aprendizado teórico e empírico em direitos humanos é um forte elemento para se auxiliar na mediação de conflitos possivelmente gerados pela relação com o diferente que culminem em confronto, hostilidade, violência e que, conseqüentemente, dão vazão aos atos de barbárie, entendidos aqui como práticas que violam os direitos fundamentais à liberdade de expressão, à segurança, à justiça, e a outros elementos que garantam uma convivência harmônica em sociedade.

⁶³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do Prof. Dijaci David de Oliveira.
larissamessi@gmail.com

O conceito de barbárie ressurgiu com mais vigor dentro das grandes discussões no século XX, sobretudo após as duas Grandes Guerras Mundiais. O passar dos anos foi recurso salutar para minimizar o odor incômodo das chagas que o Holocausto deixou na memória da civilização ocidental. Entretanto, recorrentemente as lembranças indigestas voltam à tona diante de novos horrores, novas demonstrações de intolerância ou novas situações que nos levam a questionar o que será que confere à nossa raça a classificação de “humana”.

Antes disso se vivia o imaginário da ascensão da racionalidade, do indivíduo no centro do conhecimento, em um tempo de intensas transformações no seio da sociedade. Muitas correntes de pensadores surgiram posteriormente para buscar compreender a relação entre a barbárie e o indivíduo e, conseqüentemente, entre barbárie e civilização, a exemplo da perspectiva de Norbert Elias, que destaca que a ideia de civilização a que estamos acostumados como algo dado e acabado, sem que nos perguntemos como chegamos a ela, é na verdade parte de um processo contínuo no qual estamos envolvidos como sujeitos (ELIAS, 1994).

Percebe-se, entretanto, que os diferentes conceitos de barbárie delimitados até hoje pelos diversos autores (ADORNO, 2006; ELIAS, 1994; LUXEMBURGO, 1998; MORIN, 2009), nas mais variadas épocas tratam de perspectivas e enfoques díspares, dando a entender que não existe uma definição consensual do termo, mas sim um conceito mais ou menos adequado para o aspecto a que se pretende analisar. Concebe-se, portanto: barbárie como “não-civilização”; como oposição ao humanismo, à ética e aos direitos humanos; como ausência da percepção de si mesmo; barbárie significando o retrocesso no processo civilizatório; como efeito dos processos de exclusão social, desigualdade e violência conseqüentes da globalização econômica; como agressividade primitiva humana, como impulsos de destruição que visam destruir as conquistas da civilização (LIMA, 2005).

Esta última definição é a de Theodor Adorno, cuja teoria exerce grande influência nas discussões que ainda pretende-se levantar para a conclusão da dissertação em processo. Não sabemos se a sua é a teoria mais adequada, mas até o momento foi a que melhor nos esclareceu a respeito dos fatores sociais que levam à barbárie, uma vez que para ele a barbárie pode ser compreendida

como um conjunto de “práticas e atos que denunciam a deformidade, o impulso destrutivo e a essência mutilada das pessoas” (ADORNO, 2006, p.158).

Em sua teoria percebe-se que a barbárie se manifesta nas relações humanas onde ocorre uma regressão à violência física primitiva, quando a identificação com a erupção da violência física se dá sem que haja uma vinculação transparente com objetivos racionais na sociedade. Adorno prossegue afirmando ainda que:

todos nós nos encontramos no contexto de culpabilidade do próprio sistema, ninguém estará inteiramente livre de traços de barbárie, e tudo dependerá de orientar esses traços contra o princípio da barbárie, em vez de permitir seu curso em direção à desgraça. (ADORNO, 1996: p. 158)

Ele recusa, portanto, algumas percepções que afirmam que a barbárie se encontra em grupos “não-civilizados”, ou que a barbárie é um tipo comportamental, a ausência de etiqueta, ou a falta de educação. Para Adorno a barbárie não se encontra relacionada a uma natureza característica de pessoas, sociedades ou grupos, mas sim a práticas adotadas, permitidas e perpetradas por pessoas,

sociedades ou grupos. Um “impulso destrutivo”, enquanto está latente na subjetividade do indivíduo, é apenas um impulso. Ele só se transforma em barbárie quando exteriorizado, o que explica o entendimento de que não somos bárbaros por natureza, mas sim, como na denominação de Freud (1997), contemos em nós pulsões destrutivas.

É evidente, portanto, que Adorno considera que as condições que podem levar à barbárie estão constantemente presentes em nossa sociedade, cabendo a nós diminuir-lhes o poder de ação. Em se tratando de coibir condições objetivas, notoriamente a proposta deste frankfurtiano para o enfrentamento da barbárie se dará no campo da práxis, e não das condições ideais. Assim posto, quando Adorno nos diz sobre ações concretas ele está se referindo evidentemente às vastas possibilidades de contribuição da educação e da cultura.

Após a Segunda Guerra Mundial, Adorno (2006) fez várias palestras sobre o papel da educação para o enfrentamento da chamada “barbárie”. Na sua perspectiva o processo educativo formal deve e pode dar uma contribuição fundamental para o enfrentamento

a práticas intolerantes, e com isso, evitar a ascensão de modelos políticos extremistas e excludentes como, por exemplo, o nazismo.

Entretanto, Adorno defende que uma responsabilidade de tal dimensão para a entidade escolar, qual seja, o enfrentamento à barbárie, só pode ser encarada por uma instituição escolar que busque a emancipação do indivíduo, promovendo o domínio pleno do conhecimento e da capacidade de reflexão crítica, permitindo uma formação pautada nos princípios de dignidade humana, no reconhecimento e na valorização das diferenças e das diversidades, e que, principalmente, seja capaz de se posicionar e de agir contra as condições de opressão (ADORNO, 2006).

Feito essa breve introdução do conceito de barbárie que pretendemos utilizar, inteiramos que a construção do problema aqui apresentado visa levantar a discussão a respeito das possibilidades concretas de atuação desta escola proposta por Adorno no enfrentamento da barbárie e como a incorporação da educação em direitos humanos contribui para o fim visado nesta pesquisa.

Reconhecendo a escola como um importante meio para a disseminação desta problemática, em 2012 uma resolução oficial da Nação determinou a inserção da Educação em Direitos Humanos no

sistema escolar, possibilitando que esta instituição apoiasse em suas práticas aquilo que já estava anteriormente estabelecido por leis, resoluções e documentos oficiais, passando a estar destinada a desenvolver de maneira mais direta junto aos alunos e ao corpo docente o respeito e o reconhecimento para com as diferentes identidades.

Entretanto, para além da Educação em Direitos Humanos, levando em conta que a escola é incumbida, por parâmetros normativos, de oportunizar aos alunos o aprendizado a respeito da cidadania e dos direitos humanos, compreendemos, portanto, que é infrutífero para esta instituição estabelecer discussões teóricas, muitas vezes enfadonhas, sem colocar também em vigor práticas de socialização que estimulem a “formação de uma consciência centrada no respeito ao outro, na tolerância, na solidariedade e no compromisso contra todas as formas de discriminação, opressão e violência.” (BRASIL, 2010: p.18).

Entendemos aqui o termo socialização como transmissão de arbitrários sociais necessários para a convivência harmônica em sociedade (LEVI JR., 1973). Sendo assim, as práticas de socialização para a coexistência são medidas educativas

desenvolvidas pelo sistema educacional formal que oportunizem que o indivíduo em formação desenvolva reconhecimento e respeito para com o outro e seus direitos. A Educação em Direitos Humanos, portanto:

(...) além de todo processo de formação em seus conteúdos, pretende a socialização dos valores e princípios que lhe são intrínsecos, com o fim de construir e consolidar uma cultura de direitos humanos. Neste caminho, a dita socialização busca envolver todas as pessoas na vivência e no respeito a tais direitos (TAVARES, 2007: p. 494).

Visando alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, optamos pela metodologia qualiquantitativa por acreditamos ser esta a mais adequada para abranger a percepção dos sujeitos pesquisados, bem como possibilitar descrever e interpretar as respostas, comportamentos e percepções destes.

Na primeira etapa da pesquisa, realizaremos levantamento bibliográfico de todo o material teórico necessário para fundamentar a discussão proposta. Posteriormente daremos início à investigação em campo, buscando escolas municipais da região metropolitana de Goiânia que se disponham a colaborar com a pesquisa cedendo os

seus projetos políticos pedagógicos, o currículo das disciplinas, e também permitindo que entrevistemos professores e alunos da segunda fase do ensino fundamental a respeito das práticas utilizadas para dialogar e desenvolver o tema dos direitos humanos.

Nesta etapa serão realizadas entrevistas semi-estruturadas, inquirindo os aspectos e os posicionamentos percebidos em cada um dos processos educativos investigados a respeito da diversidade e da violência, e levantando elementos que nos possibilitem identificar como tem sido a implementação da educação em direitos humanos dentro da respectiva unidade. Buscaremos, também, levantar dados que nos permitam levantar características preconceituosas e hegemônicas nestes processos, bem como na própria opinião do entrevistado.

A partir das observações coletadas esperamos que seja possível perceber os pontos eficazes e falhos destes processos educativos, especialmente a escola, no enfrentamento da barbárie, compreendendo os aspectos que levam os jovens muitas vezes, mesmo sob a influência diferenciada de cada um destes ambientes, a praticar atos de intolerância e violência.

Concebemos que educar em direitos humanos é “educar na tolerância, na valorização da dignidade e nos princípios democráticos; é construir uma nova cultura que tenha como centro o ser humano” (TAVARES, p. 10, 2007). Para além de buscar que os direitos do indivíduo sejam respeitados, devemos buscar também desenvolver uma cultura que tenha como base o compromisso para com a defesa desses direitos.

Consideramos, portanto, que para além da educação, a Educação em Direitos Humanos é, na atualidade, um dos mais concretos instrumentos para se afirmar entre os indivíduos a importância da valorização de preceitos como a tolerância, a igualdade de direitos e a luta contra as injustiças e contra a barbárie.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. 4. Ed. Paz e Terra - São Paulo, 2006.

BRASIL. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, DF. 2010.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador Vol. I: uma história dos costumes*. Tradução: Ruy Jugmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Ed. Imago. 1997

LEVI JR. Mario. *Socialização*. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Otavio (orgs). *Homem sociedade*. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

LIMA, Raymundo de. *É ‘barbárie’, ‘genocídio’, ‘holocausto’, ou ‘massacre’? (60 depois de Auschwitz é preciso fazer mais do que distinguir conceitos)*. Revista Espaço Acadêmico, nº 45, fevereiro, 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/045/45lima.htm> Acesso em 15/05/2012.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Crise da Social-democracia*. Lisboa: Ed.Presença, 1998.

MORIN, Edgar. *Cultura e barbárie europeias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

TAVARES, Celma. *Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar*. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy (Org.). João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p.487-503.

A EMIGRAÇÃO INDOCUMENTADA PARA OS ESTADOS UNIDOS: BRASILEIROS E CENTRO-AMERICANOS

Júlio da Silveira Moreira⁶⁴

INTRODUÇÃO

A pesquisa que desenvolvo em nível de doutorado trata da violência contra migrantes em trânsito pelo México, tendo como problemática as formas de violência que sofrem os migrantes que passam pelo México para entrar irregularmente nos Estados Unidos (dentro do cenário do sistema mundial de exploração do trabalho, que une territórios e poderes nos locais de origem, trânsito e destino dos migrantes; a inserção da pessoa que migra num sistema de exploração não apenas nas relações de trabalho e sobrevivência em que se insere no local de destino, mas - onde é o meu foco - também durante o período em que estão viajando para chegar ao local de destino (o período da "travessia").

A fundamentação ou motivação para a escolha desse problema surgiu da minha perplexidade diante do Massacre de San

⁶⁴ Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG. E-mail: julio.s.moreira@gmail.com

Fernando, no norte do México, em agosto de 2010, em que foram assassinados, de uma só vez, 72 migrantes que tinham acabado de ser sequestrados, entre os quais se encontravam pelo menos 4 brasileiros.

O que esse fato mostrou de mais importante? A perenidade do tema da violência contra migrantes, especialmente no México, e a perenidade em relação à hipótese de que brasileiros continuam migrando para os Estados Unidos de maneira irregular, para encontrar trabalho. Isso revelou novas indagações: (1) Por que brasileiros continuam migrando, se existe um senso comum de que o país tem se desenvolvido na crise mundial e dado oportunidades de trabalho? e (2) A ausência de trabalho no país é uma causa determinante na decisão individual de emigrar? Embora estas não sejam as perguntas essenciais da tese, espero que estes estudos possam contribuir para respondê-las, ainda que seja necessário combinar com um estudo mais específico sobre as teorias do desenvolvimento.

Em relação à metodologia, tenho combinado vários enfoques nas abordagens das teorias das migrações e das teorias da violência, enriquecendo o ferramental de análise. Em relação aos

instrumentos de pesquisa, tenho combinado a pesquisa teórica com a pesquisa de campo, no México e no Brasil. Todos esses elementos serão detalhados em outro momento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para os termos específicos deste trabalho e da discussão que pretendo gerar neste Seminário de Pesquisa, decidi restringir a um nó importante que encontrei no decorrer da pesquisa: os brasileiros continuam indo para os Estados Unidos pelo México?

Destaco duas respostas, entre muitas possíveis.

1. Sim. O fato de que 4 brasileiros tenham sido assassinados no massacre em 2010 é uma evidência de que o fluxo não se interrompeu em momentos anteriores (por exemplo, anterior à crise agravada em 2008; anterior ao aumento da repressão aos migrantes marcado pelo 11 de setembro de 2001). Outras evidências encontradas na pesquisa de campo também comprovaram que os brasileiros continuam indo. Porém, 2. Não. Minha pesquisa de campo no México não apontou a presença de brasileiros nas rotinas de migração mais observadas - correspondentes às rotas utilizadas normalmente, mas não apenas, por pessoas de países da América

Central, como Guatemala, Honduras, El Salvador e Nicarágua. Parte do trabalho realizado foi entender documentar estas rotas, revelando toda a intensidade e diversidade de formas de violência existente nelas.

Portanto, se gerou um aparente impasse na condução da pesquisa, ante o surgimento de duas hipóteses contraditórias (generalizo para visualizar os extremos): (1) os brasileiros não vão mais para os Estados Unidos irregularmente; (2) os brasileiros vão irregularmente para os Estados Unidos por outras rotas.

Claro que a opção foi pela segunda. Optar pela primeira seria uma resposta mais acomodada à questionada tese de que o Brasil, pelo seu desenvolvimento, já não expulsa migrantes laborais. Ir mais além dessa conclusão constitui uma necessidade decorrente de um saudável inconformismo e aprofundamento da pesquisa.

Então, considero necessário, em minha tese, diferenciar esses dois movimentos complexos (as "rotas dos centro-americanos" e as "rotas dos brasileiros"), caracterizar e analisar sociologicamente ambas e aplicar a ambas as definições de violência.

A diferenciação começa já nas condições distintas em que os brasileiros emigram, ou, em outras palavras, as condições

distintas em que operam distintas redes de coiotes. No caso dos brasileiros, se trata de uma "travessia" considerada como investimento. O migrante e/ou sua família pagam um valor relativamente alto para a rede, que lhe presta um serviço e pretende mostrar resultado. Ademais, essa rede atua silenciosamente.

Os centro-americanos entram em redes de coiotes mais precárias. Antes de tudo, há que se lembrar que eles saem em uma situação de crise e desespero maior, em que não se permite a mesma flexibilidade para tomar decisões e planejar a viagem, como sucede com os brasileiros. Um bom exemplo disso é o caso de Honduras, em que a ausência quase absoluta de meios de trabalho, de estabilidade financeira e estabilidade política, agravada com o golpe que depôs o presidente Zelaya, ou no caso da Guatemala, onde ainda se sofrem as chagas da guerra civil e agora ambos os países são atacados pelos cartéis do crime organizado que tornam impossíveis a sobrevivência e a sociabilidade (isso gera, por exemplo, extorsão, famílias endividadas com o crime e ameaçadas, que emigram desesperadamente).

Observe-se bem que essa diferenciação não significa que os brasileiros tenham mais dinheiro para pagar um serviço de coiotes

mais estável e garantido, ou que sejam de um nível ou classe social diferente dos migrantes centro-americanos. Pelo contrário, a presença mais forte que encontrei entre os emigrantes brasileiros foi de pessoas pobres das zonas rurais (reproduzindo o mesmo padrão da emigração mexicana e centro-americana aos EUA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que levo a discussão neste trabalho tem a ver com os estudos sociológicos das migrações internacionais, em que um tema frequente é investigar por quê a pessoa decide emigrar. As respostas podem estar tanto na escala micro (decisão individual de migrar, fatores psicológicos, etc.), como na escala macro (movimentos de população, fatores macroeconômicos, etc.). No caso em estudo (migração indocumentada de latino-americanos para os Estados Unidos, a motivação é uma combinação de fatores psicossociais (o “sonho americano”, que parece persistir apesar da crise), e de fatores econômicos que têm a ver com o sistema mundial de exploração da força de trabalho (combinação de forças de expulsão e atração, ambas manifestando-se nos aspectos psicossociais e econômicos).

A emigração indocumentada de brasileiros para os Estados Unidos persiste, e persiste a violência. Um exemplo foi o naufrágio de uma embarcação ilegal que saía de Porto Rico para os Estados Unidos, em junho de 2013, tendo outra vez brasileiros como vítimas. Isso demonstra também a diversificação das rotas.

A persistência dessa emigração tem um agravante: a crença de que ela não existe, levando à sua invisibilização (uma invisibilização maior do que a dos centro-americanos), causada pela crença (ou mito) de que o Brasil está em desenvolvimento e oferece oportunidades de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AMNISTÍA INTERNACIONAL. **Victimas Invisibles**. Migrantes en movimiento en México. London, 2010a.
- _____. **Viajes de esperanza y temor**. Migrantes en movimiento en México. London, 2010b.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. **A fronteira México-Estados Unidos: entre o sonho e o pesadelo - as experiências de e/imigrantes em viagens não-autorizadas no mundo global**. Cadernos Pagu [online]. 2008, n.31, pp. 219-250.
- BACON, David. **Illegal People**. How globalization creates migration and criminalizes immigrants. Boston: Beacon, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- CASILLAS R., Rodolfo. Las rutas de los centroamericanos por México, un ejercicio de caracterización, actores principales y complejidades. **Migración y Desarrollo**, Zacatecas, n. 10, 2008 .
- _____. **Una vida discreta, fugaz y anónima: los centroamericanos transmigrantes en México**. Mexico, D.F.: Comisión Nacional de Derechos Humanos, 2007.
- _____. Agresión y abuso de migrantes: Un aniversario para la reflexión. **Revista México Social**, ano 1, n. 14, setembro de 2011. P. 26-29.
- CNDH (Comisión Nacional de los Derechos Humanos - México). **Informe especial sobre secuestro de migrantes en México**. México D.F., 2011.
- ESTEVEZ LÓPEZ, Ariadna. La relación estructural entre la globalización y la migración : implicaciones para una ciudadanía universal. **Foro Internacional**, n. 197, Vol. XLIX. México: Colegio de México, 2009.
- _____. Taking the human rights of migrants seriously: towards a decolonized global justice. **The International Journal of Human Rights**, vol. 14(59), 2010.
- KURZ, Robert. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. In: SERVIÇO PASTORAL dos Migrantes. (Org.). **Travessias na desordem global**. Fórum Social das Migrações. São Paulo: Paulinas, 2005.
- MARINUCCI, Roberto [et al.]. **Trajetórias interrompidas: cidadãos brasileiros deportados e não admitidos**. Brasília: CSEM coedição IMDH/PBE, 2009.
- PATARRA, Neide Lopes. Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Revista Estudos Avançados**. 2006. Vol. 20, número 57, p. 7-22.
- RIGONI, Flor María. **Reflexiones en el camino del migrante**. Expresiones, gestos y rituales del pueblo indocumentado y refugiado de Centroamérica hacia el Norte. Mexico: Miguel Ángel Porrúa, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração** ou os paradoxos da alteridade. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora USP, 1998.

SIQUEIRA, Sueli. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno**. Brasil/Estados Unidos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.